

PROJETO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
NO BNB: SUBSÍDIOS PARA AVALIAR
A APLICAÇÃO DO FUNDO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL (FDR)

Série BNB Teses e Dissertações

Obras já publicadas na série:

- V. 01 – Trabalho e Sociabilidade em Espaços Rurais
- V. 02 – A Morte do Sertão Antigo do Seridó: o desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia
- V. 03 – Criações Coletivas da Juventude no Campo Político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST
- V. 04 – O Extrativismo da Carnaúba no Ceará
- V. 05 – A Aventura da Sobrevivência: migrações cearenses na década de 1990
- V. 06 – A Gestão Ambiental e o Pólo Turístico Cabo Branco: uma abordagem sobre desenvolvimento e meio ambiente
- V. 07 – O Programa Pólo da Bacia Leiteira do Banco do Nordeste à Luz da Teoria do Desenvolvimento Sustentável
- V. 08 – O Sertanejo e o Caminho das Águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido
- V. 09 – As Relações Geopolíticas da Agricultura Brasileira no Contexto Mundial
- V. 10 – A Terra Construída: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais
- V. 11 – Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas: uma análise comparada entre Brasil e União Européia
- V. 12 – Entre o Combate a Seca e a Convivência com o Semi-Árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento
- V. 13 – O Sindicalismo Rural e os Caminhos para a Autogestão: uma superação do assistencialismo?
- V. 14 – Empreender para Sobreviver: ação econômica dos empreendedores de pequeno porte
- V. 15 – A Inovação Tecnológica e as Dinâmicas de APLs de Software no Nordeste do Brasil
- V. 16 – A Cadeia Produtiva do Biodiesel da Mamona no Ceará
- V. 17 – Avaliação da Metodologia do Agroamigo em Caucaia-CE
- V. 18 – Avaliação do Financiamento da Agricultura Familiar na Produção, Ocupação e Renda
- V. 19 – Projeto de Economia Solidária no BNB: Subsídios para Avaliar a Aplicação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR)

MARGARIDA MARIA FELICIANO DE LIMA

PROJETO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
NO BNB: SUBSÍDIOS PARA AVALIAR
A APLICAÇÃO DO FUNDO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL (FDR)

Série BNB Teses e Dissertações

Nº 19

FORTALEZA
Banco do Nordeste do Brasil
2010



O nosso negócio é o desenvolvimento

Presidente

Roberto Smith

Diretores:

João Emílio Gazzana

José Sydrião de Alencar Júnior

Luiz Carlos Everton de Farias

Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa e Silva

Oswaldo Serrano de Oliveira

Paulo Sérgio Rebouças Ferraro

Ambiente de Comunicação Social

José Narciso Sobrinho

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Superintendente: José Sydrião de Alencar Júnior

Coordenador da Série BNB Teses e Dissertações

Paulo Dídimo Camurça Vieira

Editor: Jornalista Ademir Costa

Normalização Bibliográfica: Paula Pinheiro

Revisão Vernacular: Luísa Vaz

Diagramação: Franciana Pequeno

Capa: Wendell Sá

Tiragem: 1000 exemplares

Internet: <http://www.bnb.gov.br>

Cliente Consulta / Ouvidoria: 0800.7283030 e clienteconsulta@bnb.gov.br

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme Lei nº. 10.994,
de 14 de Dezembro de 2004.

L732p Lima, Margarida Maria Feliciano de.

Projeto de economia solidária no BNB: subsídios para avaliar a aplicação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) / Margarida Maria Feliciano de Lima. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

130 p. ; il.

ISBN

1. Economia Solidária. 2. Fundo de Desenvolvimento Regional.

I. Título.

CDD: 332.146.2

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Conselho Editorial

José Narciso Sobrinho
Nívia de Oliveira Galindo Almeida
Francisco das Chagas Farias Paiva
José Maurício de Lima da Silva
Ozeas Duarte de Oliveira
Jânia Maria Pinho Souza
José Maria Marques de Carvalho
Airton Saboya Valente Júnior
Biágio de Oliveira Mendes Júnior
Paulo Dídimo Camurça Vieira
Ademir Costa

AGRADECIMENTOS

A Deus, que é a primazia de minha vida. Com Ele, tudo. Sem Ele, nada. Ele começou e me deu forças e sabedoria para chegar ao fim deste Mestrado.

À Mãe, minha mãe, Maria, que sempre esteve ao meu lado, torcendo e intercedendo por todos os meus planos. Obrigada pelo apoio e incentivo, fundamentais na minha vida.

Ao Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), em especial o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), na pessoa de José Sydrião de Alencar Júnior, pela oportunidade de cursar o Mestrado.

Ao Professor Doutor Carlos Américo Leite Moreira, pela orientação e atenção para a realização desta dissertação.

À Professora Doutora Neyara Araújo, pela amizade e contribuição para a conclusão deste trabalho.

Ao Professor Doutor Alcides Fernando Gussi, pela colaboração e ajustes no projeto de pesquisa.

A todos os professores do Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, pelos ensinamentos transmitidos durante o curso.

À Marta e à Toinha, pela atenção e carinho com que sempre me acolheram na Secretaria do curso.

A todos os colegas do Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, pela boa convivência durante o mesmo.

À Comunidade Católica *Shalom*, que me ajuda a trilhar o caminho para Deus, pela compreensão, apoio e oração, fundamentais para a conclusão deste Mestrado.

À minha família pelo amor e intercessão contínua que muito influenciou a conclusão deste “livro”.

À amiga Odete, que incansavelmente insistia em passar o gosto pela pesquisa, indicou livros, fez sugestões, correções, cobranças, foi dedicada, atenciosa, presente etc. A sua amizade foi fundamental para a conclusão deste Mestrado.

A todas as minhas amigas e amigos que, junto comigo, desejaram e torceram pela conclusão deste Mestrado.

Às pessoas que participaram do projeto do Salão, que com atenção e presteza me receberam e contribuíram para a realização da pesquisa.

“Nós ganhamos [...] DIGNIDADE.”

L.L.

APRESENTAÇÃO

Este livro mostra a dissertação apresentada pela autora, intitulada “Projeto de Economia Solidária no BNB: Subsídios para Avaliar a Aplicação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR)”, que teve como objeto de estudo o projeto de economia solidária “Apoio ao Grupo Solidário de Costureiras de Coité-Pedreiras”. Tal projeto recebeu, em 2004, apoio financeiro do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR).

A metodologia é própria e está explorando aspectos qualitativos da experiência estudada e coloca uma breve discussão sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, fazendo um levantamento dos instrumentos para o desenvolvimento do Nordeste, incluindo o Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) com suas vertentes de financiador do setor produtivo/ e sua produção e disseminação do conhecimento científico realizado pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), administrador do FDR.

Como referencial teórico-conceitual para basear o empírico, é feita uma descrição da economia solidária a partir de conceitos do socialismo utópico e do cooperativismo, fazendo um levantamento a respeito da questão da economia solidária como uma proposta emancipatória ao capitalismo industrial ou uma alternativa para a crise de emprego.

Por último, a dissertação traz a experiência das costureiras de Coité-Pedreiras, ressaltando suas conquistas sociais: autonomia, acesso igualitário à capacitação e renda; suas conquistas políticas: protagonismo dos atores, participação igualitária na condução do projeto, nas decisões, na organização do trabalho e na formação de lideranças etc. e suas conquistas econômicas: acesso a bens e serviços básicos e mercados, geração de trabalho e renda etc.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 OBJETIVOS	17
2.1 Objetivo Geral	17
2.2 Objetivos Específicos	17
3 METODOLOGIA	19
3.1 Breve Discussão: Desenvolvimento e Subdesenvolvimento	21
3.2 Instrumentos para o Desenvolvimento no Nordeste	26
3.3 O BNB e o Desenvolvimento Regional	30
3.4 O Financiamento do Setor Produtivo	31
3.5 A Produção e Disseminação do Conhecimento Científico	32
3.6 A Indução e a Difusão da Inovação Tecnológica	33
3.7 O Apoio a Projetos Sociais	35
3.8 A Avaliação de Políticas e Programas	38
4 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL	49
4.1 O Capitalismo Industrial como Proposta Hegemônica	49
4.2 O Socialismo Utópico	51
4.3 Cooperativismo	57
4.3.1 Cooperativismo de produção	60
4.3.2 Cooperativismo de crédito	63
4.3.3 Cooperativismo de consumo	66
4.4 A Economia Solidária	67
4.4.1 Uma proposta emancipatória ao capitalismo industrial	68
4.4.2 Uma alternativa para a crise do emprego	71
4.4.3 A economia solidária no Brasil	74
4.5 A Economia Solidária e a Experiência das Costureiras de Coité-Pedreiras	83
4.5.1 Base para a formação da experiência em economia solidária	84
4.5.2 O primeiro dia de trabalho do grupo solidário de Coité-Pedreiras	92

4.5.3 O projeto apresentado.....	94
4.5.4 O grupo solidário de Coité-Pedreiras apoiado pelo FDR.....	95
4.5.5 Autonomia, acesso igualitário à capacitação e renda	105
4.5.6 Protagonismo dos atores, participação igualitária na condução do projeto, nas decisões, na organização do trabalho e na formação de lideranças	108
4.5.7 Acesso a bens e serviços básicos e mercados, geração de trabalho e renda	110
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	118
APÊNDICE	123
ANEXO.....	126

1 INTRODUÇÃO

A partir de 2003 vislumbrou-se um novo horizonte para a sociedade brasileira, principalmente na área social. Delineou-se, na agenda pública, a orientação de implantar uma política de apoio à economia solidária, ao desenvolvimento local, à erradicação da fome e da miséria, dentre outras ações sociais e econômicas.

Os sinais dessa nova proposta já apareceram no Plano Plurianual (PPA) para o período de 2004-2007 do primeiro Governo Lula, o “Plano Brasil para Todos. Participação e Inclusão”, que tem como estratégia de longo prazo a inclusão social e a desconcentração da renda com crescimento do produto e do emprego, redutor das disparidades regionais, dentre outros pontos.

Ainda no ano de 2003, o Governo Federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, com a missão de fazer a ligação das entidades civis organizadas, com os trabalhadores excluídos do setor formal e o Governo Federal, abrindo o caminho para o desenvolvimento e o emprego via economia solidária.

Fazendo um melhor aproveitamento desse contexto político, o Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), também abre oportunidades nesse novo cenário. O BNB atua em toda a região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, com a missão de promover o desenvolvimento sustentável da sua área de atuação. O BNB conta com o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), criado para produzir e apoiar estudos e pesquisas para dar suporte às ações do Banco e de outras instituições nordestinas.

O ETENE administra fundos que visam à disseminação de conhecimento, pesquisas e atividades voltadas ao fomento da economia no Nordeste: Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (FASE) e Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI).

O FDR é destinado a apoiar projetos de entidades civis organizadas e sem fins lucrativos, tendo priorizado, desde 2003, o financiamento de projetos de pesquisa, estudos e eventos relacionados à temática da economia solidária. Essas relações são firmadas por convênios que se concretizam por

meio de projetos apresentados ao ETENE, cujos técnicos têm a responsabilidade de analisar a qualidade e a contribuição para o desenvolvimento.

Diante da atual diversidade de promoções sociais apresentadas por inúmeros programas, a avaliação dos projetos torna-se algo urgente e necessário. Trabalhar diretamente na análise de projetos que pleiteiam apoio financeiro dos fundos administrados pelo ETENE abre uma oportunidade à avaliação.

Daí a iniciativa de realizar este estudo, que tem como objeto o projeto de economia solidária, “Apoio ao Grupo Solidário de Costureiras de Coité-Pedreiras”. Tal projeto recebeu apoio financeiro do FDR, em 2004. O estudo se reveste de grande importância na medida em que contribuirá com a oferta de um produto que servirá de subsídio para detectar pontos positivos e negativos e, a partir daí, sugerir ajustes nas políticas e nos critérios de financiamento dos fundos administrados pelo ETENE. Em última instância, um trabalho dessa natureza contribuirá para avaliar o cumprimento da missão do BNB na promoção do desenvolvimento regional sustentável.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Avaliar a contribuição do FDR para a consolidação de um projeto de economia solidária.

2.2 Objetivos Específicos

Avaliar, junto aos atores envolvidos, os impactos do financiamento do FDR no projeto de economia solidária de Coité-Pedreiras em termos de:

conquistas sociais: autonomia, acesso igualitário à capacitação e renda;

conquistas políticas: protagonismo dos atores, participação igualitária na condução do projeto, nas decisões, na organização do trabalho e na formação de lideranças etc.;

conquistas econômicas: acesso a bens e serviços básicos e mercados, geração de trabalho e renda etc.

3 METODOLOGIA

A escolha do FDR para fazer o estudo deveu-se ao fato de trabalhar diretamente na análise de projetos que pleiteiam o financiamento do fundo e por se tratar de um recurso não-reembolsável e da sociedade. Nada mais animador que avaliá-lo.

Para tanto, foi escolhida a avaliação *ex-post* da aplicação dos recursos do FDR em um projeto de economia solidária. Do ponto de vista de um programa do setor público é fundamental avaliar para justificar, perante a sociedade, a escolha do referido programa e, perante os órgãos fiscais, a sua eficiência. É também uma forma de captar recursos para o seu desenvolvimento que, para Silva (2001), é a motivação de ordem moral para se avaliar. Segundo Holanda (2006), a avaliação *ex-post* tem papel no processo de formulação e implementação das políticas, fornecendo subsídios para o seu melhor direcionamento.

Uma das limitações já conhecidas é a escassez de dados. Como a maioria dos programas no Brasil, o FDR em seu planejamento não previu a sua avaliação e, portanto, não foram definidos indicadores de desempenho nem metas a serem cumpridas. Este é, na verdade, um problema recorrente no Brasil, cuja prática de avaliação se encontra em fase embrionária.

Desde 2003 o FDR passou a ser aplicado em projetos de economia solidária. O projeto “Apoio ao Grupo Solidário de Costureiras de Coité-Pedreiras” foi escolhido para ser estudado por ser uma experiência de economia solidária, no Ceará, e ter alguma maturidade, por ter sido implantado em 2004.

Os temas de desenvolvimento no Brasil, no Nordeste, e a economia solidária foram selecionados para entender a contribuição que hoje a economia solidária, através do FDR, está oferecendo à área de atuação do BNB.

Durante o estudo dos referidos temas agregados ao conhecimento prático dos projetos apoiados financeiramente pelo FDR surgiu o levantamento das questões a serem pesquisadas: qual o impacto social do financiamento do FDR no projeto de economia solidária de Coité-Pedreiras? Quais as conquistas políticas dos atores envolvidos? Quais as conquistas econômicas obtidas pelas pessoas? Quais os ganhos sociais que as pessoas envolvidas conquistaram?

Para esclarecer as questões formuladas, a coleta de dados escolhida foi a entrevista semiestruturada e a observação direta. A escolha foi feita com base no fato de a entrevista gerar uma maior proximidade entre pesquisador e pesquisado, facilitando a observação direta e a melhor compreensão dos fatos a serem estudados. Todas as entrevistas foram gravadas e as observações anotadas para posterior análise dos dados e esclarecimentos dos fatos.

A entrevista foi planejada, antecipadamente, através da elaboração de um roteiro com perguntas diretas de ordem quantitativa e qualitativa com os principais temas a serem abordados.

Procurou-se não conduzir o entrevistado às respostas, deixando-o sentir-se livre para se expressar. Para tanto, as entrevistas foram realizadas nos domicílios dos pesquisados, sempre em hora previamente determinada, com o objetivo de não atrapalhar as suas tarefas. Foi utilizado, inclusive, o dia de domingo para realizar a pesquisa.

Foram realizadas entrevistas com os atores-chaves que atuaram na experiência específica de Coité-Pedreiras, ou seja, a coordenadora e seus beneficiários finais. No trabalho foram criadas iniciais aleatórias para guardar o sigilo dos entrevistados.

O projeto teve início com cinco mulheres da comunidade e tinha como meta atingir quinze costureiras. Foi mencionado, durante as entrevistas, que mais de 27 pessoas, entre mulheres e rapazes, passaram pela experiência do projeto de Coité-Pedreiras. Dessas, foram entrevistadas 12 pessoas, sendo 10 mulheres entre as que iniciaram o projeto e as que passaram por ele, e dois rapazes que também participaram. Também foi entrevistada a presidente da Associação de Coité-Pedreiras, que ajudou no desenho do projeto apresentado ao BNB/ETENE.

A escolha dos entrevistados foi aleatória, seguindo a liberdade de aceitar ser entrevistado ou não, contanto que todas as pessoas selecionadas para a realização das entrevistas estivessem envolvidas diretamente com o projeto de Coité-Pedreiras.

Outro instrumento utilizado foi a observação dos atores envolvidos na execução do projeto, com o objetivo de captar os sentimentos em relação à proposta. Nesse procedimento, o contato e o diálogo foram ricos e valiosos para a conclusão deste trabalho.

3.1 Breve Discussão: Desenvolvimento e Subdesenvolvimento

A história do Brasil no processo de industrialização mostra um país de desenvolvimento tardio, na posição periférica de subdesenvolvido. O centro, conforme definições utilizadas por Furtado (1997), é representado pelos países que saíram à frente durante a Revolução Industrial, dentre eles a Inglaterra, a França, a Alemanha, a Itália, os Estados Unidos e o Japão.

O subdesenvolvimento do Brasil se deve, em parte, à não diversificação de sua base exportadora entre os anos de 1760 e 1860. O café, surgido por volta de 1860, começou a fortalecer a base exportadora brasileira, mas não chegou a dinamizá-la, visto que era pouco diversificada. Aliada à abolição da escravatura, com a introdução do trabalho assalariado, o Brasil começou a dinamizar seu mercado interno.

A exportação não diversificada e não crescente, a insuficiência de capital e a concentração de renda são pontos difíceis de serem vencidos para atingir o desenvolvimento. Somente com uma ação concreta do Estado em favor do desenvolvimento é possível atingir o *welfare state* para a população.

Quando uma nação tem insuficiência do crescimento econômico em relação ao crescimento populacional, com concentração de renda, pode-se dizer que a nação vive o subdesenvolvimento, como caracteriza Furtado (1997).

Subdesenvolvimento traz a ideia de transição, de que uma economia está se desenvolvendo. Marcado pela teoria do crescimento dualista, em que algumas empresas trabalham com tecnologias de processo de produção acelerado, de capital intensivo, e outras ainda funcionam de forma tradicional, com mão-de-obra intensiva e baixa qualificação. Nesse estágio da economia há a concentração de renda, que eleva a insuficiência na arrecadação de tributos para aplicação em políticas públicas com vistas a suprir as necessidades básicas das populações carentes e do investimento em infraestrutura.

No fim dos anos 1940, os países subdesenvolvidos, em especial o Brasil, passaram a utilizar a política de substituição das importações para atingir o desenvolvimento econômico. Os países industrializados, no desejo de reconquistar os mercados perdidos com o sucesso dessa política,

trataram de dar início à exportação de capitais através da implantação de filiais de suas indústrias nos países pobres.

Somente no governo de Getúlio Vargas (com início em 1930 e perdurando até o fim da primeira metade dos anos 1950), o Estado passou a refletir em políticas, uma preocupação sistematizada com o desenvolvimento do País. Assim, os passos que o Brasil tem dado para alcançar o estágio de um país desenvolvido podem ser classificados como: “Nacional Desenvolvimentista”, vinculado a um modelo de substituição de importações que atravessou as décadas de 1930-70, iniciando-se com Vargas, passando por Juscelino Kubitschek, e encerrando com o período militar.

Desenvolvimento econômico envolve o bem-estar social, preocupa-se com as condições de vida da população, tema trazido à discussão de forma mais enfática no século XX. Mas, desde sempre o crescimento econômico tem espaço nas discussões. No início, com os senhores feudais, preocupados com a segurança de suas posses e com o seu poder e suas finanças.

Furtado (1997, p. 11) explica que, para entender o desenvolvimento seria necessário estudar não só o comportamento do sistema produtivo, que cresce com a capacidade de criação tecnológica do homem, mas precisa-se entender o desenvolvimento como:

Um processo global: transformação da sociedade ao nível dos meios, mas também dos fins; processo de acumulação e de ampliação da capacidade produtiva, mas também de apropriação do produto social e de configuração desse produto; divisão social do trabalho e cooperação, mas também estratificação social e dominação; introdução de novos produtos e diversificação do consumo, mas também destruição de valores e supressão de capacidade criadora.

Segundo Souza (1999, p. 16), no século XVIII surgiram preocupações e estudos a respeito do problema do crescimento econômico e da distribuição:

O tema crescimento econômico, no plano acadêmico, emerge, portanto, com vigor, com a obra capital de Adam Smith, *A riqueza das nações*, em 1776. Nesse livro, o autor procura identificar os fatores da formação da riqueza nacional; explica como o mercado opera e qual a

importância do aumento do tamanho dos mercados para reduzir os custos médios de produção (efeito escala) e permitir a produção com lucros. Expandindo-se os mercados, aumenta-se a renda e o emprego.

Com a revolução industrial inglesa, entre 1750 e 1830, ocorreu a expansão capitalista que, inicialmente, foi marcada com a invenção da máquina a vapor e com o aprimoramento da indústria de tecelagem.

Assim, com o passar do tempo, o desenvolvimento passou a ser um problema, devido ao número reduzido das nações industrializadas, gerando a concentração das riquezas tanto nas mãos de poucas nações quanto dentro delas. Em poucas regiões os diferentes níveis das riquezas foram se fortalecendo também, criando as classes sociais.

Com o advento das grandes inovações tecnológicas (vapor, petróleo, eletricidade) a economia cresceu com a geração de novos empregos, a expansão da renda e o aumento do bem-estar da população. Nas fases intermediárias aumentou o desemprego, com a redução das atividades, e a crise atingiu todos os setores, gerando a depressão.

O Estado deve agir na economia principalmente nesses tempos, gerando políticas que minimizem as consequências dos tempos de crise, em especial com políticas de redução do desemprego e de proteção aos menos assistidos. Percebe-se que nesses tempos os assalariados dos países menos desenvolvidos são os mais prejudicados.

A classificação dos países em ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos, passou a ser considerada a partir da Grande Depressão, nos anos 1930, com a aplicação da contabilidade nacional e a comparação da renda *per capita* dos países.

Um país subdesenvolvido apresenta crescimento econômico instável e insuficiente, alto grau de analfabetismo, elevadas taxas de natalidade e de mortalidade infantil, predominância da agricultura como atividade principal, insuficiência de capital e de certos recursos naturais, diminuto mercado interno, baixa produtividade, instabilidade política etc.

A partir da crise da década de 1930, surgiram organizações mundiais, como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU), para dar apoio às nações subdesenvolvidas que precisam de recursos fi-

nanceiros. Consta-se que o Estado precisa agir com políticas monetárias e fiscais para amenizar os tempos de crise.

Com estudos divulgados por essas organizações mundiais, percebeu-se que 2/3 da população mundial vivem na pobreza e que 5/6 da produção mundial estão em países ricos.

A questão da miséria centraliza decisões e estudos a níveis econômicos, com investimentos produtivos e de infraestrutura. Mas também exige ações humanitárias e imediatas para o combate à fome e às doenças.

O desenvolvimento é, essencialmente, de natureza política, uma decisão do Estado. Para o economista Celso Furtado, o subdesenvolvimento é gerado a partir da expansão do capitalismo, da centralização de riquezas nos países desenvolvidos. Teóricos clássicos, como Keynes, consideram crescimento sinônimo de desenvolvimento, e os que são voltados para a realidade empírica consideram que não pode haver desenvolvimento sem crescimento.

Crescimento não significa necessariamente melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, principalmente por não diminuir o desemprego, visto que vivemos uma tendência contemporânea voltada à robótica e à informatização dos processos produtivos, que são eliminadores de mão-de-obra.

Como efeitos maléficos do crescimento econômico de um país subdesenvolvido, temos a transferência do excedente de renda para outros países, reduzindo a capacidade de importação e de investimento interno, a concentração de renda por uma classe dominante, baixos salários básicos, diminuindo o crescimento da produção de bens populares e de alimentos, e o fechamento de empresas tradicionais por causa do pouco dinamismo do setor interno, entre outros.

Assim, desenvolvimento não significa variação quantitativa do produto, como é considerado no crescimento. Envolve, sim, aumento na qualidade de vida dos cidadãos, transformando uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente e com melhores condições para a população.

Para economistas cepalinos, como Prebisch e Furtado, o desenvolvimento é uma mudança de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, que envolve melhoria da produtividade e da renda de todos os envolvidos na produção.

Para Souza (1999), o desenvolvimento econômico se dá a partir de um contínuo crescimento econômico, maior que o crescimento demográfico, envolvendo mudanças estruturais e melhoria de indicadores não só econômicos, mas também sociais. Compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado e a elevação geral da produtividade.

Com o desenvolvimento ocorre a diversificação do mercado e da produção, impulsionando o progresso tecnológico e a geração de capital, e a renda *per capita* sobe no longo prazo. Com o crescimento do mercado interno expande-se o nível de emprego e a arrecadação pública para o Estado suprir as necessidades básicas da população abaixo da linha de pobreza¹.

O aumento da renda *per capita* ao longo do tempo, que se dá com o crescimento econômico em níveis superiores ao crescimento da população, deve ser analisado quanto à sua concentração e como se dá a sua distribuição na população.

Como indicadores de desenvolvimento temos o índice de expectativa de vida, a taxa de analfabetismo, de mortalidade infantil e de criminalidade, mas a renda *per capita* é um dos índices mais utilizados, apesar de não medir o índice de concentração de renda e de bem-estar da população de baixa renda.

Percebe-se a desigualdade regional em nações subdesenvolvidas porque as empresas procuram os centros mais desenvolvidos, com infraestrutura mais adequada, para se instalarem, elevando o desemprego em outras regiões. O governo passa a ter dificuldades na arrecadação e, por causa dos níveis baixos de emprego na iniciativa privada, o Estado tenta equilibrar essa oferta, gerando um acréscimo nos gastos públicos com pessoal, diminuindo os gastos com investimento em infraestrutura como segurança, saúde, educação, telefonia, saneamento básico, estradas, portos, energia, dentre outros.

Os índices que medem o subdesenvolvimento são as altas taxas de violência, de prostituição, de subnutrição, de analfabetismo, e de doenças causadas por falta de saneamento, todos advindos de um elevado número

¹ O Banco Mundial criou dois níveis de renda *per capita*, nível de renda que assegura o consumo mínimo de bens e serviços, para definir pobreza absoluta de uma população utilizou o dólar de 1985 como conceito de paridade do poder de compra de cada país: um nível inferior de US\$ 275 (adotado na Índia) e US\$ 370, ficando, assim, uma definição da linha de pobreza.

de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza e que os gastos públicos não são suficientes para amenizar, mesmo sendo a nação industrializada.

Assim como em nível global percebem-se as divisões entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, internamente encontramos no Brasil regiões apresentando diferentes graus em seu desenvolvimento.

3.2 Instrumentos para o Desenvolvimento do Nordeste

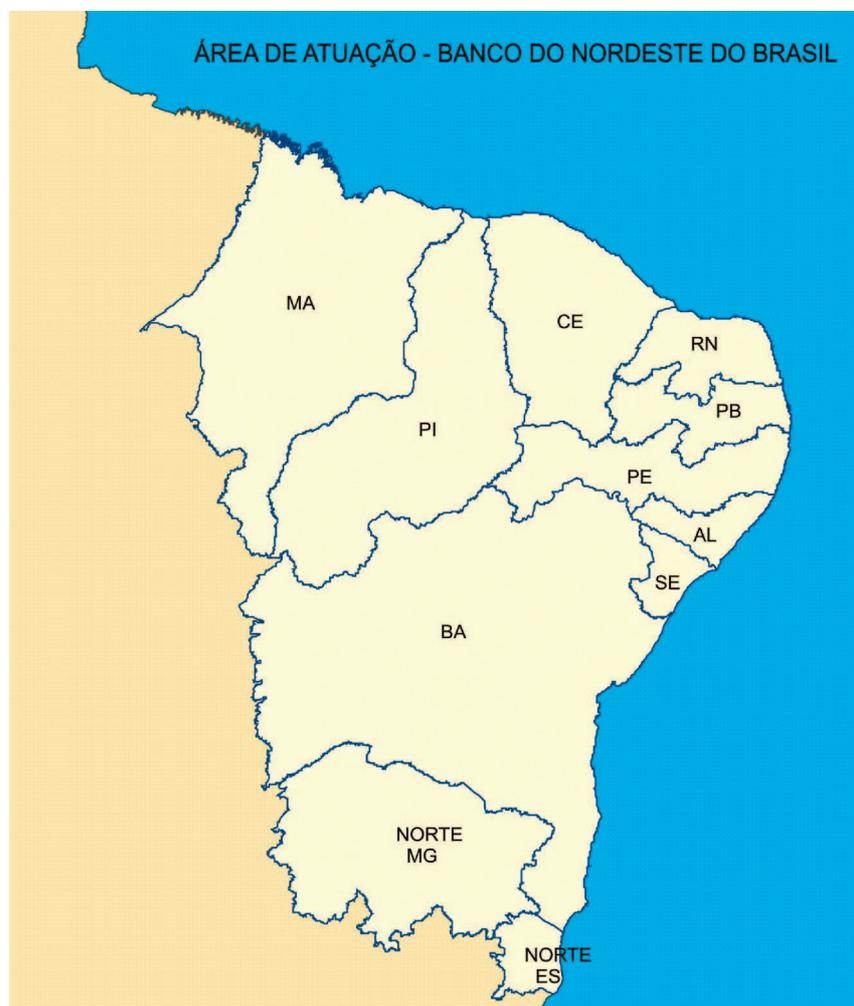
Desde o descobrimento do Brasil até os dias de hoje, as desigualdades regionais e sociais são claramente perceptíveis. A Constituição Brasileira rege que constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. (BRASIL, 1988). Assim, para haver o desenvolvimento do Brasil necessariamente as regiões devem ser desenvolvidas, eliminando, assim, as desigualdades entre regiões.

A divisão do Brasil em cinco blocos regionais ocorreu em 1938, pelo Conselho Nacional de Estatística, como relata Siqueira (2000). Até então, o País era dividido entre os estados do Norte, da Amazônia à Bahia, e do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul, os estados do Sul. Inicialmente, a região Nordeste compreendeu os estados do Ceará a Alagoas e, posteriormente, aconteceram modificações, passando, no fim da década de 1960, a se constituir de nove estados do Maranhão à Bahia.

O Nordeste é uma região com população de 51.380.117 habitantes em 2007, 27,16% da população brasileira, numa área de 1.660.359 quilômetros quadrados, 19,5% do território do Brasil. A renda *per capita* nordestina é de 6.520, 48,20% em relação à do Brasil. A taxa de crescimento da renda no Nordeste, nos anos de 2003 a 2006, foi de 5%.

Pontos que caracterizam o Nordeste como uma região subdesenvolvida, visto que vivemos sob o jugo de um sistema econômico que naturalmente conduz a desigualdades, seja entre classes, regiões e países. Barbosa (1979, p. 207) explica a situação subdesenvolvida da região:

A seca é um dos fatores importantes, sem dúvida, do subdesenvolvimento que caracteriza a economia nordestina, agravando-o periodicamente pela redução da produção, desorganização da agricultura e da pecuária



Mapa 1 – Área de Atuação – Banco do Nordeste do Brasil

Fonte: Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas do BNB/ETENE.

e pelo desemprego a que lança centenas de milhares de trabalhadores rurais.

O subdesenvolvimento do Nordeste tem múltiplas causas: baixa produtividade, insuficiência de capitais, práticas agrícolas rotineiras, elevados índices de analfa-

betismo etc. A seca vem encontrar as populações sem reservas monetárias e de alimentos, isto é, incapacitadas para resistir aos primeiros meses de estiagem sem o auxílio governamental.

Frequentes secas ocorridas no Nordeste do Brasil fizeram com que o Governo Federal passasse a se preocupar com a situação. Inicialmente essa preocupação tinha um caráter assistencialista. As estiagens provocam o desemprego no campo e a migração para centros urbanos.

No início dos anos 1930, os velhos interesses agroexportadores que dominavam o País desde o seu descobrimento começaram a dar lugar à sociedade desenvolvimentista, consolidando, nos anos 1950-60, o Brasil urbano-industrial. Foi dado início à preocupação com o desenvolvimento industrial do País, passando a indústria a ser reconhecida como setor principal da economia.

Importante ressaltar que a preocupação do governo Vargas, 1930 a 1954, ultrapassava a mera preocupação econômica, pois atuava nas diversas esferas, conforme relata Fonseca (1997, p. 27):

[...] é importante verificar que as ações do Governo devem ser analisadas num quadro mais amplo, que vai além do manejo destes instrumentos de curto prazo da política econômica. Este foi o caso, por exemplo, da criação de inúmeros órgãos, institutos e comissões que apontavam não só para o intervencionismo estatal, mas também para os compromissos com os interesses desenvolvimentistas. Mesmo que alguns tivessem tido uma ação tímida ou aquém da desejada, sua simples criação demonstrava, sem dúvida, uma intencionalidade.

Foi dentro deste princípio que, em 1952, Getúlio Vargas criou o Banco do Nordeste do Brasil SA (BNB). O objetivo era fomentar o desenvolvimento da região Nordeste que, diferentemente do Sudeste, sistematicamente era assolada por secas e era, reconhecidamente, a região com maior escassez de recursos estáveis, carecendo de um organismo financeiro capaz de estruturar sua economia.

Dentro da mesma linha de preocupação criaram-se os seguintes organismos estatais: Comissão Nacional de Políticas Agrárias, Comissão de Desenvolvimento Industrial, Comissão de Coordenação e Desenvolvi-

mento dos Transportes, Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), Banco de Crédito do Amazonas, dentre outros.

Segundo Barbosa (1979, p. 171), “a criação, em 1909, da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), representou o reconhecimento da importância dos trabalhos de engenharia para a solução do problema.” Então, com o tempo, as ações filantrópicas passaram a ter um caráter de política pública de prevenção às estiagens, primeiramente com as obras hídricas com o objetivo de minimizar a escassez de água.

Mais adiante, o IFOCS transformou-se em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), assumindo a postura de uma empresa pública de estudos e obras contra as secas, que chegou a construir inúmeros açudes, rodovias e pontes no Nordeste.

As políticas de ordem nacional passaram a pensar a questão regional de modo especial com a Constituição de 1934, segundo Lima (2007) e Barbosa (1979), inclusive sendo destinados recursos da União em favor das áreas atingidas pela seca. As obras em favor do Nordeste passam a ter outro teor, diferente das obras de engenharia, de caráter hídrico.

Nas décadas seguintes foram criadas instituições que tratariam de forma especial as desigualdades regionais. Em 1948 foi criada a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), para determinar o estudo e a execução de um plano de aproveitamento das possibilidades econômicas da bacia hidrográfica do rio São Francisco e do Parnaíba.

O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), foi criado pelo presidente Juscelino Kubitschek, em 1959, com o objetivo de realizar estudos sobre a região. O economista Celso Furtado foi convidado a participar do GTDN e escreveu o que se denomina “Estudo do GTDN”. A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) se deu a partir do sucesso desse estudo sobre o Nordeste.

Em 1974, o Governo Federal, do presidente Geisel, mostrou-se sensível à questão regional. Entre as decisões tomadas, destaca-se o aumento das transferências fiscais, a criação do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), o fortalecimento financeiro do BNB, a criação de programas especiais de desenvolvimento da agroindústria e da industrialização do Nordeste. Para Holanda (1979, p. 24):

A lentidão no processo de redução das disparidades regionais é frequentemente interpretada como consequência de um suposto fracasso das políticas governamentais em relação ao Nordeste. Todavia, isso significa tão-somente que o processo de desenvolvimento regional e desconcentração econômica é bem mais complexo e penoso do que estamos dispostos a admitir.

O BNB e a SUDENE passaram a ser referência para o Nordeste em termos de geração, implementação e administração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional. Com a atuação dessas duas instituições buscou-se uma política de desenvolvimento para o Nordeste de forma planejada e permanente, eliminando as formas assistencialistas e pontuais de ajuda do Governo Federal. Em conjunto, a SUDENE administrava o FINOR, e o BNB era responsável por sua operação e gestão, sua aplicação.

A criação do Banco do Nordeste constituiria um dos itens do complexo conjunto de providências destinadas a atuar sobre a estrutura econômica e social da região, tendo em vista o seu desenvolvimento. (BARBOSA, 1979). O Governo Federal discutia o Nordeste, a criação de um “banco especial” era um item do planejamento regional, em vista de um programa de desenvolvimento da região.

Na Constituição de 1988 foram criados o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), com recursos da ordem de 3% da arrecadação de imposto de renda e de produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento no setor produtivo nessas regiões e como instrumentos de redução das desigualdades regionais.

3.3 O BNB e o Desenvolvimento Regional

O Banco do Nordeste do Brasil SA (BNB) foi criado através da Lei Federal nº1.649, de 19/07/1952, regulamentada pelo Decreto 33.643, de 24/08/1983, com o intuito de suprir a necessidade de um organismo múltiplo, um “banco especial” de desenvolvimento.

O Banco do Nordeste é uma instituição financeira múltipla, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo

mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal, com sua sede localizada, desde a sua criação, em Fortaleza, Estado do Ceará.

O BNB, como entidade financeira do Governo Federal, atua em cerca de dois mil municípios na região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, com sua sede em Fortaleza, Ceará. Opera como órgão executor de políticas públicas, cabendo a operacionalização e administração de programas.

Ao longo de sua história, o BNB operou sempre com o seu objetivo voltado para o desenvolvimento regional. Na década de 1950, iniciou seus trabalhos com o crédito rural supervisionado e a introdução da prática da elaboração de projetos como pré-requisito para o financiamento. Nos anos 1960 operou com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do sistema 34/18, de incentivo à região.

A partir de 1971 ampliou seu leque de atuação quando incorporou a vertente de apoio à pesquisa econômica e agrônômica visando a proporcionar alternativas tecnológicas para o Nordeste.

Em 1971 criou o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI), para apoiar projetos de pesquisas econômicas e agrônômicas visando a alternativas tecnológicas para o Nordeste. O BNB criou, em 1973, o Fundo de Desenvolvimento Urbano do Nordeste (FUNDURBANO), com recursos de diversas fontes para financiar obras de infraestrutura urbana. Em 1974 passou a operar o FINOR. Também na década de 70 o BNB operacionalizou programas como o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), e o Projeto Sertanejo, que tinham como objetivo o desenvolvimento da região semiárida.

3.4 O Financiamento do Setor Produtivo

O FNE é operacionalizado pelo BNB a partir de sua criação, na Constituição de 1988, e aplicado no setor produtivo, em especial na região semiárida. Este fundo apoia empreendimentos de valor não somente econômico, mas também social, visto que se trata de um instrumento de desenvolvimento regional. Trata-se da maior fonte de recursos operada atualmente por este Banco.

Vários programas foram desenvolvidos para a aplicação dos recursos do FNE para beneficiar as atividades industriais, agropecuárias, agroindustriais, comerciais e de serviço, inclusive turismo, nas modalidades de investimento e custeio, todos visando à modernização dos setores.

Sempre esteve nas diretrizes do Banco, a preocupação com a geração de emprego e renda. Em 1979, segundo Holanda (1979, p. 67), entre as diretrizes de política para o desenvolvimento do Nordeste encontrava-se a preocupação com o investimento que o Governo Federal estaria disposto a assumir, a expansão e a modernidade da agropecuária nordestina, a sua industrialização e a definição de uma política de emprego

[...] que teria como objetivo eliminar progressivamente o desemprego e subemprego existentes, ao mesmo tempo em que se incorporaria ao setor moderno da economia a oferta adicional de mão-de-obra decorrente do crescimento da população e da modernização dos setores tradicionais.

Para o segmento informal urbano criou o Programa de Microcrédito CrediAmigo, que é hoje o maior programa nessa área em operação na América do Sul. Para o atendimento específico à agricultura familiar, operacionaliza o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em sua área de jurisdição.

Fazem parte da carteira de Programas do Banco, os fundos destinados à realização de estudos e apoio a projetos e programas sociais de interesse regional, dentre os quais o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), o Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (FASE), além do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI).

3.5 A Produção e Disseminação do Conhecimento Científico

Para dar suporte à ação desenvolvimentista do BNB foi criado o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE). Segundo Barbosa (1979), uma das atribuições do Banco do Nordeste seria realizar estudos e pesquisas através do Escritório, definido através da Lei 1.649, artigo 18, parágrafo único.

Criado junto com o Banco, em 1952, já nos primeiros meses de 1954 começou a operar. Inicialmente, obteve consultoria técnica para embasar os estudos sobre a região que iriam apoiar as ações do BNB. Fica a cargo o ETENE o diferenciador que o BNB tem em relação às outras instituições financeiras, que são os estudos e pesquisas sobre a região.

O ETENE tem como responsabilidade básica a realização de pesquisas e estudos globais, setoriais, conjunturais, de cenários e de oportunidades de investimento, a identificação de restrições e oportunidades para atuação do Banco numa perspectiva de curto, médio e longo prazos, a proposição de diretrizes macroeconômicas para o planejamento estratégico do Banco do Nordeste, a colaboração na formulação e avaliação de programas de desenvolvimento.

Em 2007, o ETENE concluiu, a título de exemplo, os seguintes estudos setoriais sobre o Nordeste, a maioria publicados: Floricultura: perfil da atividade no Nordeste brasileiro; Floricultura: caracterização e mercado; Setor Sucroalcooleiro Nordestino: desempenho recente e possibilidades de políticas; Fruticultura Nordestina: desempenho recente e possibilidades de políticas; Vitivinicultura Nordestina: características e perspectivas; Infraestrutura (energia eólica); Cenários; Estimativas de Variáveis Econômicas e Financeiras para a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN); Levantamento de Usinas Eólicas em Operação no Brasil; Mercado de Energia Elétrica no Nordeste até 2015.

O ETENE mantém duas publicações: a Revista Econômica do Nordeste (REN), publicada ininterruptamente desde 1969. A revista é veiculada trimestralmente e publica artigos/trabalhos de diversos centros de estudos voltados para o desenvolvimento da região.

A revista BNB Conjuntura Econômica, também trimestral, acompanha os dados conjunturais da região Nordeste e se divide em avaliações e perspectivas, síntese de expectativas, nível de atividade, emprego e rendimento, setor externo e finanças públicas.

3.6 A Indução e a Difusão da Inovação Tecnológica

Também é de responsabilidade do ETENE a operacionalização da política do BNB para o apoio a projetos de pesquisa e difusão, de natureza econômica e tecnológica, com recursos de três fundos: FUNDECI, FASE e

FDR. O Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) é objeto de pesquisa do presente estudo.

O BNB apresenta à sociedade científica da região uma cooperação técnico-científica que se consolida através do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI).

O FUNDECI foi criado em 20 de janeiro de 1971, mediante a Resolução nº 2.231, e tem por objetivo a implementação de pesquisas econômicas, agrônômicas e tecnológicas e que apresentem interesse para o desenvolvimento agrícola e industrial do Nordeste, além da formação e treinamento de pessoal técnico, em níveis de especialização e pós-graduação, em áreas de conhecimento relacionadas com o processo de desenvolvimento do Nordeste e incentivos na elaboração de teses e dissertações, cujos assuntos estejam diretamente relacionados aos aspectos socioeconômicos da região de atuação do Banco.

A ênfase à aplicabilidade da pesquisa na inovação tecnológica e na absorção de novas tecnologias através da difusão tecnológica são os propósitos que o Banco tem diante dos objetivos da aplicação do FUNDECI.

O setor primário da economia, com destaque para atividades agropecuárias de convivência com o semiárido, é destaque das pesquisas financiadas pelo FUNDECI. O referido fundo incentiva a inovação tecnológica, além de apoiar a difusão científica e o desenvolvimento tecnológico industrial do Nordeste.

Através de avisos públicos, o FUNDECI lança à sociedade científica o seu interesse por projetos, gerando um conhecimento homogêneo dos seus objetivos às instituições de pesquisa da região. Diante da quantidade de projetos enviados, via internet, sua seleção é feita através da análise de um comitê técnico do ETENE, orientado pelas diretrizes: mérito intrínseco; sintonia com as políticas do Banco; interesse do setor produtivo; prioridade dos Estados; parcerias técnicas e financeiras e desenvolvimento regional. Os projetos selecionados são financiados com recursos não-reembolsáveis. São parceiras do BNB, através do FUNDECI, as instituições de pesquisa e ensino do Nordeste e Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Ao longo desses anos, o FUNDECI tem apoiado diversos projetos de indução e difusão tecnológica como apoio a incubadoras de empresas, agricultura, agroindústria, pecuária, biotecnologia, recursos hídricos, convivência com o semiárido, energia e meio ambiente.

Com a aplicação dos recursos do FUNDECI, o BNB direciona esforços para o fortalecimento da variável tecnológica dentro das atividades produtivas da região, gerando uma concentração de recursos na indução e difusão da tecnologia voltada para o desenvolvimento sustentável da área de atuação do Banco.

3.7 O Apoio a Projetos Sociais

O FDR foi instituído pelo Decreto da Presidência da República nº 94.386, de 28 de maio de 1987, para ser administrado pelo BNB, sendo regulamentado² em 23 de dezembro de 2003. A gestão do referido fundo e sua operacionalização ficou a cargo do ETENE desde a sua criação e tem apoiado diversas iniciativas no Nordeste.

Esse fundo tem como objetivos apoiar financeiramente programas e projetos sociais que visem a prestar assistência técnica ou social a atividades produtivas que resultem em benefícios para as populações da área de atuação do BNB e financiar atividades ou programas específicos ou pesquisas voltadas ao fomento da economia do Nordeste.

Os recursos do FDR são provenientes de doações feitas pelo BNB, como despesa operacional própria, tendo em vista os resultados de cada ano; também são oriundos de dotações orçamentárias da União; de subvenções, doações ou financiamentos concedidos por outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras e de eventuais retornos e resultados das operações do FDR, segundo o seu Regulamento.

Anualmente, o ETENE elabora proposta de dotação de recursos, pequena fração do orçamento do Banco contabilizada como despesa operacional para o FDR, que deve ser aprovada pela diretoria do Banco e referendada pela assembleia geral ordinária do BNB, além de recursos oriundos de outras fontes.

A aplicação dos recursos desse fundo pode ser realizada mediante contratos de empréstimos ou de assistência. Os gastos com contrato de assistência poderão ser feitos a fundo perdido quando o interesse social assim o recomendar.

² A regulamentação, ou seja, o conjunto de normas que regem o FDR estabelece as diretrizes para a sua aplicação, administração e fiscalização. A Resolução N° RD/5162, de 23 de dezembro de 2003, da Diretoria do Banco do Nordeste do Brasil S/A, que aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) está no Anexo A.

Compete à presidência do BNB a aprovação do projeto a ser beneficiado com os recursos do FDR a partir de uma informação preparada por técnicos do ETENE, que é responsável pela administração técnica e financeira do FDR.

Desde 2003 esse fundo tem sido aplicado com mais intensidade em projetos sociais, período em que o BNB assimila a orientação do Governo Federal de dar ênfase aos projetos sociais, tendo como uma das prioridades projetos com atuação no âmbito de economia solidária, participativa, autogestão e desenvolvimento local.

Todos os projetos apoiados devem ser submetidos por entidades da sociedade civil organizada, sem fins lucrativos, o terceiro setor³.

Desde a sua criação em 1987, até 2003 foram aplicados R\$ 7,6 milhões⁴, atendendo 65 projetos. De 2003 a novembro de 2008, foram financiados R\$ 14,1 milhões em recursos, indicando uma nova fase para o FDR.

Tabela 1 – Recursos Utilizados pelo FDR

	R\$ milhões					
	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL
Recursos disponibilizados (dotações aprovadas)	1.265	2.000	2.000	3.000	4.000	12.265
Valor aplicado em projetos	240	1.068	1.368	2.860	2.098	7.634
Quantidade de projetos aprovados	2	27	22	36	45	132

Fonte: BNB/ETENE.

No último período mencionado foram financiados projetos com diversos objetivos, tais como os citados abaixo:

- “Estimular os agricultores familiares para o cultivo do Nim Indiano em seis municípios do semiárido cearense”.
- “Construir um plano de recuperação, desenvolvimento e gestão da Massa Falida da Usina Catende, indicando as condições

³ Dowbor (2007, p. 153) define o terceiro setor como “iniciativas que nascem do movimento espontâneo de um grupo de pessoas preocupadas com um problema social que não encontra soluções aparentes nem no Estado nem na empresa, e que se organizam para dar uma resposta.”

⁴ Valores total aplicado do FDR entre 1987 a 2003 e 2003 a novembro de 2008 estão atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), set/2008.

de sua sustentabilidade jurídica, socioeconômica, ambiental e de autogestão pelos trabalhadores através do Projeto Harmonia”.

- “Implementar experiências de manejo agrossilvopastoril, com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar e da segurança alimentar”.
- “Criar modelo para ação conjunta pelo melhoramento de feiras que seja aplicável em toda a região do Jequitinhonha”.
- “Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos pescadores e gerar sustentabilidade do setor pesqueiro local, através do direcionamento progressivo do esforço de pesca da lagosta para a pesca de espécies migratórias”.
- “Desenvolver um processo de concertação em pequenos municípios do Estado do Ceará com vistas ao desenvolvimento local sustentável”.
- “Difundir tecnologia para a produção de flores tropicais, direcionada à agricultura familiar, mediante a capacitação de produtores rurais em áreas de assentamento”.
- “Promover o desenvolvimento do capital humano nas áreas de reforma agrária, viabilizando o acesso de crianças, jovens e adultos à cultura digital e a uma rede de informações, capacitação e serviços, por meio da criação de Centros Rurais de Inclusão Digital”.
- “Apoio financeiro ao grupo solidário das costureiras da Associação Comunitária de Coité-Pedreiras para aquisição e instalação de 05 (cinco) máquinas de costura industrial, a fim de possibilitar a autogestão de seu trabalho e a divisão igualitária do ganho”.
- “Evitar a superexploração dos catadores (as) que trabalham para sucateiros da região que intermediam os produtos simplesmente catados para as empresas que elaboram lixo reciclável”.

São beneficiários potenciais do FDR, as universidades, institutos de pesquisa, organizações não-governamentais e entidades da sociedade civil, devidamente organizadas técnica e legalmente.

3.8 A Avaliação de Políticas e Programas

A história da avaliação é bem recente. A prática de avaliar, levantar os efeitos positivos e negativos da implementação de uma decisão, ou mesmo antes da escolha fazer um levantamento dos seus possíveis efeitos tem pouco tempo de existência e de experiência.

Nos Estados Unidos, Benjamin Franklin (1709-1790) utilizava um método de avaliação, no caso *ex-ante*, para orientar suas decisões. O método consistia em relacionar os prós e os contras de um projeto. Dependendo do resultado da avaliação a decisão seria tomada.

Somente na década de 30 do século XX, nos Estados Unidos, seu Congresso passou a exigir estudos sistemáticos de custos e benefícios para justificar determinados investimentos governamentais para servir de base para suas decisões. Pode-se entender como o início da avaliação *ex-ante* essa decisão do Congresso Americano. Mas, com maior frequência durante a Segunda Guerra Mundial, a avaliação de custo-benefício foi utilizada, em especial, em projetos militares.

Quanto à avaliação *ex-post*, antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, nos Estados Unidos já existiam experiências de avaliação *ex-post*, mas os estudos mais relevantes são bem recentes.

Com o aumento da intervenção do Estado na economia, na década de 1930, quando ocorreu a Grande Depressão e o *New Deal* (plano do governo americano para o restabelecimento econômico e a segurança social), muitos foram os programas sociais em que houve maior utilização de avaliação *ex-post* para comparar os resultados obtidos com os objetivos inicialmente estabelecidos.

Mas, como relata Holanda (2006, p. 142):

Foi somente depois dos anos 60, quando o Presidente Johnson lançou o seu ambicioso programa de Guerra à Pobreza ("*War on Poverty*"), que a avaliação de projetos sociais, estimulada por generosos financiamentos governamentais, se tornou uma prática corrente nos Estados Unidos.

Expansões no campo da avaliação costumam ocorrer, enquanto ciência social, quando mais o Estado intervém com políticas públicas sociais

de combate à pobreza. Essa ampliação da avaliação se dá para que o Estado possa perceber a dimensão de sua ação na área social.

Os países que mais desenvolveram a cultura da avaliação como suporte à tomada de decisão e avaliação de resultados foram os Estados Unidos, a Austrália, o Canadá, a Holanda e a Suécia. Quanto aos países em desenvolvimento, ele ressalta que precisam caminhar com mais firmeza no processo de avaliação.

Os métodos científicos de pesquisa social e as avaliações auxiliam a tomada de decisão. Segundo Paula (2002, p. 7), “nenhum programa social é hoje aprovado pelo poder legislativo se não apresenta, na sua proposta original, um modelo de avaliação dos impactos do programa”. Isso gera na avaliação, enquanto pesquisa científica, um respaldo para seu desenvolvimento.

Em se pensando em Brasil, ainda carecem de consolidação as experiências obtidas pelos órgãos públicos. Atualmente existem dois órgãos públicos que rotineiramente estão preocupados em avaliar a utilização e a eficiência dos gastos públicos e os resultados dos programas de governo: Tribunais de Contas da União (TCU) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que é um instituto de pesquisas vinculado ao Ministério de Planejamento.

A experiência brasileira quanto à avaliação nesses últimos tempos é relatada por Holanda (2006, p. 152):

Nas áreas de planejamento, acompanhamento e avaliação o Brasil dispõe de uma experiência ampla e diversificada, embora ainda não consolidada. Observa-se uma grande variedade de conceitos e abordagens e também muita dispersão e descontinuidade nas tentativas de avaliar programas de governo. Por outro lado, as evidências e resultados dessa experiência raramente foram documentados e sistematizados.

Isso se deve em parte ao fato de que, se, de um lado – na prática do planejamento governamental brasileiro – sempre se deu muita ênfase ao processo de formulação de planos e elaboração de projetos, de outro, frequentemente, foram negligenciadas as etapas de acompanhamento e avaliação.

Um ponto fundamental em que é preciso avançar, embora algo já venha sendo feito, é no planejamento das políticas públicas contabilizar o custo operacional da avaliação da referida política. A avaliação deve aparecer como um dos itens do planejamento dos programas de governo e das políticas públicas. Assim, incluir na experiência brasileira de planejamento a cultura de avaliação dos projetos ainda em escassez no País.

Nos anos 1980 o desenvolvimento do processo de avaliação foi possível por causa dos avanços nos métodos de pesquisas e estatística aplicada às ciências sociais. O avanço do desenvolvimento dos computadores proporcionou refinamentos no processo de avaliação. A melhoria na avaliação também pode ser observada a partir do refinamento no processo de coleta de dados, que gera resultados mais confiáveis.

No início a avaliação era coisa de pesquisadores. Agora passou a ser utilizada também pelos tomadores de decisão, planejadores e administradores que usam os resultados das pesquisas. Ao sabor das mudanças políticas, a avaliação vem se firmando como fonte de pesquisa por todos que administram e precisam tomar decisões. Quer seja no Estado mínimo, com privatizações, ou com o Estado intervencionista. É necessário desenvolver a cultura da avaliação não somente com o foco na eficácia ou na sua eficiência. Como relata Paula (2002, p. 7), “a nova abordagem de gestão social requer a devida atenção à avaliação em outros contextos, tais como a efetividade, a participação e a sustentabilidade dos programas sociais.”

Segundo Cohen e Franco (1993, p. 77), “a avaliação é uma atividade que tem como objetivo maximizar a eficácia dos programas na obtenção de seus fins e a eficiência na alocação de recursos para a consecução dos mesmos”. Essa definição traz dois conceitos fundamentais na avaliação. Primeiro, o alcance dos objetivos do projeto, a conquista das metas, o que se atingiu com relação ao produto do projeto, que é a eficácia. Procura-se o quanto se atingiu dos objetivos. A eficácia se caracteriza pela medição de quanto se alcançou das metas especificadas no programa.

O segundo conceito que Cohen e Franco (1993) ressaltam é a minimização dos custos e a maximização dos produtos representados pela eficiência. Procura-se o quanto se atingiu das metas com o menor custo possível. A eficiência trata da minimização do uso dos recursos, que são limitados, isto é, escassos.

A eficiência trata de recursos; a eficácia, de produtos; e a efetividade, de resultados. Podem-se definir três tipos de avaliação. Primeiro, a avaliação de efetividade, que trata a eficiência e a eficácia do programa, fazendo com que a avaliação seja mais rica, pois abrange os dois aspectos. Outro tipo é a avaliação de eficiência, que trata a eficiência somente e a avaliação de eficácia. A efetividade estuda os impactos, as mudanças significativas, o resultado efetivo que a política pública realizou, ou seja, a eficiência com eficácia. Para Cohen e Franco (1993, p. 93) “o impacto é consequência dos efeitos de um projeto. Neste sentido, expressa o grau de consecução dos objetivos em relação à meta do projeto”.

Figueiredo e Figueiredo (1986 apud ARRETCHE, 1998, 31, 34) definem as três formas de avaliação de eficácia, de eficiência e de efetividade, a saber:

Por avaliação de eficácia, entende-se a avaliação da relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos.

Por avaliação de eficiência, entende-se a avaliação da relação entre o esforço empregado na implementação de uma dada política e os resultados alcançados.

E, avaliação de efetividade é o exame da relação entre a implementação de um determinado programa e seus impactos e/ou resultados, isto é, seu sucesso ou fracasso em termos de uma efetiva mudança nas condições sociais prévias da vida das populações atingidas pelo programa sob avaliação.

A primeira dificuldade encontrada para a realização da avaliação é a escassez de dados e informações. Outro ponto que precisa ser destacado é o custo financeiro da avaliação e a dificuldade em organizá-la, definir os objetivos e a metodologia.

Além dessas, pode-se citar na avaliação de efetividade a dificuldade de distinguir produtos de resultados. Mas, para Arretche (1998, p. 32), “a principal dificuldade metodológica consiste precisamente em demonstrar que os resultados encontrados estão causalmente relacionados aos produtos oferecidos por uma dada política sob análise”, devido ao fato de que a população recebe motivações diversas e fica difícil isolar os resultados advindos da política/programa que se está analisando.

Para Belloni; Magalhães e Sousa (2001), a divisão da avaliação quanto ao tempo de execução pode ser do seguinte modo: avaliação diagnóstica, que é realizada antes da implementação e é utilizada para estabelecer parâmetros de comparação *a posteriori*. A avaliação processual, que é desenvolvida durante a implementação do programa, pode ser confundida como um processo de controle e serve para melhorias e adequações no programa. E a avaliação global, que é realizada no fim do processo e tem como objeto o processo de formulação do programa e sua implementação, como também os resultados e impactos advindos do programa avaliado.

A clássica distinção entre dois tipos de avaliação, de acordo com o tempo de sua ocorrência em relação ao programa a ser avaliado, é dita como avaliação *ex-ante* e avaliação *ex-post*. Como *ex-ante* entende-se a avaliação que ocorre antes da execução do programa, durante a sua preparação e seu desenho ou mesmo durante a sua implementação. Essa avaliação procura as melhorias no processo de formulação do programa, permite criar na população-alvo do programa uma linha de base ou tempo zero para comparações futuras em outra avaliação. Para Cohen e Franco (1993), a avaliação *ex-ante* assegura a escolha da melhor opção para a utilização dos recursos e para a execução do programa, pois é realizada no começo.

A avaliação *ex-post* é realizada após a execução do programa, ou mesmo durante, quando pode ser aplicada a avaliação de eficiência, de eficácia e de efetividade com relação aos objetivos previamente formulados no programa. Para Cohen e Franco (1993), a avaliação *ex-post* permite aprender com a experiência passada e, a partir dela, traçar projetos mais eficientes na utilização dos recursos, e eficazes para atender às necessidades.

Existe também a distinção entre a avaliação de resultados e a avaliação de processos. Por avaliação de resultados entende-se a avaliação que mensura quais objetivos foram alcançados pela execução do programa e com qual qualidade esses objetivos foram cumpridos. Trata-se do tipo de avaliação mais objetivo para os que desejam verificar o cumprimento das propostas, seus resultados, impactos e efeitos.

Para Belloni; Magalhães e Sousa (2001, p. 86), a avaliação é um processo e não um ato isolado, sem objetivos. Assim, define avaliação como:

Um processo sistemático de análise de uma política, atividade, fato(s) ou coisa(s) que permite compreender, de forma contextualizada, as suas dimensões e implicações,

e tem como finalidade estimular o aperfeiçoamento dos objetivos e metas das políticas e das ações avaliadas.

Sobre a avaliação de processo entende-se que se deseja verificar, ao longo da execução de um programa, as dificuldades ou mesmo as facilidades que ele apresenta ao longo de sua execução a partir que foi planejado. Essa avaliação tem como objetivo a melhoria das condições para o sucesso do programa em sua execução até a conclusão.

Existe diferença entre avaliação e monitoramento. Para Paula (2002, p. 1) o monitoramento é definido como sendo “o acompanhamento do programa para saber até que ponto ele está se desenvolvendo de acordo com o seu desenho ou seu plano de ação e se está sendo dirigido para a população-alvo.” E avaliação como “o processo sistemático de coleta e análise de dados para determinar se os objetivos têm sido ou estão sendo alcançados, e em que grau, e para auxiliar na tomada de decisões”.

O monitoramento tem papel importante na avaliação formativa, que tem como objetivo avaliar em termos da concepção do programa para prestar informações aos planejadores de possíveis alterações para o aperfeiçoamento do programa.

O monitoramento é feito para se definir se o público-alvo do programa está sendo atingido, se os recursos são adequados para o programa e se o programa está acontecendo a ponto de se perceber mudanças no público-alvo. A avaliação formativa pode usar o monitoramento como ferramenta para atingir seus objetivos.

Tratando-se de políticas públicas, fica mais evidente a necessidade da avaliação, por ser instrumento público, ou seja, sua essência deve ser dirigida à população. Utiliza-se a avaliação da política pública para sua validação, melhoria do programa, para possíveis correções, modificações. Assim, explica Ala-Harja e Helgason (2000, p. 5):

A avaliação de programa deve ser vista como mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão, a fim de garantir melhores informações aos governantes, sobre as quais eles possam fundamentar suas decisões e melhor prestar contas sobre as políticas e os programas públicos.

A avaliação é o modo de verificar o cumprimento dos objetivos e as metas previamente estabelecidas, como também permite decidir sobre a conveniência de executar o projeto e escolher a alternativa ótima.

Mas é importante definir com que propósito se realizará a avaliação:

Prestar contas, melhorar a eficiência, realimentar o sistema de planejamento, identificar modelos replicáveis de programas e projetos ou instrumentalizar o processo decisório em relação à continuidade, reformulação ou extinção desses programas. (HOLANDA, 2006, p. 191).

Tanto Gertler (2007) quanto Silva (2001) recomendam que devido ao orçamento limitado é necessário conhecer as políticas de boa qualidade para sua melhor aplicação. E isso se dá através da avaliação. A avaliação por si só não garante mudanças, mas a partir de dados, dos estudos, as informações podem servir de apoio para as tomadas de decisão, ampliando as oportunidades de escolhas e melhorias.

Todo projeto pode e deve ser avaliado. A avaliação é importante e deve sempre ser executada, pois ela atesta os gastos, mensura-os e assim contribui para a melhoria das condições sociais da população através da prática das políticas públicas. Um projeto não pode ser formulado a menos que se saiba como será avaliado, fato de fundamental importância dentro da construção do projeto.

Pela ótica gerencial e administrativa avalia-se um programa quando há necessidade de mudanças na organização pela necessidade de planejamento para a tomada de decisão. A avaliação de um programa tem por objetivo conhecer os fatores positivos e negativos que servirão de apoio para mudanças e reformulações do programa com sua possível suspensão.

Para Holanda (2006, p. 191), a avaliação deve ocorrer:

Financiadores e doadores basicamente querem saber o que foi feito com o dinheiro canalizado para o programa, se os seus objetivos foram atingidos ou não, se a população, alvo foi beneficiada, se a implementação foi eficiente ou ineficaz. Uma avaliação positiva geralmente é uma condição fundamental para assegurar a continuidade do apoio ao programa, inclusive porque os seus finan-

ciadores precisam prestar contas, por sua vez, aos seus próprios *stakeholders*.

Os benefícios da avaliação para os agentes financiadores e servidores é saber qual o retorno do programa, do seu recurso aplicado e do seu trabalho. A avaliação serve como oportunidade para redefinir programas, melhor alocar recursos e beneficiários e também para melhorar o conhecimento dos resultados do programa.

Silva (2001) define um “plano da pesquisa de avaliação” em oito partes: definição de um marco teórico de referência, o qual deve explicitar a concepção de avaliação e os valores que orientarão todo o processo avaliativo; definição do universo do programa a ser considerada na avaliação, delimitação do objeto da avaliação; definição de objetivos e metas, seleção da estratégia metodológica para desenvolvimento da avaliação; definição da amostragem quando não for possível o uso da população total; definição do plano de análise das informações levantadas no estudo e determinação das normas e dos passos a serem seguidos no processamento das informações.

Como todo processo, a avaliação apresenta incertezas em sua aplicação. Podem-se considerar como limitação da avaliação os recursos a serem aplicados na sua realização. Diante da escassez constante de recursos, torna-se mais difícil a execução da avaliação. A qualificação dos recursos humanos para a aplicação da avaliação, a restrição de dados a serem estudados, a qualidade dos recursos materiais a serem utilizados apresentam-se como exemplos de limitações a serem vencidos na realização da avaliação.

Outro ponto da avaliação é a divulgação de informações antes restritas a um número de pessoas. Quando não são dados sigilosos, o conhecimento dos retornos da política serve para a sua afirmação. Outra restrição é que a simples avaliação não significa que as melhorias no programa serão efetuadas, pois sempre dependem de uma decisão política de quem está conduzindo o programa.

Com a avaliação as autoridades podem escolher entre uma ou outra política levando em conta sua eficácia e eficiência. Ela faz parte do “processo de planejamento da política social” (COHEN; FRANCO, 1993, p. 73) e não se trata de uma atividade isolada ou posterior do planejamento. Quando se está planejando uma ação, além de diversos pontos como ob-

jetivos, pessoal envolvido, a avaliação deve ser tratada nesse momento. A avaliação deve ser uma dimensão do planejamento.

A avaliação, segundo Gertler (2007), faz parte do desenho das políticas públicas. É a forma de, inicialmente, averiguar como o projeto está sendo implantado e no final saber quais os resultados alcançados. Para cada tipo de programa, dependendo de quando for realizado, que critérios serão empregados, que objetivos se pretende alcançar, existe uma avaliação específica. Pois a avaliação é uma atividade que, por ser complexa e ainda não ser tão difundida, possui diversas formas de se desenvolver e várias categorias e tipos de investigação.

O sucesso da avaliação é medido em seu planejamento. Planejar a avaliação, com todas as medidas previamente definidas para alcançar os objetivos, é a fórmula de se obter bons resultados. Para que a avaliação seja bem-sucedida é preciso ter muito claros seus objetivos, o que se pretende pesquisar, qual a metodologia escolhida para ser empregada na avaliação, quanto de recursos estará disponível para providenciar a logística necessária, a quem se destina a avaliação e como vai ser divulgada.

A avaliação pode ser utilizada para elevar a eficiência da gestão pública. Para isso seria interessante que os recursos e necessidades para executar a avaliação estivessem incorporados ao planejamento das políticas, que fizessem parte do orçamento geral do projeto antes mesmo de sua aprovação e execução.

Numa avaliação é recomendável que se envolva os chamados *stakeholders* (HOLANDA, 2006), quer dizer, os envolvidos com o programa, quer seja os financiadores, os técnicos, os usuários dos serviços, os políticos, os tomadores de decisão, a sociedade civil ou, ainda, os demandatários da avaliação, que pode ser qualquer parte interessada no programa. (SILVA, 2001).

A avaliação está inserida em todas as etapas do ciclo ou do processo de planejamento. Não só todo o programa deve ser avaliado, mas em todas as suas etapas pode ser feita a avaliação e daí serem tomadas decisões quanto à sua continuidade e a melhor forma de executá-lo a um menor custo.

A avaliação é um instrumento utilizado na tomada de decisão quanto ao aperfeiçoamento, reformulação ou até mesmo a continuidade do programa. Por isso mesmo, o BNB, em 2003, criou uma coordenação no ETENE específica para avaliação de programas e políticas administradas

pelo Banco sob a denominação de Coordenação de Avaliação de Políticas e Programas.

A prática regular de avaliação no Banco do Nordeste não teve início em 2003, mas em 1977, quando Banco realizou uma avaliação de todos os projetos financiados pelo FINOR naquele período:

O objetivo era mais avaliar o impacto desses projetos do ponto de vista macroeconômico do que analisar os problemas surgidos quando de sua implementação. Esperava-se também obter dados concretos para responder às reiteradas críticas aos supostos projetos “falidos” da região, que haviam sido beneficiados com esses incentivos.

Foram visitadas 763 empresas em toda a região Nordeste, constatando-se que, dentre estas, 133 estavam paralisadas, representando 17,4% do total do número de empresas, mas apenas 5,6% do investimento total e 9,6% do emprego estimado. Este foi o dado concreto levantado – uma perda de menos de 6% em um programa de investimentos em capital de risco, numa região difícil e carente de tudo. Isso permitiu ao governo ter uma visão precisa sobre a eficiência relativa do programa. (HOLANDA, 2006, p. 192).

Atualmente a avaliação de políticas públicas é um dos pontos fundamentais dentro da estrutura do ETENE, dada a limitação dos recursos públicos aplicados em programas. A avaliação, ademais, pode ser utilizada para apoiar as decisões quanto à continuidade, extinção ou reformulação de programas ou políticas públicas em andamento.

Para o Banco do Nordeste do Brasil (2007, p. 15) a importância da criação dessa coordenação “responde às demandas dos acionistas da Instituição, de órgãos fiscalizadores da administração pública brasileira, além da própria sociedade”. Essa coordenação é responsável pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação dos principais programas e linhas de crédito do Banco. Especificamente seus objetivos são: desenhar, estruturar e implementar metodologias de avaliação para os programas e linhas de crédito do BNB; desenhar, estruturar e implementar sistemas de acompanhamento, monitoração e avaliação para os programas e linhas de crédito do Banco; elaborar, apresentar e publicar relatórios de acom-

panhamento e avaliação referentes aos programas e linhas de crédito do BNB, disseminar uma cultura avaliativa no âmbito da instituição.

Assim, o presente projeto se insere nessa nova proposta de trabalho do ETENE, na medida em que a análise de um segmento dos projetos financiados oferecerá subsídios para uma posterior avaliação do fundo como um todo. Além disso, em termos pessoais, representa uma oportunidade de absorver conhecimentos importantes que contribuirão para a realização de análises críticas e fundamentadas teoricamente.

4 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

4.1 O Capitalismo Industrial como Proposta Hegemônica

O avanço do capitalismo mercantil, ou seja, sua expansão mundial criou espaço para a expansão do capitalismo industrial. A Inglaterra, um dos países com destaque mundial no capitalismo comercial, tomou a frente do processo tornando-se líder da Revolução Industrial em virtude de dispor de poupança, reservas de carvão e de ferro, matérias-primas importantes e de maior peso na industrialização. Além disso, havia mão-de-obra abundante naquele País, já que os camponeses migravam para as cidades em busca de empregos.

A Revolução Industrial passou por três fases distintas. A primeira fase, iniciada em fins do século XVIII, destacou-se pela substituição do trabalho artesanal (manufatura) por trabalho utilizando máquinas. Antes disso não havia divisão do trabalho. O artesão produzia a peça do começo ao fim. Com a introdução da máquina, passou a existir o trabalho especializado, no qual dificilmente um só trabalhador reunia as condições de produzir uma peça até seu acabamento, passando por todas as partes.

Foi nesse período que se passou a utilizar o vapor como energia motora em lugar das forças da natureza, vento, água, força humana. A locomotiva e o navio a vapor tomaram o lugar das carruagens. Muitos homens passaram a trabalhar na construção de estradas de ferro. Enquanto isso, mulheres e crianças serviam de mão-de-obra nas fábricas sob as piores condições humanas de trabalho. Para se ter uma ideia, o horário de trabalho atingia as dezoito horas diárias. As cidades foram invadidas por camponeses que buscavam trabalho, os quais, por falta de infraestrutura suficiente para abrigar todo o contingente, instalavam-se e sobreviviam em casas sem nenhuma estrutura de higiene e moradia.

O mercado e o comércio eram dominados pelos que possuíam o dinheiro, facilitando também o investimento, por parte dos mesmos, na construção de máquinas, na compra de matéria-prima, na contratação de pessoal, aumentando sua produção e obtendo lucros mais elevados. A posse da matéria-prima e dos mercados estava nas mãos dos capitalistas. Isso levou ao surgimento de duas classes sociais: os donos das fábricas

e os trabalhadores, os donos do capital e os que possuíam somente sua força de trabalho.

A invenção da máquina, substituindo a força humana na produção, marcou um dos momentos de maior impacto na evolução da história da humanidade em virtude da rápida mudança nos meios de produção e na sociedade em um espaço muito curto de tempo.

A segunda fase da Revolução Industrial se deu a partir da utilização do petróleo e da eletricidade como energia. Os Estados Unidos dominaram essa fase da Revolução, que aconteceu entre o fim do século XIX e o início do século XX. No setor dos meios de transporte os grandes inventos foram o automóvel e o avião, diminuindo o tempo de escoamento da produção que estava em ritmo mais acelerado. Outros grandes inventos dessa fase, o rádio e o telefone revolucionaram os meios de comunicação facilitando ainda mais a comercialização de produtos e a geração do lucro.

A terceira revolução industrial aconteceu logo em seguida ao final da Segunda Guerra Mundial, ocorrida na primeira metade do século XX, mais precisamente entre os anos de 1939 e 1945. A grande novidade desse período foi o surgimento da informática, revelando-se como uma nova e importante energia de produção. Essa nova fonte de energia permitiu grandes avanços em todas as áreas da produção e do conhecimento. A comunicação ficou mais rápida e intensa com a internet interligando o mundo, diminuindo distâncias e intensificando o comércio entre produtores e compradores finais.

Pode-se denominar essa fase como a da revolução tecnológica, pois o avanço foi e continua sendo cada vez mais intenso e de uma rapidez de impressionar. A robótica e a automação tomaram conta dos setores produtivos. Novos produtos foram criados. O plástico é um exemplo de novo produto que passou a ser bastante utilizado em diversos setores da produção, barateando o custo de produção dos produtos.

Mais uma vez, os Estados Unidos tomaram a frente, seguidos pela Europa e pelo Japão. Esse último, passando de um país bastante atrasado para um dos mais desenvolvidos do mundo.

Considerando a classificação em três fases, conforme anteriormente mencionado, o capitalismo passou, através das revoluções industriais, de mercantil voltado ao comércio para atividades econômicas de maior po-

tência no setor fabril e para o capitalismo industrial, com a supremacia do capital sobre o trabalho.

No início da terceira fase da Revolução Industrial, logo após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo atravessou momentos em que a intervenção do Estado – “Estado Keynesiano” que era visto inclusive a partir de setores econômicos baseados no modelo econômico do inglês John Maynard Keynes – buscava o bem-estar social (*Welfare State*).

Porém, ao longo de sua história o capitalismo já sofreu várias crises. Aliado ao liberalismo, que prega por um lado a propriedade privada dos meios de produção, o individualismo, deixando de lado o social, a livre iniciativa privada e a concorrência, por outro, exige o “Estado Mínimo” cobrando menos intervenção deste na economia, tratando apenas da segurança e da propriedade privada.

Mas, diante do capitalismo, no século XX, surgiu uma grande utopia, o socialismo. A ideia do socialismo nasceu como uma forma alternativa ao sistema econômico que se alastrava mundo afora.

4.2 O Socialismo Utópico

O socialismo se apresenta como contraponto, de forma superior, a todas as correntes de pensamento do capitalismo. Superior, por se pensar que todos os problemas existentes no modo de produção capitalista não iriam mais acontecer, já que a economia passaria a ser centralmente planejada.

No sentido exato da palavra, o socialismo é uma utopia. Trata-se de uma visão de sociedade que ainda hoje não existe em lugar algum. Com o decorrer da revolução industrial a ideia seria criar condições econômicas e sociais homogêneas em todo o mundo para passar de uma sociedade capitalista para a socialista e, assim, atingir o comunismo.

A mão-de-obra utilizada como força de trabalho na Primeira Revolução Industrial era formada por camponeses que se deslocavam para a cidade em busca de trabalho e por artesãos que diante da nova forma de produção capitalista se refugiavam e formavam o proletariado do capitalismo.

A exploração do proletariado não tinha limites no início do capitalismo, abarcando desde a utilização da mão-de-obra infantil até a extensa jornada de trabalho. Estes fatores impediam o aumento de produtividade,

fator imprescindível para o lucro, pois ocasionava a debilidade física dos trabalhadores e os altos índices de mortalidade.

No início do século XIX, de acordo com o relato de Singer e Souza (2002) e Souza; Cunha e Dakuzaku (2003), alguns industriais passaram a se preocupar com as condições dos trabalhadores, destacando-se o proprietário de indústrias têxteis, Robert Owen. Ele empreendeu em sua indústria escolas para as crianças e jornada de trabalho limitada.

Essas ações lhe renderam, além da imagem de filantropo, empresas mais lucrativas. Todo o investimento em bem-estar para os trabalhadores resultava em maior produtividade e lucros maiores. Para Owen (2002, p. 118) o importante era a busca da felicidade permanente que se encontrava com base na verdade, e para isso seria fundamental abolir práticas do capitalismo:

As instituições e disposições atuais, baseadas no erro, e que deverão ser abandonadas ou modificadas, são: as religiões, assim chamadas; os governos de todas as formas; as profissões, civis e militares; os sistemas monetários; a prática de comprar e vender; as práticas que produzem as lutas civis e militares, pessoais e nacionais; o modo atual de produção e distribuição das riquezas; o modo atual de formação do caráter do homem ou educação; as práticas de fraude e violência que reinam atualmente em todas as instituições e funções sociais; a existência de interesses isolados e do desacordo universal que daí decorre; a existência de famílias isoladas e interesses familiares separados; a maneira de educar as mulheres como escravas domésticas; a prática dos casamentos de conveniência e indissolúveis, forçando a união dos sexos em oposição aos sentimentos naturais; a desigualdade da educação, do emprego e das condições, a opressão do fraco pelo forte; a prática de criar impostos desiguais e de dispensá-los, em medidas incapazes de produzir o bem, enquanto se poderia aplicá-los eficazmente na produção de riqueza, de ciência e de bem-estar permanente para todos; a prática da produção de toda sorte de bens de qualidade inferior, em lugar de bens de qualidade superior, mais econômica e mais desejável.

O conceito de aldeias cooperativas foi definido por Robert Owen, quando apresentou ao governo britânico a ideia de investir o recurso destinado aos pobres em aquisição de terras e construção de aldeias, em 1817. O plano era dividir a população carente em aldeias cooperativas com cerca de 500 a 2.000 ou 3.000 pessoas trabalhando em indústrias e na terra para sua subsistência e o produto excedente seria destinados à troca entre as aldeias. Segundo Owne (2002, p. 140), “Cada uma dessas comunidades será cercada por terras suficientes para a manutenção de todos os seus membros, mesmo quando em número elevado”.

Com o tempo os recursos poderiam ser devolvidos aos cofres públicos, pois não haveria necessidade de continuar com o subsídio, já que as pessoas estariam reinseridas na produção, estariam ocupadas e “as riquezas produzidas seriam conservadas e distribuídas da maneira mais vantajosa para todos” (OWNE, 2002, p. 118), pois para Owne (2002), o importante era a felicidade advinda da verdade e não da acumulação individual de riquezas.

Para Singer e Souza (2002, p. 26) “o maior desperdício, em qualquer crise econômica do tipo capitalista (devido à queda da demanda total), é a ociosidade forçada de parte substancial da força de trabalho.” Na época que o economista Owen sugeriu ao governo britânico a ideia das aldeias cooperativas o mundo estava em crise econômica, com queda na demanda total, devido ao fim da guerra em que os ingleses venceram Napoleão Bonaparte. O número de pobres, devido à escassez de trabalho, multiplica-se muito rapidamente, aumentando consideravelmente o número dos excluídos, demandando do governo uma posição urgente em relação à oferta de trabalho.

Quanto ao plano de Owen na Inglaterra, não fora aceito. Mas as suas ideias deram base à criação de sindicatos e de cooperativas. A primeira cooperativa owenista foi criada por George Mudie, em Londres, que reuniu, para viverem em comunidade com os ganhos de suas atividades profissionais os jornalistas e os gráficos. Juntos, em 1822 criaram e publicaram o primeiro jornal cooperativo *The Economist*. Seu fim se deu porque desistiram de viver em comunidade.

Outra tentativa owenista, em 1826, foi a Comunidade Orbiston, onde houve a experiência do sistema de repartição baseada em pagamento igual por hora de trabalho de qualquer pessoa, princípio da economia

solidária. Essa comunidade foi iniciada por Abram Combe e contou com a participação de George Mudie, mas desapareceu com a morte de seu fundador, em 1827.

William King, “médico dos pobres”, como era conhecido, fundou, em 1827, a Associação Cooperativa de Troca de Brighton com o objetivo de formar uma comunidade cooperativa owenista, que funcionou como um armazém cooperativo. Os associados trabalhavam na terra e os frutos de seus trabalhos eram vendidos no armazém. Em 1932, essa comunidade acabou depois que seu fundador saiu. Outras cooperativas, a partir dessa experiência, foram criadas. Houve um fortalecimento dos movimentos sindicais e cooperativas de trabalhadores, pois eles já não lutavam somente por melhorias das condições de trabalho assalariado, mas pela substituição do assalariamento pela autogestão. Todo esse processo teve como base o plano de Robert Owen no início do século XIX frente à crise econômica decorrente do fim da guerra, com consequências de desemprego e aumento do número de pobres.

As aldeias cooperativas são hoje denominadas de cooperativas integrais por unir produção e consumo. Nessa mesma época, as pessoas que resistiam ao comércio capitalista criavam mercados de comércio sem intermediários, em que os trabalhadores mesmo levavam sua produção para trocar por outros produtos sem a intervenção de intermediários. Dando início foi criada a Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo em 1832, e em seguida muitas outras foram abertas. A Bolsa teve suas atividades interrompidas por causa da derrota do movimento operário contra os empregadores.

Nesse período a luta dos sindicatos contra os capitalistas estava embasada pela utilização das cooperativas. A cooperativa era um contraponto ao capitalismo, pois contra o lucro tinha a autogestão. O cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como um modo de produção alternativo ao capitalismo, pois muitas lutas levavam os trabalhadores a tomar a indústria para suas próprias mãos, como autogestão, retirando dos empreiteiros, como foi o caso da luta dos trabalhadores da construção civil, em 1833, na Inglaterra.

À medida que o sindicalismo se fortalecia os empregadores reagiam com um *lock-out* (exclusão), que significava a demissão de todos os trabalhadores sindicalizados. Em resposta aos *lock-out* ocorridos no setor da

construção e na indústria têxtil, os trabalhadores se organizavam em cooperativas para se protegerem da hostilidade da pobreza e da exclusão.

Por todos estes acontecimentos, considera-se a Inglaterra como sendo o berço da economia solidária através do cooperativismo que tão fortemente foi implantado e procurou amparar os excluídos e propor à classe operária uma nova forma de produção, contrária ao capitalismo, negando o lucro e procurando a inclusão social, o emprego, a valorização do homem.

Na França, na mesma época, por volta da segunda e terceira décadas do século XIX, o pensador com maior notoriedade foi Charles Fourier, que segundo Singer e Souza (2002, p. 36), “acreditava que cada pessoa poderia encontrar um ou mais trabalhos que estivessem de acordo com suas paixões e aos quais ela poderia se entregar quase sem se importar com a remuneração.” Para se trabalhar por paixão e não por necessidade e pela remuneração, seria necessário que todos recebessem uma renda cidadã em que fosse garantida a sua sobrevivência pelo Estado.

O ponto principal da obra de Fourier, que era crítico ferrenho de Owne (2002), era o princípio da atração universal e considerava de grande importância para a humanidade. Para ele, a atração regeria o mundo em suas dimensões físico e social, material e espiritual.

Fourier defendia que a associação obtida através da atração pode produzir riquezas e multiplicá-la. Para Owne (2002, p. 70), a atração é ponto fundamental na construção das associações:

Deveria ser o caminho normal, que não foi percebido pelos que escreveram vaga e superficialmente sobre associação. Se tivessem estudado a atração, eles teriam descoberto a teoria das Séries Passionais, sem a qual é impossível estabelecer o mecanismo societário, porque não se pode, sem as Séries Passionais, preencher as condições primordiais, que são: atração industrial, repartição proporcional e equilíbrio populacional.

Para Fourier (2002), a atração industrial é um preceito para a multiplicação da riqueza. Sem a repartição proporcional e a participação da classe pobre nesse crescimento e sem o equilíbrio da população, essa riqueza, por mais colossal que fosse, seria ilusória. A distribuição da riqueza é ponto fundamental para sua sustentação.

Fourier (2002) defendia a associação através de gostos e paixões. Para alimentar a atração industrial defendia que as vocações industriais, numerosas na infância, deveriam ser consideradas para a colocação de cada um nos postos de trabalho e frequentemente variar os trabalhos para garantir o encanto suficiente para fazer nascer a atração industrial.

Para Fourier (2002), as associações teriam entre de 1.800 a 2.000 pessoas que deveriam estar ocupadas em trabalhos das sete funções industriais: atividades domésticas, agrícolas, manufatureiras, comerciais, de ensino, estudo e emprego das ciências e das artes.

A associação, “ao substituir a concorrência individual, não solidária, mentirosa, complicadora e arbitrária pela concorrência corporativa, solidária, verídica, simplificadora e garantida” (FOURIER, 2002, p. 85), empregará menos recursos como a força de trabalho, eliminando pequenos e repetidos trabalhos, gerando mais riquezas para a sociedade. Enfim, para Fourier (2002, p. 95) “a atração passional está descoberta e o mundo pode chegar agora a um destino feliz” com a riqueza distribuída.

O socialismo pode ser resumido como uma sociedade em que reina plena igualdade e liberdade para todos seus membros, gerando bem-estar social superior ao proporcionado pelo capitalismo, já que todos participariam igualmente e teriam também a propriedade dos meios de produção.

Diferentemente do capitalismo, com uma divisão clássica das classes sociais pela propriedade dos meios de produção, o socialismo prega a igualdade de classes, ou seja, a sociedade sem classes onde todos seriam proprietários de todos os bens, a propriedade coletiva dos meios de produção. Uma sociedade que não tenha empregadores e empregados, em que os meios de produção não seriam propriedade privada de uma pequena minoria enquanto a grande maioria está privada dos meios de produção e, por causa disso, sempre dependente dos seus detentores para sobreviver. Logo, no socialismo utópico encontra-se a igualdade de classes.

Inicialmente o socialismo viria após o capitalismo, aproveitando todo o potencial econômico advindo do modo de produção capitalista que gerou a industrialização. Com o planejamento econômico participativo geraria uma melhor distribuição dos bens e um grau de satisfação maior da sociedade. O indivíduo não estaria mais à mercê das crises econômicas e do mercado devido ao planejamento consciente e participativo em que seriam evitados os desperdícios dos recursos, as crises, o desemprego.

Como exemplo de sociedade socialista, podemos citar a União Soviética, que teve início com a revolução camponesa, seguida pelas experiências de Cuba, China e alguns outros países da Europa oriental. Essas experiências deram origem ao chamado socialismo real, diferente do que era conhecido e do que era almejado, do socialismo utópico, do ideal. Nessas sociedades ocorreu a estatização dos meios de produção industrial e, em alguns, agrícolas.

4.3 Cooperativismo

Para entender economia solidária torna-se indispensável fazer um passeio pela história do cooperativismo como pressuposto para a compreensão da economia solidária.

O cooperativismo parte do princípio de trabalhar em comum, associar pessoas com a finalidade de trabalhar, produzir conjuntamente através de capital e do trabalho comum. Através do cooperativismo os associados buscam meios de melhorar sua qualidade de vida e seu padrão socioeconômico, o que é uma base para a economia solidária.

Johnson (1997, p. 43) define cooperação como “esforço coordenado para atingir objetivos comuns”, ou seja, ações conjuntas para alcançar objetivos que são comuns a todos. Assim, o cooperativismo busca não só a produção, a qualidade dos bens produzidos, o comércio justo, mas também a inserção do indivíduo à sociedade, à melhoria da qualidade de vida de seus associados, à promoção do homem.

Basicamente o cooperativismo teve início em 1760, quando trabalhadores de estaleiros da Inglaterra se uniram para fundar moinhos de cereais para não terem de pagar altos preços pelo monopólio local. Com o advento da Primeira Revolução Industrial, ocorrido na Inglaterra, como fora visto anteriormente, a máquina a vapor, introduzida na produção significava crescimento no desemprego. Cada máquina que passava a ser utilizada substituía uma quantidade x de operários. Estes, diante da crescente escassez de emprego, uniam-se para se proteger e sobreviver. Eles se organizavam em cooperativas a fim de se manterem através do cultivo de terras para a produção de mantimentos gerando empregos para os excluídos do novo processo de produção até conseguir um novo emprego.

A mais famosa das primeiras cooperativas foi a dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, uma cidade com predominância na indústria têxtil.

Após a derrota de uma greve de tecelões em 1844, 28 operários se uniram com o objetivo de melhorar sua precária situação econômica formando uma cooperativa de consumo.

Os membros da cooperativa de consumo dos Pioneiros de Rochdale desenvolveram princípios que se tornaram universais no cooperativismo, servindo de padrão mundial, inclusive valendo até para os dias de hoje:

Os princípios universais do cooperativismo: 1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso este princípio é conhecido como o da “porta aberta”; 3º) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7º) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas. (SOUZA, 2003, p. 36; SINGER; SOUZA, 2002, p. 39, 40; SINGER; SOUZA, 2000, p. 19).

O primeiro princípio é o que gera a primazia do trabalho sobre o capital, o que diferencia o cooperativismo e a economia solidária do capitalismo através do sistema de autogestão. A cooperativa dos Pioneiros de Rochdale serviu de apoio e base para muitas cooperativas que estavam sendo implantadas em toda a Inglaterra no século XIX, e até hoje pelo mundo inteiro por ter sido uma experiência exitosa.

Definem-se alguns tipos específicos de cooperativismo, segundo sua forma de atuação e seus objetivos, podendo-se destacar: o cooperativismo de produção, o cooperativismo de crédito e o cooperativismo de consumo.

Ainda pode ser citado o cooperativismo agrícola, que é específico de cooperativas de trabalhadores do campo. Empenham-se na produção de produtos agrícolas e pecuários. No Brasil as cooperativas agrícolas foram responsáveis pela difusão do cooperativismo. Outro exemplo é o cooperativismo educacional, que envolve pais e alunos em torno do objetivo de

garantir educação a custos viáveis. Pode-se mencionar ainda o cooperativismo habitacional em que as cooperativas trabalham na construção de conjuntos habitacionais com recursos de seus associados. Tantos outros tipos de união de pessoas em torno de uma nova alternativa frente às dificuldades enfrentadas com o desemprego podem ser citados. São diferentes formas de cooperativismo de consumidores, além dos clubes de troca em que produtores se reúnem e criam uma moeda própria para facilitar o intercâmbio entre mercadorias.

As experiências de cooperativismo integral, segundo Gomide (2003, p. 141), “são aquelas onde a prática diária dos valores de cooperação está associada ao sentimento de pertencer a uma comunidade”. É o caso do *kibutz* (estabelecimento coletivo em hebraico), do movimento sionista, que tinha como mentor Theodor Herzl, em Israel. Seu princípio básico é “cada um conforme sua capacidade e a cada um conforme suas necessidades”. O primeiro foi fundado em 1910, denominado Degania. Os imigrantes de Israel passaram a viver em comunidade, produzindo para sua sobrevivência; existiam os que trabalhavam fora do *kibutz* e colocavam seus salários em uma caixa de uso comum.

Em Mondragón, uma cidade ao norte da Espanha, existe um conjunto de cooperativas, talvez o maior complexo do mundo. O cooperativismo de Mondragón, iniciado em 1956, por Padre Arizmendi, engloba cooperativas de produção, de consumo, universidades, banco cooperativo e cooperativas de estudos e pesquisas tecnológicas.

Mondragón aplica os princípios do cooperativismo, inclusive empregando pessoas assalariadas somente em caráter excepcional, quando a especialização necessária não é encontrada entre os cooperados. O cooperativismo de Mondragón tem suas dificuldades, mas procura realizar a autogestão, princípio da economia solidária vivido nesse complexo cooperativismo.

Assim, o cooperativismo é parte da economia solidária, pois apesar de estar inserido no capitalismo é um sistema participativo, solidário, democrático e mais justo, que busca atender as necessidades e interesses dos trabalhadores associados. É notório o crescimento dessa forma de organização econômica, em especial quando o mercado de trabalho se retrai gerando “exército de sobrantes”.

4.3.1 Cooperativismo de produção

O cooperativismo de produção é a reunião dos associados em torno do objetivo de produzir bens, além de gerar emprego aos excluídos. Diante das empresas que fecham a cooperativa de produção mostra-se como uma alternativa para a manutenção do emprego. Os Pioneiros de Equitativos de Rochdale também o foram ao implantar essa forma de cooperativa. Um dos princípios básicos do cooperativismo de produção é a autogestão, em que cada sócio tem direito de voto quando das decisões. Se assim não o for, pode ser confundida com a empresa capitalista.

Os princípios do cooperativismo, que são valores de ajuda mútua e igualdade de direitos e deveres cultivados pelos tecelões ingleses, são tão fundamentais que mesmo passados mais de cem anos permanecem como o cerne desse movimento que se expandiu pelo mundo através dos tempos e em diferentes campos da atividade humana.

Com o passar do tempo a história demonstrou que a prática de cooperativismo de produção, além de se manifestar no capitalismo também se manifestou como alternativa de organização de trabalho nos países ditos socialistas, os quais, de outra forma, também separavam o trabalhador de seu meio de produção.

Para Singer e Souza (2002, p. 90) “o protótipo da empresa solidária é a cooperativa de produção”, uma empresa com características opostas às empresas capitalistas servindo de base para construir um modo de produção alternativo ao capitalismo, tornando-se base para a economia solidária.

Difundido em todo o mundo, o cooperativismo de produção foi implantado como resposta dos trabalhadores às péssimas condições do trabalho assalariado. Algumas vezes governos apoiaram a formação dessas cooperativas dando subsídios, auxiliando a conversão de empresas deficitárias em cooperativas de produção.

Uma cooperativa de produção pode acabar e se transformar em uma empresa capitalista, como ocorreu com cooperativas dos Estados Unidos no século XIX. Com a escassez do algodão os acionistas, objetivando o lucro, votaram pela menor remuneração dos operários, perdendo-se, assim, um dos princípios básicos do cooperativismo: a base da decisão voltada para o ser humano e não para o capital.

As cooperativas de produção passaram a se fortalecer e a se multiplicar após a Primeira Guerra Mundial junto com o desenvolvimento capitalista e a centralização de capitais. Com o fim da Segunda Guerra Mundial o interesse pelo cooperativismo diminuiu como consequência do Estado de bem-estar social decorrente do pleno emprego que a economia estava passando. Nessa época o trabalho assalariado estava garantindo a satisfação dos trabalhadores. Com o advento da terceira revolução industrial e a implantação da informática o desemprego voltou a crescer juntamente com a procura por associações de emprego, as cooperativas de produção. No Brasil, as cooperativas de produção reaparecem com nova força quando ocorreu a privatização de empresas públicas e a reestruturação econômica no fim do século XX com o Estado neoliberal.

As cooperativas de produção são sensíveis aos princípios do cooperativismo e enfrentam dificuldades diante do mercado capitalista quanto à escassez de capital para a atualização tecnológica, a mentalidade capitalista dos seus dirigentes e a difícil interação e comunicação entre elas. A disputa de mercado entre as empresas capitalistas e as cooperativas torna-se uma grande dificuldade das cooperativas de produção.

As cooperativas de produção, através da autogestão e da posse coletiva dos meios de produção, mostram-se como uma alternativa mais forte nos dias de hoje para transformar a sociedade capitalista em uma sociedade mais igualitária e justa com os trabalhadores assumindo a empresa.

A propriedade na empresa autogestionária é coletiva, portanto não pertence a um único proprietário ou a um grupo pequeno de donos do capital. Os trabalhadores são os empresários. A relação de trabalho na empresa autogestionária não é baseada no assalariamento. O trabalhador dessas empresas são seus associados, seus donos. O posto de trabalho de um associado está assegurado pela sua associação à empresa autogestionária, que lhe concede estabilidade.

Os vínculos de relacionamento entre os associados de uma empresa autogestionária são diferentes de uma empresa capitalista tradicional, pois desde a sua associação o comprometimento e a solidariedade passam a ser elementos-chaves nos relacionamentos.

As empresas capitalistas podem experimentar o processo falimentar, mesmo com o acesso ao crédito, às inovações tecnológicas e ao mercado. Algumas dessas empresas conseguem se reerguer através da autogestão.

A partir da união dos trabalhadores, com o objetivo de manter os postos de trabalho, essas empresas podem até crescer, como temos exemplos no Brasil, com uma nova organização da força do trabalho.

A autogestão surgiu junto com a empresa capitalista, na Revolução Industrial, e é fruto da resistência dos socialistas utópicos como alternativa para acolher os artesãos que sobraram na formação do capitalismo. Existe em diversas áreas do capitalismo e hoje está presente na economia solidária, como sempre, de forma múltipla.

As empresas autogestionárias convivem, desde o início, com o capitalismo como resposta dos trabalhadores ao processo excludente de produção regido pelo capital:

As formas autogestionárias de organização da produção são uma constante no interior da produção capitalista, caracterizadas especificamente pela oposição aos seus valores e às suas práticas. As experiências de autogestão, em toda sua diversidade, se apresentam como um elemento constitutivo fundamental das lutas dos trabalhadores na história. Portanto, quando falamos de autogestão não estamos apontando para práticas marginais, esporádicas ou auxiliares no processo histórico de construção de uma sociedade mais justa e humana. Ao contrário, trata-se de um elemento cuja origem e natureza se confunde com a origem e natureza do próprio movimento popular. (VIEITEZ; DAL RI, 2001, p. 11).

As empresas autogestionárias brasileiras, que são oriundas da massa falida, podem ser caracterizadas como cooperativas de produção. Estão, geralmente, ligadas a associações como a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e de Participação Acionária (ANTEAG). Através da nova forma de gestão democrática está sendo viabilizada a sustentabilidade dessas empresas e os empregos dos trabalhadores.

Essas cooperativas de produção ligadas à ANTEAG possuem um patrimônio, a sua marca, sua história e um mercado consumidor, ou seja, resta aos trabalhadores exercerem o papel de empresários para não perderem o mercado buscando sempre a inovação tecnológica e a iniciativa empresarial.

Por outro lado, existem as cooperativas que funcionam basicamente com a força de trabalho de seus associados. As associações de moradores comumente promovem, através da união de seus associados, a formação de empresas para contribuir com a geração de emprego e renda para as pessoas que estão à margem do processo capitalista de produção.

Como exemplo nos dias de hoje, atrelado ao cooperativismo de crédito, associações como a do Banco Palmas, em Fortaleza (CE), montou empreendimento de confecções e de produtos de limpeza, criando oportunidades de trabalho para os seus associados e gerando riquezas para a população local.

4.3.2 Cooperativismo de crédito

O cooperativismo de crédito oferece crédito aos associados de suas cooperativas. Os Pioneiros de Equitativos de Rochdale trabalharam o cooperativismo de crédito oferecendo aos seus sócios os serviços de um banco, com exceção do fornecimento de empréstimo.

Essa forma de cooperativismo de crédito procura financiar os microprodutores. Os associados das cooperativas de produção, que geram trabalho e renda, são seus clientes potenciais.

Os pobres também precisam de recursos para sobreviver a crises que podem ser causadas pelo desemprego, por intempéries meteorológicas ocasionando perda de colheitas e tantos outros motivos. O cooperativismo de crédito livra o pobre da exploração dos agiotas que aproveitam sua necessidade e geram a dependência dos que necessitam de crédito, dependência difícil de ser vencida, tornando-se uma ciranda sem fim e acabando por completo a oportunidade de mudança. Outra facilidade oferecida pela cooperativa de crédito é o acesso ao crédito, já que em instituições financeiras não solidárias as exigências documentais são bem maiores.

A cooperativa de crédito é definida por Singer e Souza (2002, p. 67) como “uma associação de pequenos poupadores que se unem para potencializar seu acesso a crédito mediante o financiamento mútuo”, não funcionando como um intermediário financeiro como é característica de bancos e de companhias de seguro.

Entende-se por cooperativa de crédito a associação de pessoas sem fins lucrativos que através da ajuda mútua oferece assistência creditícia e serviços de natureza financeira a seus associados.

A garantia exigida na cooperativa de crédito varia de cooperativa para cooperativa. Existe a garantia do caráter dos cooperados e o aval solidário dos associados. A cooperativa de crédito é o Banco do Povo, com princípio básico da associação de pessoas pobres e necessitadas de empréstimo, sem nenhuma distinção.

A cooperativa de crédito pode ser fruto da ação filantrópica de uma pessoa, da vontade pública de um governo ou da união de pessoas que, juntas, agregam seus poucos bens em prol de todos.

O Banco do Povo é autogestionário, isto é, a autoridade máxima é formada pela assembleia dos sócios com a característica de que, independentemente da quantidade de cotas de cada um, todos têm direito a voto igualmente. A participação é ponto de regra e nas assembleias são escolhidos, dentre os membros, os responsáveis pela administração da cooperativa. Esse tipo de cooperativa, inicialmente, foi bastante difundido na segunda metade do século XIX, na Alemanha.

O Grameen Bank (Banco da Aldeia), um exemplo de Banco do Povo, é uma cooperativa de crédito dos tempos atuais. Foi constituído pela ideia do professor universitário Yunus Muhammad e do trabalho de seus alunos que investigaram as causas da miséria do povo em Bangladesh depois de uma grande crise em 1974. A partir da doação de 27 dólares, feita por Yunus, teve início o Grameen Bank, em 1976, para libertar os pobres da ação dos agiotas. O Grameen Bank faz tudo que um banco faz, mas trabalha de forma oposta aos bancos do sistema financeiro: seus donos são as mulheres pobres e a cada empréstimo o tomador compra uma ação do Banco por US\$1,50. Como relata Vialli e Warth (2007), os empréstimos são concedidos somente para pobres, sem exigência de garantias. Em 2007, o Grameen Bank possuía 2.500 filiais com carteira de crédito de US\$10 milhões e inadimplência de 1%.

Como as cooperativas de crédito prestam serviços de natureza bancária, no Brasil existem leis próprias que regulamentam seu funcionamento e as mesmas são autorizadas e reguladas pelo Banco Central do Brasil. A Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, dispõe sobre a política e as insti-

tuições monetárias, bancárias e creditícias, e a Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, define a política nacional de cooperativismo.

A primeira cooperativa de crédito do Brasil de que se tem conhecimento foi fundada em 1889, atrelada à cooperativa de consumo fundada pelos funcionários públicos de Ouro Preto, Minas Gerais, denominada de Sociedade Cooperativa Econômica. A Sociedade, uma cooperativa mista, previa a assistência de crédito às viúvas de associados e a sócios em dificuldades ocasionadas pelo desemprego. Em 1902, em Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, foi fundada pelo Padre Theodor Amstad, junto aos camponeses gaúchos. Hoje, com o nome de Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis, faz parte de um grande número de cooperativas do Brasil.

Como resposta à grande concorrência que as cooperativas de crédito enfrentavam junto ao mercado financeiro brasileiro, as cooperativas formaram sistemas de crédito como Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Siscob), Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) e Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (Ancosol). O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) nasceu da iniciativa de cooperativas centrais e singulares de se organizarem na construção de rede de serviços financeiros fundamentada na solidariedade e na intercooperação. O Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) tem origem no setor primário com atuação também nos centros urbanos. O SICOOB e o SICREDI são os dois maiores sistemas de cooperativismo de crédito brasileiro. Cada um deles possui um banco comercial que permite seus associados realizar operações do sistema bancário.

A UNICRED é uma instituição financeira cooperativa que reúne profissionais da área da saúde com o objetivo de propiciar crédito e prestar serviços de modo mais simples e vantajoso para seus associados, como por exemplo, emprestar dinheiro com juros bem menores e com menos exigências que bancos convencionais.

O sistema Cooperativas de Crédito Solidário (Cresol), fundado na década de 1990, tem somente como associados agricultores familiares, ou seja, aqueles cujas unidades produtivas são trabalhadas e geridas por indivíduos que possuem entre si parentesco. O Cresol iniciou-se a partir da utilização de fundos rotativos, não-reembolsáveis de organizações in-

ternacionais. Os agricultores ligados através desses fundos criaram cooperativas de crédito com o objetivo de lutar por crédito rural.

Outro sistema de crédito é a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (Ancosol), que foi criada a partir de vários encontros e discussões em fóruns nacionais de cooperativas de economia familiar e solidária. As cooperativas e entidades ligadas à economia solidária se reúnem para elaborar propostas de políticas públicas voltadas para a economia solidária. O objetivo da Ancosol é agir como forma de ampliar os poderes políticos e jurídicos, visando contribuir para a dinamização socioeconômica dos agricultores familiares no combate à pobreza, à desigualdade social, propondo qualidade de vida e alternativas econômicas.

Em dezembro de 2007, o Brasil possuía 1.422 cooperativas de crédito, além das cooperativas singulares que estão atreladas aos sistemas de crédito Sicoob, Sicredi, Unicred e Ancosol.

A Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp) ou Banco Palmas, de um bairro de Fortaleza, Estado do Ceará, criou uma moeda própria, o “Palma”. O dinheiro é utilizado exclusivamente no Banco Palmas. Cada unidade equivale a um real. Foi criado com o objetivo de assegurar a riqueza dentro do bairro Conjunto Palmeiras. A moeda é adquirida pelos moradores do bairro através de seu próprio trabalho, quando recebem o Palma como pagamento de um serviço prestado ou de mercadorias vendidas, ou mesmo através de empréstimo junto ao Banco Palmas, com juros baixos. O Banco também oferece aos moradores do Conjunto Palmeiras um cartão de crédito para facilitar as compras no mercado local e garantir o pagamento aos comerciantes. Com o apoio do Banco Palmas os moradores do bairro já abriram fábrica de produtos de limpeza e de confecções, contribuindo para a geração de emprego e renda local.

4.3.3 Cooperativismo de consumo

O cooperativismo de consumo foi o modelo adotado pela cooperativa dos Pioneiros de Equitativos de Rochdale. Consistia na reunião dos associados em torno do objetivo comum de assegurar o consumo de bens; baseia-se no fato de a cooperativa proporcionar os bens necessários à sub-

sistência dos associados. Somente os associados podiam comprar nas cooperativas de consumo.

Via-se no cooperativismo de consumo um primeiro passo para a formação das comunidades ou aldeias cooperativas, definidas por Robert Owen, como resposta ao desemprego e à crescente pobreza da população. Em seguida viria a produção fechando o ciclo de suprir as necessidades de consumo dos associados.

O cooperativismo de consumo se expandia na medida em que a industrialização crescia gerando elevados índices de desemprego, pois os que ficavam à margem do processo de industrialização passavam a se reunir para juntos criar alternativas para seu sustento e sobrevivência.

O cooperativismo de consumo teve sua grande expansão no século XIX. O cooperativismo evoluiu e conquistou um espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar do homem, do trabalho e do desenvolvimento social. Depois da Segunda Guerra Mundial, com o avanço do comércio varejista, ocorrido em especial nos Estados Unidos, o cooperativismo de consumo apresentou sinais de decadência.

O cooperativismo de consumo é reconhecido por todos os governos por se tratar de uma forma democrática de tratar problemas socioeconômicos, já que a propriedade dos bens não é do Estado nem do capitalista. É ser uma forma intermediária de solucionar questões sociais.

No cooperativismo existem aquelas entidades que se corrompem, perdem a qualidade que tinham ao serem geradas. São consideradas falsas cooperativas. Estas, muitas vezes, são criadas como uma fraude, pois negam os direitos aos trabalhadores e podem não exercer os princípios do cooperativismo. Mas isso não desqualifica o cooperativismo, cujo papel tem tido grande importância como fonte de geração de trabalho e renda para os excluídos.

4.4 A Economia Solidária

Segundo Singer e Souza (2002, p. 24), “a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção”.

O que se tem observado ao longo da história é que após cada crise o capitalismo ressurgiu fortalecido, com uma economia cada vez mais intensiva em capital, gerando cada vez mais excedentes de mão-de-obra.

A máquina, a automação e a robótica são exemplos de substitutos da mão-de-obra humana no trabalho. Tudo isso tem levado ao surgimento do que hoje é comum em todo o mundo, e particularmente nos países de desenvolvimento tardio, como é o caso do Brasil, um grande “exército de sobrantes”. Através do desenvolvimento da tecnologia, com os meios de produção aprimorados, cada vez menos trabalhadores são requeridos no processo produtivo, gerando a exclusão de pessoas nos meios de produção.

Mas, em meio à transformação e evolução do capitalismo, como contraposição e em paralelo, surge a economia solidária, que envolve uma combinação de fatores sociais e econômicos numa perspectiva de interesse e responsabilidade recíprocos.

A economia solidária surge em vários momentos da nossa história como um contraponto à organização econômica totalmente voltada ao capital deixando em segundo plano o ser humano.

A economia solidária pode ser vista como uma forma paralela de convivência com o capitalismo como uma resposta ao desemprego gerado ou como uma outra organização da economia, independente da então forma do capital. Uma economia enraizada, voltada para o ser humano, que gera riqueza, qualidade de vida e bem-estar social.

4.4.1 Uma proposta emancipatória ao capitalismo industrial

Para Gaiger (2004, p. 373), a economia solidária que hoje se difunde e se fortalece, não só no Brasil, mas no mundo, não são empreendimentos recentes:

O solidarismo econômico entre trabalhadores vem de longa data e materializa-se num conjunto heterogêneo de experiências de diferentes proveniências, em época e lugar, a formar uma história por fios que se entrelaçam em determinados momentos, história da qual a economia solidária é por assim dizer mais um episódio, com um notável poder de revitalização dos ideais emancipa-

tórios, de politização e de convergência das suas diversas expressões concretas.

A desigualdade e a competição são elementos gerados pelo modo de produção capitalista, que divide a sociedade entre proprietários dos meios de produção e a classe que não dispõe de capital e vive segundo a venda de sua força de trabalho.

A fase que a economia solidária está passando é de transição, pois se questiona a desvinculação do modo de produção exclusivamente capitalista para uma organização da produção mais voltada para o trabalho, trazendo a emancipação do trabalho como contraponto ao capital. Assim pensa Oliveira (2004, p. 236, 237):

Tomam-se como pressupostos básicos a contradição fundamental identificada por Marx e a perda de legitimidade do sistema do capital, ambas reveladas pelo crescente desemprego e precarização do emprego, e pelo esgotamento da possibilidade de que esse metabolismo social atenda às necessidades materiais e culturais da humanidade... A diretriz básica para tal é que os espaços a serem construídos deverão conter novas formas de organização da produção, dentro de uma lógica de inclusão, cujo princípio seja a autogestão e a cooperação no trabalho, mais distante possível da órbita de dominação do capital.

A economia solidária não é somente uma resposta ao mercado de trabalho, mas reflete uma nova visão social do processo produtivo. Ela traz à tona valores que não fazem parte do capitalismo e que parecem até esquecidos por todos, como a solidariedade, a democracia, o respeito pela natureza e pelo homem. A economia solidária tem uma característica fundamental que é a liberdade de ação que determina as melhores formas de agir frente às dificuldades enfrentadas pela população dos excluídos.

Para Souza; Cunha e Dakuzaku (2003, p. 8), “a economia solidária vai além, portanto, do cooperativismo, abrangendo outras formas de organização econômica, mas com a mesma orientação igualitária e democrática”. A economia solidária abrange toda e qualquer forma de agrupamento de trabalhadores excluídos do processo de trabalho assalariado para gerar emprego, renda e inclusão social.

Diante da atual forma de organização da economia, que parte do capital e faz com que o desenvolvimento das nações esteja apenas voltado para o crescimento econômico, deixando de lado o ser humano, gerando concentração de riquezas e deixando a grande maioria da população em desigualdades profundas como miséria, desemprego e exclusão social, Arroyo e Schuch (2006, p. 24) pondera que o cooperativismo:

Surge para se contrapor a este movimento neoliberal o movimento contínuo e crescente da economia solidária, em que a organização social se dá no sentido oposto ao da organização capitalista atual, ou seja, ocorre da base para o topo da sociedade com o objetivo de propiciar a melhoria da qualidade de vida da população, como produto de um processo de desenvolvimento integrado e sustentado da sociedade.

A economia solidária é um projeto de economia com base no trabalho e não no capital, como no capitalismo. Seria, então, uma nova forma de organização da economia que visa ao homem como prioridade, deixando a forma de exploração do ser humano como se este fosse um material como força de trabalho. A economia solidária pode ser de grande porte, como o citado em Mondragón, ou em pequenos empreendimentos espalhados pelo mundo.

O modo de produção da economia solidária difere do capitalismo com relação ao seu princípio básico da propriedade, que na economia solidária se caracteriza como coletiva. Na empresa solidária os sócios têm participação igualitária nas decisões e na divisão da receita obtida. O objetivo prioritário dos participantes da empresa solidária é promover a economia solidária tanto para gerar trabalho e renda a quem precisa, fazendo sua inclusão, como também para difundir que é possível um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas.

Oliveira (2004, p. 340, 341) define seis indicadores para conceituar um empreendimento de economia solidária: autogestão, democracia direta, com a escolha de dirigentes, e sua alternância e renovação, participação efetiva, ações de cunho educativo, cooperação no trabalho e distribuição igualitária dos resultados e benefícios.

Na administração da empresa solidária, diferente da administração de empresas capitalistas que têm uma hierarquia onde quem está no topo

toma as decisões e as comunica à base da empresa, na empresa solidária todos participam das decisões. É a autogestão. A forma como isso acontece varia de caso para caso, alterando segundo o tamanho da empresa solidária, sua complexidade, sua organização. A autogestão tem como pressuposto básico a participação igualitária.

Para Souza; Cunha e Dakuzaku (2003), as experiências de economia solidária "vêm sendo interpretadas como forma de resistência à marginalização social e também prenúncio de um novo modelo de desenvolvimento econômico", ressaltando a importância no contexto econômico e social da economia solidária como uma nova maneira de inclusão social.

Gaiger (2004) e Oliveira (2004) afirmam que a proliferação da promoção da economia solidária se dá devido ao cenário macroeconômico de acumulação capitalista associado à crise do trabalho assalariado que geram o desemprego e a exclusão social, levando a sociedade excluída a buscar alternativas de inclusão no processo.

4.4.2 Uma alternativa para a crise do emprego

A origem das cooperativas retrata a época em que os excluídos do processo da Revolução Industrial, quando trabalhadores foram expulsos do mercado pelas máquinas e se organizaram por conta própria em empresas cooperativas em busca de uma alternativa para o desemprego. Hoje, vemos um exército de sobrantes diante das novas tecnologias, quando mais uma vez o capital expulsa o trabalhador do mercado. Esses são os novos cooperados na reinvenção das cooperativas em que trabalhadores que se unem para, através da solidariedade, encontrar uma saída para a crise, gerando trabalho e renda.

A economia solidária surgiu como uma resposta dos trabalhadores excluídos do processo econômico capitalista às crises das empresas capitalistas, ao desemprego e à exclusão social, levando a crer que os empreendimentos solidários são de caráter intersticial, fazendo parte do processo capitalista.

A economia solidária busca incluir no espaço da atividade econômica parcelas da população excluída. O desemprego, que gera o exército de "sobrantes", pode ser causado pelo desemprego estrutural, gerado pela desigualdade e competição, por carência de instrução e de qualificação

do trabalhador ou por falta de oportunidade, que vem da falta de desenvolvimento local e da região.

Como forma de minimizar as desigualdades e a exclusão social, a solidariedade e o cooperativismo se configuram como um mecanismo que ao longo do tempo passou por modificações e ressurgiu. Afirma Singer e Souza (2002, p. 21) que “grande parte dos cooperadores se insere na economia solidária enquanto modo de produção intersticial, ou seja, para se reinserir à produção social e escapar da pobreza”, buscando na economia solidária uma proposta de vida melhor, mais humana, participativa e integrada, fugindo do desemprego e da exclusão social.

Para Mance (2003, p. 39), as pessoas, frente às consequências do capitalismo, como o desemprego e a exclusão, passaram a produzir e consumir de maneira organizada, daí surgindo a economia solidária, que por ele é definida:

Consumo, comercialização, produção e serviços, incluindo aí o financiamento, em que se defende em graus variados, entre outros aspectos, a participação coletiva, a autogestão, a democracia, o igualitarismo, a cooperação, a autossustentação, a promoção do desenvolvimento humano, a responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas.

Apesar de inserida no capitalismo, a economia solidária apresenta uma dinâmica própria, com características opostas ao modo de produção capitalista, apresentando-se nas ausências de oportunidades deste.

As empresas solidárias são geralmente pequenas, com poucos trabalhadores; a produção é de pequena escala e quase sempre há informalidade. Sua organização é pouco complexa e envolve a autogestão, a participação, a solidariedade, a cooperação e a viabilidade econômica como característica, além do respeito ao meio ambiente. O lucro não é o principal fim, e sim, a ocupação, o trabalho. A produção, em comum, é para consumo dos próprios trabalhadores e sua comercialização ocorre principalmente no local.

Entre os desafios das iniciativas da economia solidária, pode-se mencionar a comercialização, de onde vem a necessidade de a solidariedade ser empregada também entre os empreendimentos solidários para facilitar

o escoamento da produção. O empreendimento solidário isolado tende a concorrer com as empresas capitalistas, facilitando sua descontinuidade diante da concorrência acirrada. O enfoque da solidariedade ajuda a superar essa problemática.

Também são dificuldades a falta de apoio e assistência técnica e a carência de crédito para o capital de giro devido à ausência de garantias reais e de documentação do empreendimento exigidos pelas instituições financeiras capitalistas.

Os empreendimentos de economia solidária surgem de forma polimorfa, pois ressaltam a capacidade que o homem tem de apresentar respostas variadas à crise do trabalho. São empresas solidárias de diversas modalidades que o trabalhador cria como alternativa de geração de emprego e renda. É uma resposta da sociedade à crise capitalista.

Economia solidária é um termo não muito antigo, assim como o cooperativismo, o socialismo, o associativismo, mas pode ser usado para designar o trabalho de qualquer pessoa excluída do processo capitalista de emprego formal e que se une com outros trabalhadores para formar empreendimentos solidários.

Barbosa (2006, p. 101), de forma mais abrangente, usa o termo economia solidária:

Designar práticas econômicas populares que estão fora do assalariamento formal – como comércio ambulante, pequenas oficinas, serviços autônomos, artesanato, confecções de costura –, englobando ações que são individualizadas e outras que agrupam pessoas onde o sentido de coletividade precisa ser enfocado, provocando a solidariedade na produção da atividade econômica, propriamente.

Ressalta-se, porém, que a economia solidária pode ser entendida como uma modalidade de economia popular de práticas econômicas de sobrevivência que reúne grupos, associações, cooperativas ou pequenas empresas baseadas na cooperação e autogestão. De uma forma geral, entende-se por economia solidária os empreendimentos econômicos desenvolvidos por trabalhadores excluídos do processo de produção que buscam ser seus próprios patrões, com participação e autogestão.

Diante dos inúmeros empreendimentos cooperativos, de economia solidária e popular, Lima (2004, p. 48) argumenta que duas situações ocorreram para que esse incremento na economia fosse tão nítido:

A primeira delas refere-se à reestruturação econômica, à crise do fordismo e ao surgimento do que os economistas da escola regulacionista chamam de acumulação flexível. Esta implicou a reestruturação organizacional das empresas a par de profundas inovações tecnológicas decorrentes da chamada revolução informacional, com a eliminação de barreiras geográficas à produção, a formação de empresas em rede, a terceirização de atividades, a desregulamentação dos mercados, a flexibilização das relações de trabalho com a eliminação de direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, a partir da segunda metade do século XX. O fechamento de fábricas e empresas, a desregulamentação dos mercados de trabalho, o enfraquecimento do sindicalismo e o desemprego foram algumas das consequências de impacto para os trabalhadores.

Frente às novas dificuldades, os trabalhadores buscam enfrentá-la através dos meios que eles mesmos possuem: a força de trabalho. Assim, formam associações, empreendimentos de economia solidária para vencer a exclusão estrutural que o capitalismo impõe.

Ratificando a importância da economia solidária para a inclusão do homem diante do desastre da não ocupação, Barbosa (2006) ressalta que um elemento primário nesse processo é a elevação da autoestima individual diante da penúria, da desproteção pública e do desamparo mercantil que imprimem marcas de desalento nas subjetividades engendradas no drama da desocupação.

Não há nada mais deprimente para o homem que a desocupação, o desalento e a desesperança. A economia solidária trabalha, mesmo dentro do capitalismo, buscando recolocar o homem no mercado através da associação entre trabalhadores.

4.4.3 A economia solidária no Brasil

Mais e mais se descobre no Brasil que o cooperativismo de produção é o meio através do qual os empregados passam a possuir seus próprios

negócios como uma alternativa às altas taxas de desemprego. Os empregados que constituem seus próprios negócios têm nas cooperativas de crédito o aporte financeiro necessário para o seu financiamento.

Vive-se a era da globalização e da tecnologia. E como o resto do mundo, o Brasil está inserido nesse processo, cujo motor é o capital que gera exclusão. Junto à globalização chegam as novas estruturas de produção gerando o desemprego e os excluídos do processo. Como parte da resposta da sociedade à profunda crise da economia, do emprego, da exclusão social, a economia solidária se apresenta com uma força inovadora perante o grande desafio, assim como ressalta Souza; Cunha e Dakuzaku (2003, p. 40):

A mobilização mais ampla em torno da econômica e social está abrangendo as experiências populares de pequeno porte, de caráter informal e baixa rentabilidade. Ou seja, o lado bastante precário de economia brasileira, marcado pelo improviso e pela criatividade popular, parece estar sendo considerado da perspectiva de um desenvolvimento socialmente inclusivo. O pequeno seria pensado como semente do grande e isso apresenta um potencial de transformação cultural e política.

Desde o seu “descobrimento” aos dias atuais, o Brasil viveu em busca da industrialização e do desenvolvimento. Algumas etapas desse processo de industrialização já foram vencidas, podendo-se relembrar o sucesso do modelo de substituição de importações, anteriormente mencionado. Como consequências dos diversos modelos e políticas públicas implementadas para o desenvolvimento do País ao longo de sua existência, tem-se a concentração de riquezas gerando um contingente considerável de miseráveis.

Nas chamadas décadas perdidas, as duas últimas décadas do século XX, o Brasil enfrentou uma forte crise econômica que gerou desemprego em massa e, por consequência, a exclusão social de um exército de “sobrantes”. O País refletia o que se passava no mundo através da financeirização e da mundialização do capital, associado ao avanço tecnológico que modificavam a estrutura de produção, diminuindo postos de trabalho e gerando a precarização do trabalho. Esse quadro gerou um ambiente favorável à explosão da economia solidária, que se firmou como resposta à falta de emprego e à crise do trabalho.

Assim, explica Oliveira (2004, p. 345) sobre a situação atual do País como base para o deslanchar da economia solidária, como resposta dos “sobrantes” frente à crise do trabalho e da falta de perspectiva de emprego e renda:

Em países como o Brasil, cuja expansão capitalista consolidou um importante complexo produtivo e financeiro, ao lado de uma estrutura socioeconômica profundamente desigual, as possibilidades de resolução da crise são muito mais restritas. Não há como esperar que o Estado seja capaz de estimular a demanda efetiva, usando o déficit público e a taxa de juros, para fazer a economia crescer e eliminar o desemprego. A ação econômica do Estado continua restrita ao controle da moeda, a fim de manter a estabilidade dos preços a qualquer custo. Ao mesmo tempo, a vulnerabilidade da economia brasileira a fatores externos reduz a autonomia para a elaboração de políticas que estimulem o crescimento em virtude da possibilidade da interrupção de créditos externos e da desvalorização da moeda. Mesmo que a política econômica enfatize a estabilidade dos preços como meio para estimular investimentos produtivos, permanece o dilema: incentivos ao crescimento podem fazer retornar a inflação, porém, sem crescimento, não há como o setor privado criar empregos. Por outro lado, crescimento econômico não é garantia para tal. Ainda que se admita que a inflação esteja sob controle, a estabilidade alcançada só é usufruída pelos que têm empregos bem remunerados. Para os desempregados, são reservadas as políticas estatais de incentivos ao empreendedorismo, de requalificação profissional ou outras de natureza compensatória. À massa humana de excluídos se aponta a perspectiva de inserir-se no mundo do trabalho através do autoemprego, assumindo o risco de seus empreendimentos individuais, mesmo que sem usufruir direitos sociais e recebendo remuneração insuficiente.

A necessidade de os trabalhadores encontrarem alternativas para a geração de renda fez com que eles buscassem novas formas de organização do trabalho diferentes da relação capitalista do trabalho. Frente à crise do trabalho assalariado, decorrente das mudanças econômicas,

sociais, culturais, ambientais e tecnológicas, que agravaram o desemprego, os trabalhadores encontraram na economia solidária seu resgate, sua emancipação, seu trabalho e seu sustento.

Eles se organizam em projetos produtivos solidários, em cooperativas populares de produção e de serviços, em redes de produção e comercialização, em bancos populares e em empresas autogestionárias, entre outras. A economia solidária apresenta-se tanto na zona urbana quanto na área rural brasileira.

Com a atual política de governo do País, desde 2003, percebe-se um estado contraditório. Por um lado, aproxima-se dos setores sociais; por outro, preocupa-se com a taxa de crescimento quando lança o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que tem como objetivo criar condições para assegurar o crescimento do País a médio e longo prazos como estratégia de um plano de crescimento visando ao desenvolvimento através do planejamento e do investimento em infraestrutura, que é um setor econômico intensivo de trabalho que pode gerar emprego e renda.

Por um lado aplica uma política de reajuste; por outro, o governo contempla em sua agenda a preocupação com o social. Ao mesmo tempo em que está empenhado em elevar a exportação de produtos primários, delinea uma política de apoio à economia solidária, ao desenvolvimento local e à erradicação da fome e da miséria.

Essa contradição é definida por Carvalho (2006). Segundo Carvalho (2006), o atual governo é “contraditório”, na medida em que desenvolve políticas e estabilidade monetária, mas ao mesmo tempo apresenta avanços em determinados campos das áreas social e política. Assim, ressalta Carvalho (2006, p. 11) quando explica:

Limitado estruturalmente por um modelo macroeconômico que beneficia o capital e, particularmente os interesses das elites rentistas, o governo LULA tenta, na sua profunda contraditoriedade, responder às pressões e lutas de movimentos, criando no interior do Estado, estruturas capazes de articular políticas públicas que atendam exigências de inclusão de segmentos específicos.

Algumas políticas públicas foram desenhadas como uma resposta do governo frente às expectativas sociais e políticas dos movimentos sociais.

Foram criadas a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), e a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM), dentre outras, que visam à inclusão de segmentos da sociedade na política nacional.

Os trabalhadores excluídos no mercado formal de trabalho buscam, através da economia solidária, a sua inserção. Esses desempregados foram gerados tanto pela conjuntura, ou seja, perderam seus postos de trabalho devido a fatores da economia, quanto pela estrutura em que se encontram os inúmeros seres humanos que vivem na pobreza absoluta. Estes últimos herdaram a condição de exclusão do mercado formal de trabalho, nunca tiveram a oportunidade de se inserir nesse contexto, não possuem a condição de cidadãos. Os desempregados conjunturais estavam no mercado formal e perderam seus postos de trabalho devido a fatores da economia, como a reestruturação de mercado, as privatizações de empresas públicas e as inovações tecnológicas.

O desemprego gera no ser humano que não encontra emprego uma série de sentimentos que o aterrorizam e o colocam à margem da cidadania. As relações de trabalho estão em processo de transformações profundas e a cada dia diminuem as ofertas de emprego clássico, com carteira assinada e todos os direitos garantidos, gerando uma crise sem precedentes.

As experiências brasileiras de economia solidária começaram entre os anos 80 e 90 do século XX, através de ações da Igreja, cooperativas, sindicatos, empresas de autogestão, movimentos sociais e organizações não-governamentais, entidades do terceiro setor.

Os empreendimentos de economia solidária são formados por adolescentes, jovens, grupos de cultura, catadores, mulheres, populações rurais e urbanas, migrantes, comunidades em situações de risco, famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família, quilombolas, indígenas, acampados, assentados da reforma agrária, dentre outros trabalhadores excluídos do processo capitalista de emprego assalariado tanto urbano quanto rural.

Encontros como o Fórum Social Mundial, Encontro Latino-Americano de Cultura e Socioeconomia Solidária, Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária, Plenária Brasileira de Economia Solidária, dentre outros, fortalecem a economia solidária a partir de sua divulgação, entendimento e fundamentação. Esses espaços serviram para discussão e articulação tanto nacional quanto internacional. Esses eventos criam redes

de relacionamentos entre os que trabalham em economia solidária com o objetivo de fortalecer, favorecer a articulação entre os participantes, ampliar o conhecimento e apoiar o comércio de suas produções. Geralmente atrelado aos encontros são promovidas feiras de produtos gerados através da economia solidária.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) foi criado em junho de 2003, após a ocorrência de três plenárias nacionais sobre a economia solidária e passou a ser o interlocutor com a SENAES, apresentando demandas e sugestões e acompanhando o desenvolvimento das políticas públicas de economia solidária.

A plataforma política que visa ao desenvolvimento e ao fortalecimento da economia solidária é formada por um conjunto de prioridades relacionadas às finanças solidárias, ao marco jurídico para os empreendimentos econômicos solidários, à formação e à educação, às redes de produção, à comercialização e ao consumo, à democratização do conhecimento e da tecnologia e à organização social de economia solidária.

A economia solidária tornou-se política pública em nível nacional, em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), coordenada pelo entusiasta solidário Paul Singer. A criação da SENAES concorreu para afirmar a prática e a importância da economia solidária dentro do Estado (governos) e junto à sociedade civil (movimentos sociais e opinião pública). A secretaria foi criada no Ministério do Trabalho e Emprego através da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003.

Dentre as diversas atribuições da SENAES pode-se destacar o planejamento, o controle e a avaliação dos programas relacionados à economia solidária; colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza; estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular; estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente.

A SENAES trabalha no apoio aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) por meio de ações diretas ou por meio de cooperação e convênios com outros órgãos governamentais (federais, estaduais e mu-

nicipais) e com organizações da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária fazendo a ligação das entidades civis organizadas com os trabalhadores excluídos do setor formal e o Governo Federal, abrindo o caminho para o desenvolvimento e o emprego via economia solidária.

Para a SENAES a economia solidária no Brasil é composta de empreendimentos econômicos solidários, instâncias governamentais, Fóruns Brasileiros de Economia Solidária (FBES), entidades de apoio e fomento e ligas ou uniões que dão apoio, assessoria, capacitação e consultorias aos EES.

Uma das reivindicações da sociedade civil organizada, por ocasião da criação da SENAES, foi um levantamento de todas as unidades de economia solidária no Brasil. O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) é um “sistema de identificação e registro de informações dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária no Brasil.” (BRASIL, 2006, p.10).

Essa catalogação teve como base o conceito de economia solidária do SIES, conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária. Para o SIES um empreendimento solidário tem de ter as características de cooperação, autogestão, ser uma atividade econômica e solidária.

Em 2007, foram catalogados 21.859 EES espalhados em 2.274 municípios do Brasil com destaque no Nordeste, que apresentou 9.498 empreendimentos, representando 43,45% do País. O Ceará registrou 1.854 EES, o segundo Estado com o maior número de empreendimentos catalogados, vindo após o Rio Grande do Sul, com 2.085.

Alguns governos estaduais, como do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Espírito Santo já instituíram a política estadual de fomento à economia solidária através de lei estadual. No Ceará, em 2007, foram realizados seminários em diversas localidades com o objetivo de disseminar e fortalecer os conceitos de economia solidária para formar base para a construção da política pública no Estado.

Uma das primeiras entidades que trabalharam a economia solidária no Brasil foi a Cáritas Brasileira, uma entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o objetivo de articular nacionalmente todas as obras sociais católicas. Sua missão traz características claras de

economia solidária, que é “testemunhar e anunciar o Evangelho de Jesus Cristo, defendendo e promovendo a vida e participando da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural, junto com as pessoas em situação de exclusão social”.

Em 1981, a CNBB, através da Cáritas, lançou o Programa Fundos Solidários, com o objetivo de financiar e prestar assistência técnica a Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Esses projetos são criados pelas comunidades como propostas de desenvolvimento local e são apresentados à Caritas, que presta apoio técnico e financeiro. Esses se tornariam os projetos de economia solidária.

Fundos Solidários são uma das principais fontes de recursos que contribuem e desenvolvem projetos de economia solidária no Brasil. A Cáritas apoia grupos (associações, movimentos sociais, redes e cadeias produtivas) por meio de projetos socioorganizacionais ou econômico-produtivos baseados em formas autogestionárias de trabalho.

A Cáritas organiza os fóruns estaduais de economia solidária e a Conferência Nacional de Economia Solidária. Fruto desse trabalho é a rede de relacionamentos que se fortalece pelo País entre os trabalhadores que desenvolvem trabalhos relacionados com a economia solidária.

Assim como inúmeros empreendimentos solidários surgiram, em especial, nas últimas décadas, entidades de apoio a essas unidades produtivas foram igualmente constituídas. A Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e de Participação Acionária (ANTEAG) caracteriza-se como uma entidade de apoio às instituições que trabalham a economia solidária. A ANTEAG já trabalhou orientando a conversão de centenas de empresas capitalistas em crise em empresas solidárias, como por exemplo, a maior agroindústria açucareira da América Latina, em Catende, que desde 1995 trabalha em regime de autogestão, tendo seus trabalhadores assumido sua direção. Essa foi a forma que os trabalhadores encontraram de preservar seus empregos, fugindo do desemprego e da exclusão social, transformando-se em seus próprios patrões, adquirindo a empresa falida ou em processo de falência.

Assim como a ANTEAG, a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL), fundada em 2000 por sindicatos paulistas, trabalha na transformação de empresas capitalistas em crise em empresas solidárias, tendo seus trabalhadores como donos do empreendimento.

Para estudar, fomentar, animar e desenvolver a economia solidária, além dos sindicatos, conta-se com uma série de entidades, programas e políticas públicas como: a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho (UNITRABALHO), o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), criado como órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária, o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, que promove o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária mediante políticas integradas.

As universidades têm um papel importante na economia solidária através do trabalho de incubadoras de empresas solidárias. Esse trabalho é gerido pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), que trabalham fundamentalmente na incubação direta de empreendimentos econômicos solidários e na transferência de tecnologia de incubação para assessorar outras incubadoras e para subsidiar políticas públicas de trabalho e renda. Atuam nessa entidade, desde 1999, professores e alunos de diversas áreas de estudo.

O foco de ação das ITCPS é formar novas cooperativas populares e fortalecer as incubadoras; promover a educação cooperativista a pessoas/grupos interessados em constituir cooperativas; desenvolver metodologias que contribuam para vencer os desafios criados na implantação de empreendimentos fundados na cultura do cooperativismo popular; estabelecer parcerias com entidades e governos que busquem promover o cooperativismo popular e empreendimentos autogestionários; apoiar e promover a construção de redes e outras formas organizativas das cooperativas populares e contribuir na elaboração e implementação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento social e econômico das camadas pobres.

Outra entidade de apoio à economia solidária é a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho (Unitrabalho), que reúne cerca de 90 universidades em todo o Brasil. Foi fundada com o intuito de unir as universidades em torno da temática do trabalho, que com o advento da economia solidária renovou seu valor. Segundo Gaiger (2004, p. 9), a Unitrabalho “veio com naturalidade a integrar os esforços, teóricos e práticos, de compreensão e de propulsão das iniciativas de economia solidária.” Foi criada em 1996, com o objetivo de contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm com os trabalhadores. Sua missão se concretiza por meio da parceria em projetos de estudos,

pesquisas e capacitação. A missão da Unitrabalho é integrar universidades e trabalhadores para o desenvolvimento de projetos que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida e de trabalho. Para isso busca a síntese do saber da academia com o saber dos trabalhadores para, assim, qualificar a organização e a ação social.

Seu objetivo é organizar, formar e requalificar trabalhadores para possibilitar a entrada no mercado formal de trabalho através da economia solidária em cooperativas ou empresas autogestionárias aqueles que perderam o vínculo com o mercado formal devido ao processo de reestruturação produtiva e da privatização das empresas públicas.

A Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) foi criada em 2000 pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), em parceria com a Unitrabalho e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), visando a organizar e fomentar o desenvolvimento local nas várias regiões do país. A ADS busca novas formas de geração de trabalho e renda junto aos trabalhadores como forma de inserção social através da promoção da economia solidária, do fortalecimento e constituição de cooperativas e de empreendimentos produtivos solidários.

Como missão a ADS tem de “promover a constituição, fortalecimento e articulação de empreendimento autogestionários, buscando a geração de trabalho e renda, através da organização econômica, social e política dos trabalhadores, inseridos num processo de desenvolvimento sustentável e solidário”.

Um trabalho fundamental desenvolvido pelas entidades como o Unitrabalho, a Anteag, a Unisol, o ITCPS, a ADS e tantas outras espalhadas no Brasil é a capacitação dos trabalhadores frente às dificuldades encontradas na economia solidária. Temas como os fundamentos básicos da economia solidária, a solidariedade, o coletivismo, a autogestão, o meio ambiente e o homem têm sido o foco dos trabalhos dessas entidades.

4.5 A Economia Solidária e a Experiência das Costureiras de Coité-Pedreiras

Os recursos do FDR são utilizados em projetos com objetivos diversos, dentre os quais programas, projetos e ações que trabalham com grupos de produção coletiva, grupos autogestionários e entidades civis organizadas.

O projeto apresentado ao BNB/ETENE pela Associação Comunitária de Coité-Pedreiras para requerer apoio financeiro do FDR recebeu o título de “Apoio ao Grupo Solidário de Costureiras de Coité-Pedreiras”, que neste trabalho será também denominado de Salão, como os próprios participantes o chamam, devido a utilização como local de trabalho o do salão da associação.

O Grupo Solidário de Costureiras de Coité-Pedreiras é constituído de pessoas que estavam à margem do mercado de trabalho, do processo capitalista, pessoas excluídas. Esse Grupo foi formado com o objetivo de proporcionar às mulheres de Coité-Pedreiras ocupação e incremento na renda familiar.

Inicialmente essas costureiras procuraram a associação e adquiriram um cliente que lhes cedia as máquinas de costura e se colocava como fornecedor exclusivo das linhas, detendo o poder sobre as costureiras e não lhes oferecia ganhos financeiros. Como o Grupo estava insatisfeito com as retiradas dessa forma de facção, procuraram a associação para apresentar ao BNB/ETENE o projeto que tinha como objetivo geral a aquisição de cinco máquinas de costura industrial para trabalharem em economia solidária. Esse projeto é objeto deste estudo, e será a seguir detalhado.

4.5.1 Base para a formação da experiência em economia solidária

O município de Caucaia, Estado do Ceará, é constituído de oito distritos: Caucaia, Bom Princípio, Catuana, Guararu, Jurema, Mirambé, Sítios Novos e Tucunduba. Possui uma área total de 1.190,3 km². Faz fronteira ao Norte com o Oceano Atlântico, a Leste com os municípios de Fortaleza e Maracanaú, ao Sul com Maranguape e a Oeste com Pentecostes e São Gonçalo do Amarante. Possui uma população de 332.021 habitantes (IBGE, 2008), sendo 300.441 (90,49%) na zona urbana e 31.580 (9,51%) na zona rural.

Sua sede, Caucaia, ocupa uma área de 271,88 km² e abriga uma população urbana de 133.879 (91,86%) habitantes e 11.861 (8,14%) na zona rural, totalizando 145.740 habitantes.



Mapa 2 – Município de Caucaia

Fonte: Mapa Desenhado com Base no Mapa Disponível em: <<http://www.caucaia.ce.gov.br/>>.

Coité-Pedreiras é uma comunidade do distrito sede de Caucaia, distante cerca de 20 quilômetros da sede. Dista em torno de cinco quilômetros do Km 20 da BR 222. Essa comunidade fica distante de Fortaleza, saindo pela BR 222, em torno de 30 quilômetros.

Nessa comunidade residem cerca de 600 famílias. Sua formação está ligada à exploração de pedreiras, hoje desativadas pelo Exército. Na comunidade não existe saneamento básico, nem mesmo abastecimento de água. Lá não existe posto de saúde. As questões de saúde, mesmo de emergência, requerem o deslocamento das pessoas à sede de Caucaia.

Coité-Pedreiras conta com uma escola municipal com ensino fundamental funcionando nos três turnos. Quanto ao esporte, praticam futebol e vôlei. A escola está equipada com uma quadra de esportes coberta. Em termos de transporte, diariamente passam ônibus e *topics* para Caucaia. As ruas não são pavimentadas. O número de veículos é inexpressivo e há outros meios de transporte como motos, bicicletas, carrinhos-de-mão e carroças.

O comércio local é basicamente formado por pequenos bares com pouca variedade de mercadorias. As pessoas, quando necessitam, compram “as coisas na rua”, isto é, no comércio de Caucaia.

A comunidade possui uma capela da Igreja Católica e três igrejas evangélicas. Em termos de lazer, “visitam amigos” em suas casas, tomam uma “cervejinha” aos domingos, participam de serestas e quando chove têm a opção de passar o dia em uma cachoeira perto da comunidade.

As casas são pequenas, geralmente de três cômodos e um banheiro. É comum encontrar em um único terreno três ou mais núcleos familiares: avós, pais e filhos da mesma família.

O projeto do Salão foi apresentado pela Associação Comunitária de Coité-Pedreiras. A associação é composta pelos moradores da comunidade, mas nem todos se envolveram no referido projeto. Os sócios geralmente eram os homens:

“Os homens que gostavam mais de ir para as reunião”.

As mulheres da região não se interessavam em participar:

“Era assim: ninguém se interessava por aquilo, não é? Porque toda a vida a administração da Associação de Coité-Pedreiras sempre foi da gente não acreditar que desse certo, não é? Eu nunca me associei”.

Quando houve a necessidade de apresentar o projeto ao BNB foi que as mulheres se associaram:

“Eu vim ficar sócia da Associação depois que eu comecei participando dessas reunião para participar desse negócio, aí todo mundo foi e se associou. Quem queria ia lá e fazia o cadastro de associado.”

A sobrevivência através do trabalho agrícola está cada vez mais enfraquecida na região. As oportunidades de trabalho assalariado para os homens da localidade são poucas, giram em torno de duas empresas em Caucaia, e para as mulheres é quase inexistente:

“A gente conversava tentando achar uma coisa para a gente fazer. Tinha muita mulher desocupada na época.”
(L.C).

Geralmente os homens trabalham em uma indústria de Caucaia ou se deslocam durante a semana ou até a quinzena para trabalharem como pedreiros, marceneiros, eletricitas etc., em cidades próximas.

“Em Coité-Pedreiras não tem nada pra fazer, não”.

Antes de participarem do projeto do salão as mulheres de Coité-Pedreiras tinham poucas opções para se ocuparem. As pessoas entrevistadas afirmaram que antes do projeto se ocupavam em trabalhos domésticos: lavar pratos, cuidar dos filhos. Eram donas de casa, não tinham emprego fora.

“Não trabalhava fora. Era só em casa. Devido assim à falta de conhecimento.” (F.E).

“[...] Eu fazia os meus afazeres de casa aí depois ia bordar.” (D.A).

“Era normal, as minhas ocupações que eu tinha. Era trabalho de casa mesmo.” (E.E).

“Eu só me ocupava mesmo no lar, era secretária do lar, num tinha outro trabalho, não fazia outra coisa não. Só dentro de casa.” (T.A.).

Uma profissão exercida por elas era a de doméstica em Fortaleza, que requeria a ausência da família e da casa por quinze dias ou um mês.

Dentro de Coité-Pedreiras existia a pedreira em que elas trabalhavam quebrando pedra, mas foram substituídas pelas máquinas. Uma pessoa chegava a quebrar 50 latas de brita numa semana enquanto uma máquina, que eles chamam de britador, enche uma carrada em pouco tempo. É rápido, é só colocar a pedra na máquina, enquanto uma pessoa não consegue encher uma carrada de brita sozinho quebrando numa semana de trabalho.

“Eles acharam melhor tirar as pessoas e botar os britador para fazer.” (N.L.).

As máquinas nas pedreiras tiraram o emprego das mulheres:

“Colocaram dois britadores e tiraram o pessoal, todo mundo. Ficou muita mulher desempregada ali”. (N.L.).

Quando as pedreiras dispensaram o trabalho das mulheres ficou a opção de bordar lencinhos à mão:

“Aí só o que tinha de oportunidade pra gente trabalhar era bordando”.

Mas a remuneração do bordado era muito baixa. As mulheres passavam o dia inteiro para bordar as peças e no final do mês ganhavam em torno de R\$30,00 (trinta reais) quem bordava mais:

“Só que o preço daqueles bordados era terrível, a gente passava o dia todinho para bordar 3 lencinhos e ganhar R\$ 0,10”. “Eu cansei de ficar de sete horas da manhã até dez horas da noite para fazer 12 lencinhos a R\$ 0,12, não tinha futuro”.

Era difícil as mulheres trabalharem em Coité-Pedreiras. Além das atividades domésticas e do zelo com as crianças, existiam problemas com a distância dos centros que ofereciam trabalho:

“É em casa mesmo, tem outro trabalho não”. (L.A.).

Havia quem queria se ocupar:

“Quem sabia bordar fazia, porque não adiantava ficar parado não podia não.” (L.L.).

O projeto das costureiras solidárias de Coité-Pedreiras começou com a ideia de duas mulheres incomodadas com a falta de opção e o “marasmo” em que viviam, como relatam as pessoas entrevistadas:

“Era aquele marasmo, todo mundo parado sem fazer nada, porque o bordado não ia adiantar”. (L.L.).

“Ociosidade de você só viver em casa assim, sem uma perspectiva de nada. Não tinha, não tinha, não tinha nada”. (L.C.).

Uma das mulheres entrevistadas citou categoricamente “a falta de renda e ocupação” como o motivo matriz para a formação do projeto do salão, base para a formação de um projeto de economia solidária quando se inclui a população formada por excluídos do mercado.

“O mais importante era a ocupação, porque é assim: é muito chato você levantar de manhã e você saber que não tem uma coisa para fazer, assim, só o de casa mesmo, só o básico. Mas, a gente ter assim uma ocupação. Assim um trabalho, que ganhe muito ou que ganhe pouco, mas era trabalho. O que determinou acho que foi o fato da gente saber que a gente ia levantar cedo de manhã e tinha um lugar para ir, um trabalho para fazer.” (L.C.).

Assim como está definido no capítulo sobre o referencial teórico, item 4.4.2., o grupo de costureiras solidárias forma um empreendimento de economia solidária em que mais importante que a produção, o lucro, fatores fundamentais na empresa capitalista, no projeto estudado as ideias matrizes são a ocupação e o trabalho.

Em Coité-Pedreiras pessoas passavam procurando trabalhadores para formar facção. Existem várias formas de facção, mas a base é que um grupo de costureiras, cada qual especializada em uma máquina, faz uma operação e montam peças de roupas, que são trazidas por uma fábrica já cortadas. Pode ser que quem providencie as peças a serem montadas seja dono das máquinas ou fornecedor das linhas. As máquinas podem ser das próprias costureiras ou alugadas de terceiros.

Diante da possibilidade de se tornarem costureiras de uma facção, duas mulheres de Coité-Pedreiras buscaram a associação e passaram a fazer reuniões em busca de opções de trabalho. Poucas mulheres, entre as entrevistadas, sabiam costurar, mas diante do desejo de se ocuparem e aumentarem a renda, começaram a se reunir. Mas elas não tinham máquinas nem local onde trabalhar. Diante desse impasse, procuraram a presidente da associação na época.

A formação do grupo de mulheres inicialmente se deu através de convite. Buscaram entre parentes e pessoas conhecidas quem tinha interesse em formar um grupo de costureiras solidárias junto com a associação. Mas havia resistência em aceitar participar do projeto:

“Eu perguntava quem estava interessado e muita gente não acreditava. Diziam: ah, isso aí já inventaram uma vez e não deu certo. Eu dizia: mas vamos tentar de novo...” (N.L.).

A motivação para a formação do grupo não era somente ganhar mais dinheiro. Inicialmente o mais importante era a ocupação e adquirir autonomia...

“Ocupação. Ocupação e adquirir uma fonte de renda que... eu pensava... eu pensava não, eu sempre pensei assim: não ser uma pessoa que dependesse de meu marido, assim que eu quisesse comprar uma coisa para mim, não ser preciso ta pedindo a ele, por que eu sempre pensei assim, porque desde menina eu trabalhei, desde menina o que eu tinha conseguia trabalhando. Aí me achei numa situação de ficar sem fazer nada, na realidade ter que esperar, tudo o que eu queria ter de pedir. E, pensando assim, tinha outras mulheres, cinco pessoas. E a gente pensou se a gente fizesse isso, conseguisse montar um grupo e arranjar um cliente para botar trabalho a gente ia ganhar um dinheirinho e ocupar o tempo da gente que era só cuidando das crianças. Por que foi nisso que a gente pensou quando foi começar. Aí depois quando a gente fez aquelas reuniões que deu certo e o pessoal viu que a coisa andava, aí começou a chegar mais gente...” (N.L.).

Inicialmente o grupo de mulheres procurou a associação e acertou com uma fábrica de confecções de Caucaia a instalação em Coité-Pedreiras de uma facção. A associação participou cedendo o espaço físico para o seu desenvolvimento, que era o salão comunitário. A fábrica alugou as máquinas, pois as mulheres não dispunham delas, como relata uma mulher:

“Quando entramos foi com a cara e a coragem, não tinha nada.” (L.C.).

A formação do grupo solidário requereu a participação em reuniões, com a presença da presidente da associação esclarecendo o tema, mas a ideia já fazia parte das intenções de uma das líderes do grupo das mulheres:

“Eu nunca tinha ouvido falar em grupo produtivo, nessa época eu não sabia dessas histórias de grupo, dessas coisas não, né? ... Porque eu sempre pensava assim: a gente

ia formar um grupo pra dividir o que a gente ganhava, porque se eu queria o bem pra mim, eu queria o bem para todos. Porque eu achava assim: se eu queria para mim, alguém queria pra si, e era melhor que fosse uma coisa que envolvesse todo mundo”. (N.L.).

O grupo de mulheres acertou que o ganho seria dividido igualmente entre elas e as mães poderiam trabalhar com seus filhos para facilitar a atenção com eles. O grupo foi formado segundo as bases da economia solidária, definido em capítulos anteriores, em que todos são proprietários e o ganho seria de todos juntos:

“Fomos nós que fizemos, nós que assinamos o projeto. A gente conversando com a Associação, eu fui e falei que a gente tinha a ideia de montar uma facção, um grupo, todo mundo junto. Que todo mundo fosse proprietário até porque eu não tinha recurso de pagar salário de ninguém. Se eu botasse um grupo de gente trabalhando eu tinha que ter dinheiro para no dia certo eu pagar o salário daquelas pessoa e eu não tinha, não é? E assim, não. Todo mundo ia ter paciência de receber o que era seu de direito”. (N.L.).

No início, entre as duas pessoas que iniciaram o grupo existia divergência de ideia a respeito do grupo solidário, mas foi acertado que iriam formá-lo, mesmo depois ocorrendo a saída de uma líder que pensava diferente. Uma das líderes optava pela forma capitalista. Ela achava que já que a ideia inicial de montar a facção fora delas, elas deveriam ser donas e botar o pessoal para trabalhar para elas. Essa líder iniciou o grupo, desempenhou seu papel no projeto, mas com um certo tempo ela saiu. Saiu e foi quem primeiro montou uma facção individual. Outra líder tinha a opinião de que assim como ela estava em uma situação de necessidade de ocupação e incremento da renda, muitas pessoas estavam passando o mesmo, estava todo mundo igual, ninguém tinha o que fazer. Nessa líder também existia a clareza de que não podia montar um negócio, não tinha essa intenção, pensava também nas outras pessoas da localidade, tinha o espírito de solidariedade.

4.5.2 O primeiro dia de trabalho do grupo solidário de Coité-Pedreiras

A ideia tomou corpo e por meio de reuniões e convites feitos pelo grupo as mulheres de Coité-Pedreiras se animaram com a oportunidade de modificar o seu dia-a-dia ganhando mais que bordando lencinhos.

Primeiro procuraram o espaço físico para desenvolver o trabalho na associação. Através do apoio da então presidente passaram a ocupar o salão que pertence à associação. Outro ponto vencido foi o cliente da facção. A opção foi por uma pessoa que tinha duas tarefas a cumprir: fornecer trabalho (a demanda) e emprestar as máquinas.

Inicialmente as mulheres precisaram aprender a costurar, já que somente duas sabiam. Mas não ficaram somente com a pouca experiência delas. Tiveram a ideia de convidar uma pessoa, parente delas, que era costureira profissional de muito tempo, que trabalhava com todo tipo de máquina, para ensinar ao grupo a arte de costurar.

Interessante perceber, através das pessoas entrevistadas, que foi uma euforia na comunidade desde o início do projeto de Costureiras Solidárias de Coité-Pedreiras, pois se tratava de uma oportunidade que se iniciava para as mulheres excluídas do sistema:

“Mas era um interesse tão grande, uma animação tão grande que as máquinas chegaram na quinta-feira. Marcamos a reunião e na reunião nós marcamos que o aprendizado ia ser no sábado. Quando foi sábado de manhã eu fui pro salão mais a L.L., quando a gente chegou lá já estava cheio de mulher na calçada esperando, e tinha delas que levava pedaço de calça jeans para fazer e lá a gente marcava, ia cortando e elas iam treinando, quebravam a agulha e eu comprei um monte de agulha, peguei um dinheiro emprestado, nessa época peguei ainda R\$ 180,00 emprestado, comprei agulha, comprei tesoura e linha que era para ensinar. Quando foi na segunda-feira o cliente já chegou com um corte de peça pra gente ir fazendo devagarzinho”. (N.L.).

Inicialmente o trabalho era regido por um senhor, dono da facção, que era o único cliente do grupo solidário. Ele tinha uma fábrica de confecção e colocava facção para as pessoas trabalharem em casa, sem pagar

os direitos dos trabalhadores. Era proprietário das máquinas utilizadas pelas costureiras, tinha a exclusividade do trabalho delas, conforme relato a seguir:

“Pra ele era muito bom, montava um grupo de muita gente trabalhando, ele trazia só o serviço, não é? Ele emprestava as máquinas pra gente trabalhar pra ele, assim: a gente não fez contrato, mas de palavra foi dito assim: ele dava as máquinas e trazia o trabalho, mas a gente não podia trabalhar para outras pessoas. Só pra ele.” (L.N.).

Esse cliente também tinha outra exclusividade, era o único fornecedor da linha para o grupo, ao preço bem acima do preço de mercado:

“Cheguei a trabalhar no salão de sete da manhã até quatro horas da manhã do outro dia, porque estava chegando o dia da gente entregar as peças e ninguém queria passar daquele dia, porque senão ele levava as máquinas...Pra quando chegar no final do mês ele descontava um absurdo de linhas, que a gente comprava a linha dele. Naquela época, há cinco anos atrás a gente comprava um tubo de linha dele por R\$ 5,60, hoje, no mercado é R\$ 4,90.” (L.N.).

Ele se apropriava do lucro após descontar o que o grupo estava devendo em linhas:

“A parte maior era dele. Tinha o trabalho bem feitinho, vinha o dinheiro e voltava pro bolso dele do mesmo jeito.” (N.L.).

Da forma como o Grupo estava trabalhando, ou seja, para o dono das máquinas, restava muito pouco no final do mês:

“Aí o nosso primeiro salário, com um mês de trabalho foi R\$ 25,00 para cada pessoa”, que desanimava as pessoas, mas ao mesmo tempo gerou a necessidade”.

A ideia do projeto para ser apresentado ao BNB/ETENE surgiu da necessidade de auferir maiores retornos, pois o fabricante, proprietário das máquinas, controlava os preços das peças e das linhas como fornecedor exclusivo e das cotas de produção:

“Ninguém tem máquina. E com o ganho que a gente ganhava ninguém ia poder comprar as máquinas. E aí quando foi um dia a presidente da Associação chegou e falou do projeto FDR, lá do BNB.” (N.L.).

A presidente da associação, que tinha conhecimento da existência dos recursos do FDR, e que o projeto do salão se enquadrava, resolveu incentivar o grupo a enviar o projeto para o BNB/ETENE:

“Tem esse projeto do Banco e se vocês se organizarem a gente pode formar um projeto e mandar pra lá. Se for aprovado, a gente compra as máquinas”.

A euforia tomou conta do grupo, mas existia uma certa incredulidade quanto à aprovação do projeto pelo Banco e a liberação dos recursos. O clima era de expectativa pelo sucesso do projeto:

“Vixe, aí eu me animei demais. Em Fortaleza, eu andei no centro e fui na Avenida da Universidade inteira pra catar os preços das máquinas. Eu pensava assim: se eu mandasse um orçamento da primeira loja que eu visse, as diferenças eram muito grandes e o Banco jamais ia ajudar pessoas que eles nem conheciam.” (N.L.).

Com a ajuda da presidente da associação e depois de várias reuniões o projeto foi escrito e encaminhado para o BNB/ETENE.

4.5.3 O projeto apresentado

O objetivo do Projeto Coité-Pedreiras apresentado ao BNB/ETENE, apoiado financeiramente pelo FDR, escolhido para compor a avaliação qualitativa deste trabalho através da pesquisa dessa experiência, reporta-se à economia solidária quando diz “possibilitar a autogestão de seu trabalho e a divisão igualitária do ganho”, pois segundo Singer (2001, p. 46):

Economia solidária são formas de organização econômica que adotam os valores da democracia levados até as últimas consequências dentro da área econômica: de que todos são iguais, todos têm o mesmo poder de decisão, se tiver que delegar todos votam por igual e as pessoas que os representam têm que se submeter à sua

vontade senão são destituídas e são eleitas outras. Então, economia solidária é uma forma democrática e igualitária de organização de diferentes atividades econômicas.

Por se tratar de um projeto de economia solidária, a participação dos envolvidos é pressuposto requerido no formato seguido por Alves e Silveira (1998), que identifica “participar” como tomar parte ativa nas decisões, planejar e executar uma ação deixando de lado a competição, que é ponto fundamental no sistema de produção capitalista, gerando na população a oportunidade de uma vida mais humana e digna.

O apoio financeiro de R\$25.000,00 ao Grupo de Coité-Pedreiras foi para a aquisição e instalação de cinco máquinas de costura industrial para as costureiras da associação trabalharem em forma de facção solidária.

Especificamente o projeto previa a realização de treinamento, inclusive de jovens, ocupando os fins de semana, o aumento do número de fornecedores de peças sob o controle das próprias costureiras no que se refere ao preço do trabalho e às cotas de produção, e a ampliação contínua do grupo de costureiras à medida que outras máquinas fossem adquiridas com o produto do trabalho coletivo.

O projeto apresentou como meta a criação de três turnos de trabalho com a incorporação imediata de mais quinze costureiras ao grupo já existente e a realização de treinamento para turmas de dez novas costureiras, continuamente, durante os fins de semanas.

A metodologia apresentada no projeto previa um programa de treinamento para a habilidade específica (costura industrial), realizada em rodízio pelas costureiras mais experientes para turmas de dez participantes durante os fins de semana. Para a manutenção rotineira do maquinário seria treinada uma equipe de rapazes que apresentassem habilidade para os serviços mecânicos.

4.5.4 O grupo solidário de Coité-Pedreiras apoiado pelo FDR

O projeto foi aprovado e os recursos foram liberados. Quando o dinheiro chegou “foi aquela animação toda...”. As máquinas foram compradas e ficaram pertencendo de direito à Associação Comunitária de Coité-Pedreiras.

“A gente assinou e graças a Deus, depois quando o dinheiro chegou, botamos em dia as facções de novo, era tudo maravilhoso.” (L.C.).

“A gente não via a hora de sair o projeto para as máquinas, para melhorar nossa situação cada vez mais, de todas nós...” (F.E.).

Com os recursos, o grupo de costureiras solidárias de Coité-Pedreiras adquiriu as máquinas, como era previsto no projeto, e também tinha capital de giro para as linhas:

“O dinheiro que veio sobrou e nós compramos linha, se faltava a gente já repunha aquela linha que ia faltar e aí não precisou ninguém comprar fiado linha...”

Equipadas e sem compromissos financeiros, conseguiram um cliente: “E esse cliente era muito bom...”, porque com os recursos do FDR elas passaram a ser as donas das máquinas, tinham capital de giro para comprar as linhas e não estavam mais presas a um único cliente como era anteriormente.

Logo começaram a surgir pessoas interessadas em aprender o ofício:

“Quando a gente via o interesse das pessoas, dava mais vontade da gente ensinar.” (L.C.).

E a euforia tomou conta do grupo, como assim relata uma delas:

“Tinha dias que eu via os meus filhos, que eu trabalhando aqui, morando ali vizinho, só via meus meninos à noite. Porque eu ficava lá das 7h até 5:30, 6 horas da noite. Por que lá em casa eu não ia. Se eles queriam me ver, eles iam lá de tarde porque em casa não vinha...” (L.L.).

Tinham trabalho e alegria, e a receita passou a ser bem melhor:

“Aí toda vida a gente entregava peça no dia e ele pagava bem direitinho e pagava bem e a gente começou a tirar uns dinheiros melhor e até a gente dizia: de R\$ 0,12 por dia a gente tirava R\$ 450,00 um mês...”

Mas as dificuldades e as divergências começaram a aparecer:

“Aí começou aquela história da desunião, assim de as pessoas achar que eu tava agindo errado. Eu nunca achava que tava agindo errado...” (L.N.).

“Eu digo: ah! A dificuldade está aí. Trabalhar com o ser humano não é fácil, porque quando ele não sabia que eles eram ótimos, mas depois que eles aprenderam aí começou.” (L.C.).

As divergências começaram quando as costureiras que trabalhavam mais passaram a achar que deveriam ganhar mais:

“No dia de receber dinheiro todas eram muito empolgadas, na hora de trabalhar a gente via que elas queriam vida mansa, elas achavam que elas estavam ali, elas tinham o direito de receber sem se esforçar também, o mesmo que a gente se esforçava.” (L.C.).

“Não concordava porque às vezes a gente trabalhava até 10h, 11h da noite e eles não trabalhavam e aí a gente ganhava igual, eu não achava certo.” (E.U.).

As que não eram costureiras, as auxiliares, queriam ganhar igual, já que o trato inicial era este:

“Não concordava não, porque quando eu entrei ali eu ouvi falar que era pra ganhar tudo igual. Só sei que era pra ganhar tudo por igual. Não tinha esse negócio de ninguém ganhar mais do que ninguém.” (D.U.).

E existiam as que achavam que todas deveriam ganhar igual, independentemente de cada uma e de cada dificuldade particular:

“Se tinha as menina que não podia ficar eu entendia porque tinha mãe de família, eu não tinha criança pequena...” (L.N.).

“Todos trabalhavam muito mesmo. Estava ótimo” (D.A.).

“Elas achavam errado porque a gente que costurava, eu cansei de ficar no salão até 11 horas, 12 horas da noite,

eu nunca, nunca achei que não era certo, até hoje nunca achei”. (L.N.).

No início do projeto do salão as pessoas que participaram do desenho do projeto acertaram que o ganho seria repartido igualmente:

“Aí no começo o pessoal do acabamento e o pessoal que costurava ganhava o mesmo tanto.” (L.N.).

As pessoas concordavam porque percebiam que assim como alguém podia precisar se ausentar do trabalho, um dia essas pessoas também corriam o risco de necessitar faltar, pois também tinham filhos, como expõe na entrevista:

“Nunca fui contra aquela pessoa receber igual porque eu tinha três filhos e não sabia de amanhã se eu ia precisar.” (L.L.).

Com o tempo foi gerando a insatisfação de quem costurava, pois o trabalho da costureira requer maior esforço que da auxiliar:

“É muito injusta a gente costura, fica sentada o dia todo, no final das contas vai receber o dinheiro, nego que fica aí só botando botão ou limpando umas pontas de linhas recebe o mesmo tanto.” (C.C.).

Outro ponto a se questionar era a falta de comprometimento entre algumas pessoas com relação ao trabalho, faltava um pouco de disciplina e trabalho. Entre eles existiam os que se empenhavam mais e outros menos, como foi mencionado nas entrevistas:

“Quando eu comecei a ver a gente se matando de trabalhar e outros só ali, conversando, ia fechar a porta e ficava lá, como que estivesse ali a passeio, eu comecei a achar que aquilo ali não estava certo. (L.L.).

O problema foi resolvido quando definiram que haveria dois tipos de ganho, segundo o papel desempenhado no projeto. As costureiras ganhavam um pouco mais que as auxiliares, que trabalhavam no acabamento. Segundo uma das entrevistadas,

“aí ninguém discutia mais, aí acabou a confusão, ninguém saiu mais do salão.” (L.N.).

O fato de as pessoas passarem a discordar do trato inicial de todos ganharem igual gerou insatisfação e as pessoas começaram a desejar melhorias em suas rendas. Como já tinham aprendido a costurar, poderiam ganhar mais, quer seja montando uma facção própria, gerando trabalho para outras pessoas, quer seja como funcionários de empresas grandes com carteira assinada e todos os direitos trabalhistas.

A repartição do ganho, retirando as despesas, era dividida com o objetivo de não deixar dúvidas. Existia a participação de pessoas envolvidas, mas não era a participação de todos. Segundo a narração de uma das líderes, era assim que trabalhavam:

“Quando a gente entregava aquele corte, o homem pagava e a gente comprava as linhas que estava precisando e, quando chegava lá no salão com o dinheiro, aí sentava, eu e o S e a E a gente ia repartir o dinheiro. Quando terminasse, se sobrava que não dava pra dividir com o grupo, a gente comprava um lanche pra todo mundo e não dava confusão nenhuma, tudo tinha que ser bem certinho.” (L.N.).

Existia uma rotatividade de participantes no grupo que, por um lado podia parecer um ponto negativo, mas por outro as pessoas de Coité-Pedreiras estavam sendo treinadas em um ofício, havia a capacitação do mercado, abrindo às pessoas novas oportunidades de trabalho e renda:

“Era assim: quando estava saindo uma que ficava aquela máquina desocupada aí uma daquelas que tava ficando dizia: se você quiser eu chamo fulana. Eu dizia: chama que a gente ensina. Aí ela vinha.” (L.N.).

O grupo conhecia o procedimento das empresas capitalista que pagavam pelo que era produzido com o trabalho:

“Porque ganhava pelo seu trabalho, porque na verdade a pessoa que trabalha no acabamento só ganha pelo que faz, se limpar 100 peças, só ganha pelas aquelas 100 peças que limpou”.

As pessoas que trabalhavam no projeto pensavam diferente e agiam de forma oposta ao capitalismo:

“... e lá no salão não era assim. Lá no salão se limpasse uma peça ganhava o mesmo tanto que as outras. E também era assim, por exemplo. Hoje eu estou doente não vou poder ir trabalhar e aí quando chegava o dia de receber eu não ia descontar porque aquela pessoa estava em casa porque ela não era minha funcionária, ela era funcionário do grupo, nós era um grupo.”(L.N.).

A solidariedade tinha seu lugar no modo de produção escolhido pelo projeto do salão..

“Quando chegavam as peças cada pessoa tinha a sua função. No desenvolver do trabalho, quando estava nos finalmente, aí quem fosse terminando aquela operação, ia ajudando o outro. Assim: se uma pessoa tivesse muita peça e já tivesse terminado o seu trabalho, aí nós íamos ajudar outra pessoa. Era assim.” (E. L.).

Para a economia solidária o objetivo principal não era o lucro, como na empresa capitalista. O mais importante, como anteriormente foi definido no capítulo 4, era a reunião dos associados para a produção de bens, para gerar ocupação, trabalho e renda. O objetivo do grupo solidário de Coité-Pedreiras não era o lucro apenas, o que garantia a formação do grupo era a amizade, o aprendizado, a tolerância aos problemas pessoais e a inclusão social, entre outros fatores:

“Trabalhava menos, não era aquele ritmo de fábrica, entrava e só saía ao meio-dia pra almoçar. Lá no salão toda vida a gente só trabalhou assim. A gente tinha a hora do lanche. A gente não passava só 15 minutos para lanche, era mais tempo, conversava e toda vida foi a mesma coisa que na verdade não era, porque não era isso que a gente pensava, de formar aquilo ali e as pessoas morrendo de trabalhar. Que se trabalhasse ganhava alguma coisa, mas não era preciso morrer de trabalhar e ter o que fazer e quem trabalha numa empresa, tem que trabalhar para ganhar o seu salário, pagar o seu próprio salário e deixar o lucro do patrão. Não é?”(L.N.).

“Não trabalha para morrer não. O horário de trabalho a gente começava sete e meia e às vezes às quatro e meia da tarde, se dava preguiça em um, desligava a máquina e sentava ali naquela calçada ficava até cinco e meia, seis horas conversando, era assim mais um grupo de amigos que um grupo de pessoas trabalhando. Era muito bom.” (L.N.).

“Era como uma terapia. A pessoa tava passando por problema em casa, ia lá para o salão, passava o dia todinho, nunca ninguém ficou doente de dor nas costas porque estava trabalhando demais não.” (L.N.).

“O mais importante não era ganhar muito, o mais importante era a ocupação, aprender não é?” (T.A.).

O projeto contribuía para a capacitação e para a colocação das pessoas em empresas grandes, que oferecem a carteira assinada e todos os direitos garantidos. O projeto do salão funcionava não como o primeiro emprego para a maioria das pessoas, mas como uma oportunidade de aprender ofício e apresentar em entrevistas sua experiência, qualificando e enriquecendo o seu currículo:

“Os rapazes vinha, botava uma carta na Empresa A., não passava no teste e ia lá no salão, e perguntava se eu ensinava e eu ensinava e eles ficavam trabalhando lá. Eram seis rapazes, agora no final, no ano passado, quando acabou, tinham seis rapazes. Dos seis só existe um rapaz que não está trabalhando aí na Empresa A., está trabalhando numa facção em Caucaia e o bichinho, o E. que está trabalhando na Empresa G.”(L.N.).

Outra contribuição clara gerada pelo projeto do salão foi o impulso aos participantes de montarem suas próprias facções, seu próprio negócio, dentro de suas casas:

“Depois que eu saí do salão e vim para cá e ... eu montei minha facção.” (L.C.).

“Eu vou parar porque eu quero ir para casa, eu quero trabalhar agora em casa aí eu voltei para casa. Aí uma senhora soube que eu tava, que eu tinha saído de lá, veio até aqui e perguntou se eu queria ficar fazendo umas coi-

sas para ela. Aí eu disse que queria..., aí ficou trabalhando com outra moça e a minha tia.” (L.C.).

“Aí ela veio trabalhar comigo, que ela já tinha trabalhado no salão também, ... ela já saiu daqui e montou a própria confecção dela..., das meninas que trabalhou aqui comigo, que já ensinei, já duas já montaram a facção. Aí tudo isso, que se gerou foi devido ao projeto, porque se não fosse o projeto eu não trabalharia em casa, essas meninas nenhuma tinha aprendido nada.” (L.C.).

Pode ser citada como mais uma contribuição do projeto do salão a oportunidade que alguns participantes tiveram de se empregar em grandes empresas de confecção que exigiam conhecimento e experiência em costura. É mais uma opção que as pessoas têm de se empregar em empresas que assinam carteira e pagam todos os direitos:

“Se a gente for avaliar, tem várias pessoas trabalhando na Empresa G., as que não trabalha na G., procuram outras.”(L.C.).

A participação do BNB, através do apoio financeiro com recursos do FDR, era vista pelo grupo como:

“Para mim ele foi ótimo.” (L.N.).

“Foi fundamental. Eu acho que foi o alicerce, porque nós já tínhamos começado a acabar, porque assim, se ele não tivesse chegado, não tivesse acreditado, não tivesse aprovado o projeto, não tivesse financiado as máquinas eu acho que tinha se acabado antes de um ano, eu acho que ele foi mesmo aquela pedra fundamental e ali, porque sem ele acho que o projeto não durava nem um ano, o nosso sonho tinha ido por água abaixo em um ano.”(L.L.).

O FDR só trabalha com entidades sem fins lucrativos. Essas entidades precisam ser formalizadas, não bastando um grupo de pessoas reunidas com o mesmo objetivo.

“A entidade (que apresentou o projeto ao BNB/ETENE) era a Associação (Associação Coité-Pedreiras), tudo era dentro da Associação.”

“Quando a gente foi comprar aquelas máquinas se a gente tivesse comprado no nome do grupo, que era de Costureiras Solidárias, nunca ninguém tinha acabado, porque era nosso, então enquanto tivesse aquele grupo funcionando, as máquinas eram daquele grupo, não é?” (L.N.).

“Eu achei ótimo. Deu oportunidade a muita gente.” (E.U.).

“Bom, porque muita gente tem vontade de trabalhar e por aqui não tem trabalho, é bom, pra quem tem vontade de trabalhar é muito bom e tem muita mulher que tem vontade de trabalhar e não tem trabalho de jeito nenhum.” (D.U.).

Acontece que a falta de informação, de capacitação quanto a temas como economia solidária, cooperativismo e até mesmo associativismo prejudicou a continuidade do projeto Salão em Coité-Pedreiras:

“Mas aí como foi comprado em nome da associação e as pessoas pensavam que pertencia ao presidente da associação e não à entidade, foi isso que aconteceu.” (L.N.).

A desinformação não era somente das pessoas que formavam o grupo, mas também das pessoas da comunidade, pois a nova presidência da associação não soube lidar com a forma de trabalho do grupo solidário, onde o diálogo e a participação tinham lugar. Ela se apropriou, agia como dona da associação e de tudo que estava ligado a ela, inclusive o projeto salão, conforme o relato:

“Infelizmente teve um problema aí na Associação, uma mudança de presidente, a presidente queria mandar no nosso grupo, queria ser do jeito dela, aí a gente não aceitou isso. Nós mesmos nos reuníamos e nós mesmos decidíamos, não vai dizer assim um que mandava, só um. Era todo mundo sentar e falar, e a gente concordava ou não. E aí quando houve essa mudança de presidente, que a presidente queria mandar, queria tirar quem ela quisesse, queria botar quem ela quisesse e o nosso sistema de trabalho não era assim, era diferente.” (E.L.).

Percebe-se um completo desinteresse e um não entendimento do que seria a associação: “A Associação não tem outras atividades, é tudo parado mesmo”. A verdade é que não se conhecem os objetivos da associação e sua forma de trabalhar:

“A gente teve que comprar em nome da associação, então quando mudou o presidente, ele achava que era do presidente, não do grupo.”

Observa-se que as pessoas compreendem o papel do apoio financeiro do BNB/ETENE:

“O papel dele foi cumprido perfeitamente.” “Esse projeto do BNB (Projeto do Salão, apoiado com recursos do FDR) foi muito bom.” (L.N.).

“O apoio que a gente recebeu, muitas, nem do marido receberam. Eles diziam que a gente ia perder tempo lá ninguém vai ganhar nada, eles diziam assim, só sabiam dizer isso. O apoio que nós recebemos foi da presidente da Associação... Por que eu vou te dizer se não fosse o apoio a gente não tinha ido pra frente não...” (L.C.).

“Porque aquilo foi uma porta que se abriu para as oportunidades.” (F.E.).

Mas também existiam entre elas duas pessoas que não conheciam o FDR e não confiaram:

“Não quiseram assinar, porque disseram que não iam assumir compromisso com nada, porque o Banco dava, mas depois o Banco ia querer que a gente pagasse... essas coisas, não sabe?”(L.C.).

As pessoas sabiam que não podia ser diferente, quer dizer, já que o projeto foi apresentado pela associação, os objetos adquiridos pertenciam à associação:

“O que poderia, mas não dava pra ser, era as máquinas serem do Grupo de Costureiras Solidárias, só isso, não é?”.
“O projeto dizia assim muito bem claro que o patrimônio tinha que ser junto ao órgão”.

Inclusive elaboraram fórmulas de atuação do Banco:

“Poderia ter tido assim uma lei lá no Banco que não deixasse aquelas máquinas lá que quem vê diz que só falta chorar.” Ou até mesmo “uma lei que pudesse fazer o Banco entrar com uma ordem de tomar aquele equipamento e tirar da mão daquele homem e sei lá.” (L.N.).

Também construíram outra forma de atuação, diferente da que foi percorrida por elas, com base no que consideraram que foi um erro:

“Que se naquela época a gente tivesse registrado no nosso nome talvez ainda hoje acontecesse, porque o equipamento era do grupo, não é?” (L.N.).

Como está posto no capítulo 4, no item sobre economia solidária, pode-se verificar que a experiência pesquisada apresenta indicadores que a definem como um empreendimento de economia solidária, como a autogestão, a participação efetiva, a escolha de dirigentes, a cooperação no trabalho e a distribuição igualitária dos resultados e benefícios. Mas, quanto à alternância e renovação dos dirigentes e ações de cunho educativo, o projeto do salão deixa a desejar.

4.5.5 Autonomia, acesso igualitário à capacitação e renda

A forma como as costureiras de Coité-Pedreiras trabalhavam, como transcorria o seu dia-a-dia, mostra o grau de satisfação com o que faziam:

“A gente era um povo alegre mesmo.” (L.L.).

“Foi bom porque eu fiz amizade...” (L.N.).

“Era aquela coisa boa, aquele jeito bom de trabalhar.” (T.A.).

Fazer o que se gosta de fazer depende da oportunidade. O projeto veio contribuir com uma oportunidade de trabalho para as pessoas de Coité-Pedreiras, em especial para as mulheres,

“porque eu nunca fui assim de me importar com negócio de casa não, sabe? Eu sempre gosto é de trabalhar, assim,

serviço de casa pra mim não tem graça, eu faço, mas não eu gosto mesmo é de trabalhar.” (L.N.).

O projeto proporcionou capacitação para diversas pessoas na comunidade:

“Ela experimentava e ela nunca tinha sentado pra trabalhar em máquina nenhuma. E eu ensinando, aí ela ficava.” (L.N.).

As máquinas eram utilizadas em todos os momentos, pois “aproveitava o intervalo que não tinha ninguém trabalhando na máquina e ia alguém que queria aprender.” (L.C.).

“Que justo eu entrei no salão, nem ligar a máquina eu não sabia. Sabia nada, nada, nada de uma máquina eu sabia. E justo, a minha professora bem dizer foi a C., porque ela quem me ensinou a trabalhar.” (D.A.).

“Aí eu fui, aprendi, pelejei, pelejei, eu custei a aprender. Apanhei que só para poder aprender. Aí eu queria desistir, mas aquela vontade né? Que a minha vontade era de costurar, minha vontade era de ser uma costureira, até que aprendi, eu achei bom nesse ponto aí, porque eu aprendi.” (D.V.).

“Eu aprendi, era uma profissão que eu não sabia nada, só sabia furar os dedos.” (E.A.).

Existia também a diversidade dos trabalhos. Não se tratava de uma capacitação somente em costura, o conserto das máquinas também gerava outras oportunidades:

“Eu só fazia fechar as peças e consertava as máquinas quando tava no prego. Foi bom porque aprendi a mexer com máquina industrial...” (L.N.).

Houve a experiência da divisão igualitária dos ganhos entre os participantes do projeto:

“O pessoal do acabamento e o pessoal que costurava ganhava o mesmo tanto.” (L.N.).

“E lá no salão, ninguém era dividido por classe de trabalho. Todo mundo era igual.”

O acesso ao trabalho pelo projeto do salão gerou em uma participante o autoconhecimento da vida que, com o passar do tempo experimentava significativa mudança do ponto de vista social:

“O salão é como se fosse um esconderijo pra mim. Quando eu piso dentro de casa é só discussão, só discussão. Quando eu estou no salão é o dia todo, a gente conversa, trabalha, brinca...”

As mudanças advindas da participação no Grupo de Costureiras Solidárias desenvolveram a autoestima das pessoas, fortalecendo-as para enfrentar obstáculos em suas vidas, gerando mudanças significativas:

“Mas eu agradeço muito porque se hoje eu criei coragem para enfrentar alguma coisa na minha vida foi devido aquilo ali, porque antes eu não tinha, eu me achava incapaz, eu dizia eu sei, mas eu não tenho capacidade. Sabe uma coisa que você bota assim na sua cabeça que você sabe, mas você acha que não tem capacidade de tocar aquilo só.” (L.C.).

A autonomia, a autoestima, o sentimento de liberdade e de poder que algumas mulheres passaram a sentir com a experiência do grupo costureiras solidárias pode ser expresso a seguir:

“Porque aí depois que eu comecei a trabalhar, que eu comecei a ganhar alguma coisa, aí pronto, eu não precisei mais estar pedindo dinheiro mais a ninguém para fazer nada, a minha vontade era só mesmo de trabalhar. E trabalhar pra ganhar e aquilo ali pra mim foi ... (a entrevistada se emocionou).” (L.N.).

Assim: para mim melhorou um pouco. Eu já não precisava mais está pedindo, eu mesma comprava minhas coisas, tudo.” (D.A.).

“A gente aprendeu, participou, do trabalho que não era muito, mas dava para a gente comprar alguma coisa .” (T.A.).

Nota-se claramente a importância da experiência do projeto do salão para a comunidade de Coité-Pedreiras. Como ensina Barbosa (2006), referenciado no capítulo 4, entende-se que a economia solidária promove a inclusão do homem à sociedade, elevando sua autoestima, fazendo com que ele se sinta importante.

Percebe-se que o projeto do salão proporcionou muitos ganhos em termos de autoconhecimento, como expresso nas entrevistas:

“Liberdade,” “o projeto proporcionou para gente foi segurança”; “alegria”; “euforia”; “até o meu humor dentro de casa melhorou.”; “às vezes eu me sentia inútil, mesmo cuidando da casa, dos meninos, às vezes a gente se sentia uma pessoa inútil e a partir deste projeto assim eu já não me sentia mais...”; “uma força que criou dentro de cada um de nós”.

De todas as palavras colhidas nas entrevistas, a mais marcante foi a declaração de uma das mulheres que passaram pelo projeto. Ela foi partícipe desde o início do projeto.

“Nós ganhamos ... DIGNIDADE” (L.L.).

4.5.6 Protagonismo dos atores, participação igualitária na condução do projeto, nas decisões, na organização do trabalho, na formação de lideranças

Durante o projeto as pessoas sempre se reuniam, tinham a oportunidade de opinar, de falar,

“mas na hora que tinha que decidir uma coisa nova, a gente ia e conversava... E aí eu sempre passava a ideia, se todo mundo fosse de acordo aí a gente fechava a ideia.” (L.N.).

Foi discutida, em reunião, a possibilidade de apresentar projeto ao BNB/ETENE

“... Ela disse que existia esse projeto, e que se fizesse um projeto poderia ter a aprovação do Banco, aí ela foi e

conversou e fez uma reunião com a gente então a gente disse: se tem essa possibilidade, vamos topa, também se não conseguirmos vamos tentar por outros meios, mas foi aceito.” (L.L.).

Percebe-se a participação, que traz contribuições positivas de todos na construção do projeto:

“Fomos nós que fizemos, nós que assinamos o projeto. A gente conversando com a Associação, eu falei que a gente tinha a ideia de montar uma facção, um grupo, todo mundo junto.” (L.N.).

Segundo Bordenave (1987, p. 16), “se procurarmos a motivação dos participantes de uma atividade comunitária qualquer, notaremos neles uma satisfação pessoal e íntima que com frequência vai muito além dos resultados úteis de sua participação”. Percebe-se que com a participação nas reuniões as pessoas foram ganhando respaldo perante suas famílias e se fortalecendo como grupo:

“Quando comecei assistindo as reuniões, ele achava que não dava em nada. Ele disse assim: ah, isso é só fogo de palha, isso vai dar em quê? Aí passava. Aí quando ele viu que a gente tinha feito o projeto, aí ele disse: está certo, você só vai enquanto der certo, quando as máquinas chegaram ele disse: foi? Eu pensei que era só fogo de palha...” (L.C.).

“Aí todo mundo conversava todo mundo dava opinião.” (F.E.).

“Era todo mundo sentar e falar, e a gente concordava ou não.”(E.L.).

O projeto gerou oportunidades antes não existentes na comunidade:

“Eu sempre quis aprender alguma coisa e era o que tinha isso eu fui aprender, só não tive nunca oportunidade, tive foi depois desse projeto, aí eu participei.” (E.U.).

O projeto contribuiu para mostrar problemas que podem ocorrer em termos de participação e adesão do grupo em decorrência da ampliação e da alta rotatividade dos membros do grupo:

“Eu vi umas coisinhas lá que não tava me agradando mais. Porque o grupo começou bem pequeno, aí foi aumentando e aquelas reuniões que tinha, que todo mundo participava, não tava havendo mais. Antes quando era menos gente, todo mundo sentava ali e decidia. Se precisava de mais alguém todo mundo dava sua opinião, e todo mundo chegava num acordo, se realmente estavam precisando colocar alguém lá dentro. Aí depois, quando a gente tava trabalhando, aí já tinha gente trabalhando, a gente nem era avisada... Aí aquilo foi desanimando a gente, foi isso que me desanimou lá.”(F.E.).

4.5.7 Acesso a bens e serviços básicos e mercados, geração de trabalho e renda

O projeto do salão favoreceu não somente às pessoas inicialmente envolvidas no desenho do projeto, mas à comunidade de Coité-Pedreiras como um todo diante da inexistência de oportunidades de ocupação e geração de renda.

“Proporcionou melhoria no trabalho, melhoria do lugar, porque não é só para minha melhoria para melhoria para muita gente, muita gente mesmo. O projeto mudou Coité Pedreiras, porque antes era assim, a pessoa não tinha perspectiva de vida. Os rapazinhos, era completar dezoito anos iam atrás de emprego na Empresa A., que era a única indústria aqui, porque a dificuldade essa assim: além de tudo elas não sabiam, as mulheres elas não tinham uma ocupação. A ocupação aqui era viver nas portas umas das outras falando da vida alheia.” (L.L.).

Diretamente no projeto participaram no primeiro momento quatro mulheres. Ocorreu grande rotatividade e em determinado momento o grupo contava com mais de vinte mulheres e sete rapazes que tiveram sua primeira experiência profissional.

“Embora o salão ter fechado as máquinas não tarem mais lá dentro, mas serviu para muita gente, muita gente aprendeu e hoje em dia, muita gente está trabalhando e sabe costurar graças ao salão. Muita gente aprendeu, e não foi pouca não.” (L.L.).

“Eu já aprendi muita coisa lá que eu não sabia que hoje está servindo muito.” (F.E.).

Na fase em que as pessoas participaram do projeto, quando passaram a ganhar mais, sentiram-se seguras para poder adquirir bens para pagar em prestações...

“Aí todo mundo já começava a comprar alguma coisa, porque tinha certeza que tinha com que pagar.” (L.N.).

Percebe-se claramente que essas pessoas se uniram e montaram o Grupo Solidário de Costureiras de Coité-Pedreiras em virtude de sua exclusão do sistema, pois eram mulheres pobres, com pouco estudo, moradoras de uma comunidade sem oferta de emprego.

Um dos produtos gerados por esse projeto foi a capacitação de pessoas, indiscriminadamente, abrindo novos mercados de trabalho antes inexistente para as pessoas de Coité-Pedreiras:

“Eu não sabia costurar. Hoje não. Eu já consigo costurar em tudo que é máquina. Tudo o que você botar pra eu fazer, tudo eu sei, mas antes não.” (L.N.).

A partir da experiência gerada pelo projeto saíram algumas pessoas montaram sua própria facção, levando toda a tecnologia aprendida, e nessas novas facções trabalhavam em ritmo diferente do salão, como relata uma das pessoas que saíram do projeto:

“Aí teve um dia que eu digo não, não agora eu vou montar minha facção em casa. Vou alugar máquina para trabalhar em casa. Aí eu digo: eu podia tentar e, graças a Deus, eu tentei e até hoje está dando certo.” (F.E.).

Dos grupos que se formaram encontra-se um que busca vivenciar elementos que o justificam como um grupo de economia solidária, assim como classifica Singer e Souza (2002, p. 27): “sistema de repartição baseada em pagamento igual por hora de trabalho de qualquer pessoa”.

“Continuo trabalhando com as meninas, com o mesmo sistema do grupo. Aí assim, quando chega uma coisa muito apressada, eu não vou exigir que elas façam. Vou dizer: eu quero isso, isso aqui. Quando a gente termina,

a gente tira as despesas, e divide. A gente não faz assim: essa aqui trabalhou mais que a outra. Não. Quando dá 4h ou 5h, todo mundo sai. Aí, às vezes dependendo da menina, tem uma menina que coloca só bolso, tem dia que ela nem vem, aí essa daí eu só pago por dia, e aí tem duas que trabalham o dia, essas aí elas já dividem. Mas no geral, tira as despesas e divide por igual.” (L.C.).

Alguns participantes do projeto, ao aprenderem o ofício, optaram por trabalhar com carteira assinada e assim se lançaram no mercado de trabalho. Nisso o salão teve grande contribuição. Além de permitir o aprendizado, emitia declaração de experiência para qualificar o currículo apresentado. Atualmente, alguns ex-membros do grupo trabalham em grandes empresas em Fortaleza.

“Outros queriam assinar carteira, pediam para eu ajudar para ir para a Empresa G. e fazia uma declaração e mandava e assim tem uns três ou quatro que trabalham na Empresa G. que foi assim.” (L.N.).

“Hoje em dia trabalho na Empresa G., através desse projeto, porque se não fosse isso eu não estava na Empresa G.” (E.U.).

“Eu aprendi a costurar e estou lá. Graças a Deus e esse projeto que eu estou lá hoje na Empresa G.” (E.L.).

Um participante, em especial, manifestou o seu sentimento pelo projeto do salão, com relação à comunidade de Coité-Pedreiras...

“Para mim, eu acho que foi uma das melhores coisas que aconteceram aqui. Porque esse projeto, no início, quando foi acertado por todos, que esse projeto, ele abriu caminho para muita coisa, muita coisa mesmo, porque hoje em dia, se eu tenho a coragem de trabalhar que eu tenho, foi graças a esse projeto. Se muita gente tem o trabalho que tem, foi graças também a esse projeto. Esse projeto para todos foi maravilhoso, para mim foi maravilhoso, eu acho que para todo mundo foi, porque ele abriu as portas, não é?” (L.L.).

O projeto, que havia sido desenhado para mulheres, atingiu a comunidade toda, não desprezando os jovens, em especial os que estavam desempregados ou em busca do primeiro emprego:

“Por isso que eu digo que o projeto foi muito bom para todos porque muita gente aprendeu, inclusive uns rapazes porque o preconceito era muito grande quando a gente começou e tinha um rapaz que sempre ia pra lá, era assim: ah, por que fulano ta indo para lá, fulano é isso, fulano é aquilo, mas só que aí ele não ligou para isso. Ele chegou uma vez e disse assim: rapaz eu sei o que eu sou. Continuou e pronto. Continuou lá e depois dele foi vindo mais, foi vindo mais, muitos deles que trabalhou lá, depois que saiu já estão trabalhando... Mas que antes não tinha outra opção, mas não ganhava muito, mas eles estavam lá ocupados, recebendo e tudo mais.” (L.C.).

Uma das grandes conquistas que o projeto proporcionou ao grupo foi o acesso ao crédito que, como se sabe, também é seletivo e exclui os grupos pertencentes a faixas de renda inferiores. O relato de que duas ex-participantes são clientes do CrediAmigo mostra a mudança de *status*, já que referido programa exige experiência mínima de trabalho do pretendente ao crédito.

“Quando eu vim para a minha própria facção, eu fiz o Crediamigo. Fiz o CrediAmigo durante dois anos, inclusive eu comprava umas linhas, aí eu continuei fazendo.” (L.C.).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi avaliar os efeitos da utilização dos recursos do FDR em um projeto de economia solidária apresentado ao BNB/ETENE, em 2004, pela Associação Comunitária de Coité-Pedreiras, localidade do distrito de Caucaia - CE.

Uma pesquisa avaliativa deve ser feita para que seus resultados, conclusões e recomendações sejam conhecidos. Esses resultados devem ser apresentados para que sejam trabalhados e tenham implicações como melhoria no processo do programa implementado. (AGUILAR; ANSEREGG, 1994). Cabe aqui neste trabalho apenas apresentar indícios para a continuidade dos estudos sobre a aplicabilidade de recursos do FDR e seus efeitos perante a sociedade.

Procurou-se fazer um estudo básico sobre desenvolvimento e crescimento a fim de mostrar que a busca da riqueza e do bem-estar proporcionada por uma maior disponibilidade de bens e serviços constitui a razão de ser do desenvolvimento econômico, em sentido estrito. O desejo de mais justiça ou equidade na distribuição da renda corresponde ao objetivo do desenvolvimento social.

“A definição de uma estratégia de desenvolvimento regional é uma decisão de natureza basicamente política.” (HOLANDA, 1979, p. 51). É uma decisão de caráter político, já que existe um custo para que aconteça o desenvolvimento. Através do projeto aqui apresentado verifica-se que através de uma política pública, mesmo com uma pequena monta de recursos, é possível proporcionar o desenvolvimento das pessoas.

No projeto Coité-Pedreiras são bastante claros os efeitos em termos de bem-estar, autonomia, ganho de autoestima, capacitação, geração de renda e criação de oportunidades e outros horizontes de vida.

Neste trabalho buscou-se desenhar um quadro mostrando os efeitos que a aplicação dos recursos do FDR proporcionou junto a Coité-Pedreiras. Os objetivos dos programas costumam ser vagos, imprecisos ou formulados de uma maneira por demais geral. Mas, no final, percebe-se que, através da experiência estudada, quando se procura executar o que foi proposto, alguns efeitos alcançados se tornam abrangentes, proporcionando à comunidade diferentes oportunidades.

O projeto apresentado ao BNB/ETENE pela Associação de Coité-Pedreiras tinha como objetivo a compra de cinco máquinas de costura industrial que seriam utilizadas pelo grupo de costureiras solidárias. Elas trabalhariam em regime de autogestão e divisão igualitária do ganho. O Banco, através do ETENE, aprovou o projeto e apoiou a associação para a aquisição das máquinas com recursos de R\$25.000,00 (vinte cinco mil reais), em 2004.

A partir desse projeto foram encontradas pessoas que hoje estão trabalhando em empresas de grande porte, tanto em Caucaia quanto em Fortaleza. Essas pessoas optaram por trabalhar em uma empresa que oferecesse carteira assinada e todos os direitos garantidos. Mas somente conseguiram vaga nessas empresas porque aprenderam e adquiriram experiência no projeto de Coité-Pedreiras.

Encontramos um projeto de economia solidária capacitando e qualificando mão-de-obra para o mercado. Esse objetivo não estava especificado, mas está sendo colhido dentro da comunidade. Também frutos do projeto do salão, foram encontradas pessoas que montaram sua própria facção. A partir da experiência vivida através do projeto optaram por sair e se tornarem microempresárias.

Um grupo de costureiras solidárias, apoiado financeiramente pelo FDR, prepara pessoas para montar seu próprio negócio, gerando novos pontos de trabalho e renda.

Dentro das microempresas foram detectadas duas delas que são clientes de um outro produto do BNB, o CrediAmigo. Essas pessoas migraram do FDR para o CrediAmigo.

A partir dessa situação pesquisada, constata-se que o FDR, que é um Fundo do BNB/ETENE voltado para o público que não tem acesso a Banco, capacita-o a ser cliente do Banco, gerando oportunidade de desenvolvimento.

Além dos efeitos anteriormente mencionados, observa-se que as pessoas envolvidas no projeto do salão apresentaram um elevado grau de satisfação em terem participado da experiência do grupo das Costureiras Solidárias de Coité-Pedreiras, quer seja por adquirirem retornos monetários, quer seja pela aprendizagem, ou até mesmo pela dignidade.

Pode-se concluir que o projeto pesquisado trata-se de referência, pois promoveu uma mudança significativa entre os moradores da comunidade em diversas dimensões de suas vidas: social, econômica e política.

O cooperativismo recebeu dos teóricos Owen e Fourier, segundo Singer e Souza (2002, p. 38), a “inspiração fundamental”, a partir da qual os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro. A experiência da Associação de Coité-Pedreiras tentou, errou e conseguiu. Conseguiu expressões do tipo: “Uma experiência boa na minha vida e que eu jamais vou esquecer. Muito boa mesmo!”

Observou-se que em uma sociedade capitalista a falta de capacitação quanto a temas como economia solidária, cooperativismo e até mesmo associativismo é um fator crítico e motivador para o não sucesso de projetos dessa natureza. A sociedade precisa conhecer mais sobre o tema, abrir discussões sobre essa forma de se trabalhar e envolver o maior número de pessoas.

Recomenda-se que em futuros projetos produtivos solidários as entidades envolvidas possam ser alertadas ou até mesmo ser requerido que haja ciclos de palestras para esclarecimentos, capacitação da população envolvida sobre temas relacionados ao projeto apresentado com o objetivo de fortalecer as bases de sustentação do programa.

Esta pesquisa relata o desenvolvimento de um projeto apresentado por uma entidade sem fins lucrativos ao Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que ao apoiar a iniciativa deu oportunidade de crescimento a um público que vivia à margem do processo produtivo. “Sobrantes” do processo gerado pelo neoliberalismo, os envolvidos no projeto ganharam conhecimento, segurança e autoestima a ponto de se colocarem no mercado de trabalho independentes da continuação do projeto.

Uma questão que se coloca é sobre até que ponto a política pública voltada para a economia solidária é uma proposta inovadora, emancipatória do capitalismo industrial, ou uma política compensatória, uma alternativa para a crise do emprego.

No estudo aqui apresentado pode-se perceber claramente que mesmo dentro do capitalismo existe a possibilidade de convivência com a experiência de economia solidária. Sobre a base do capitalismo que providencia a comercialização, propiciando a formação da facção, a experi-

ênica em Coité-Pedreiras se desenvolveu proporcionando a geração de trabalho e renda para a população antes à margem do mercado.

Por sua vez, vale ressaltar que o direito à cidadania está ligado diretamente ao trabalho. (GUIMARÃES, 1999). O homem, em busca de sua cidadania, encontra alternativas por conta própria ou com o apoio de políticas, pois dificilmente o exército de “sobrantes” se transformará, em sua totalidade, em trabalhadores assalariados.

O BNB, conforme esta pesquisa, é uma entidade que possui produtos para todos os níveis empresariais, inclusive para a população que está à margem dos padrões de clientes bancários. Realmente, como visto nos capítulos iniciais, o BNB foi criado para ser um “Banco especial”, buscando o desenvolvimento da região. Barbosa (1979). O desenvolvimento aqui pensado tem reflexos no bem-estar da população, sem exclusão.

Só através de políticas públicas federais, estaduais e municipais, pautadas no crédito e na tecnologia, pode-se vislumbrar a transformação da economia para acolher os excluídos do processo de produção vigente. O FDR, aqui pesquisado através da experiência de Coité-Pedreiras, mostrou-se uma alternativa de capacitação, ocupação e geração de postos de trabalho e renda, além de resgatar a cidadania das populações desempregadas e sem perspectivas.

Por fim, que a experiência aqui apresentada e as conclusões elencadas possam servir de subsídio para futuras decisões sobre a participação do BNB/ETENE junto a projetos produtivos solidários através do FDR, ou até mesmo auxílio para futuros estudos sobre os temas aqui apresentados.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, M. J.; ANSER-EGG, E. O processo de avaliação: aspectos chaves do ponto de vista metodológico. In: _____. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994. Cap. 4.

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, ano 51, n. 4, p. 5-60, out./dez. 2000.

ALENCAR JÚNIOR, J. S. (Org.). **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

ALVES, M. O.; SILVEIRA, L. L. **Entre o tutorial e o participativo**: a abordagem de intervenção na estratégia de ação do Banco do Nordeste. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36. Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas, 1998.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA (Brasil). **Autogestão e economia solidária**: uma nova metodologia. São Paulo, 2007. V. 3.

ARRETCHE, M. T. S. Tendência no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998.

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia popular e solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **O Banco do Nordeste**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/O_Banco/Principal/gerados/o_banco.asp>. Acesso em: 3 mar. 2008.

_____. **Fundeci, Fase, FDR 2004**. Fortaleza, 2005.

_____. **Relatório de atividades do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste**: ETENE 2003. Fortaleza, 2004.

_____. **Relatório de atividades do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste**: ETENE 2004. Fortaleza, 2005.

_____. **Relatório de atividades do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste: ETENE 2005.** Fortaleza, 2006.

_____. **Relatório de atividades do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste: ETENE 2006.** Fortaleza, 2007.

_____. **Relatório de atividades do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste: ETENE 2007.** Fortaleza, 2008.

BARBOSA, R. **O BNB e o desenvolvimento econômico da região.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

BARBOSA, R. N. C. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, M. O. S. e. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2006.

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H. de; SOUSA, L. C. de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional.** São Paulo: Cortez, 2001.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Atlas da economia solidária no Brasil 2005.** Brasília, DF, 2006.

_____. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: jan/abril 2008.

CARVALHO, A. M. P. de. **O enigma do Brasil de nossos dias: abrindo vias na caminhada coletiva de desvendamento.** Fortaleza: ICRE, 2006. Aula Inaugural do Instituto de Ciências Religiosas.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

DOWBOR, L. **Democracia econômica: um passeio pelas teorias.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. **Avaliação política e avaliação de políticas:** um quadro de referência teórica. São Paulo, 1986. Mimeografado. (Textos IDESP, n. 15).

FONSECA, P. C. D. Nacionalismo e economia: o segundo governo Vargas. In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. (Org.). **História econômica do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Hucitec, 1997. p. 17-29.

FOURIER, F. M. C. O novo mundo industrial e societário. In: TEIXEIRA, A. (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos:** os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FRANÇA FILHO, G. C. de et al. **Ação pública e economia solidária:** uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FURTADO, C. M. A constatação do GTDN e as exigências da atualidade. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 375-384, out./dez. 1997.

GAIGER, L. I. G. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GERTLER, P. **Avaliando impactos:** de promessas a evidências. In: SEMINÁRIO SOBRE AVALIAÇÃO DE IMPACTO, 2007, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Banco Mundial, 2007.

GOMIDE, D. Kibutzim: uma visão brasileira do modelo israelense de cooperativa integral. In: SOUZA, A. R. de; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. (Org.). **Uma outra economia é possível:** Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

GUIMARÃES, G. **Sindicalismo & cooperativismo:** a economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho. Rio de Janeiro: Unitrabalho, 1999.

HOLANDA, A. N. C. **A política de desenvolvimento do Nordeste.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

_____. **Avaliação de programas:** conceitos básicos sobre a avaliação ex-post de programas e projetos. Fortaleza: ABC Editora, 2006.

IBGE. **Município de Caucaia**: mapa das localidades. Disponível em: <http://www.caucaia.ce.gov.br/images/Mapa_Localidades_2007.jpg>. Acesso em: 20 jul. 2008.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LIMA, C. F. (Org.). **A questão regional na constituição brasileira**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

LIMA, J. C. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 56, p. 45-62, out. 2004.

MACIEIRA, S.; VENTURA, M. **Como elaborar projeto, monografia e artigo científico**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2006.

MANCE, E. Redes de economia solidária. In: MEDEIROS, A.; MARTINS, P. H. (Org.). **Economia popular e solidária**: desafios teóricos e práticos. Recife: Bagaço, 2003.

MEDEIROS, A.; MARTINS, P. H. (Org.). **Economia popular e solidária**: desafios teóricos e práticos. Recife: Bagaço, 2003.

OLIVEIRA, A. A. de. Significado e inferências sobre a economia solidária a partir do quadro empírico do Ceará. In: GAIGER, L. I. G. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 323-370.

OWEN, R. O livro do novo mundo moral: 1836-1844. In: TEIXEIRA, A. (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PAULA, L. A. M. de. Quem avalia as políticas públicas?. **O Povo**, Fortaleza, p. 7, 21 set. 2002. Opinião.

SILVA, M. O. S. e (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais**: teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.

SINGER, P. Economia solidária: possibilidades e desafios. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n. 88/89, p. 44-58, mar./ago. 2001.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. de (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIQUEIRA, A. J. **Nação e região:** os discursos fundadores. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, Nação e Região, 2000. Ciclo de Conferências Brasil 500 anos.

SOUZA, A. R. de; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. (Org.). **Uma outra economia é possível:** Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, N. J. de. **Desenvolvimento econômico.** São Paulo: Atlas, 1999.

TEIXEIRA, E. C. **O local e o global:** limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2001.

VIALLI, A.; WARTH, A. Microcrédito pode dar certo em qualquer lugar, diz Yunnus. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1 dez. 2007. Negócios, p. B10A.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. **Trabalho associado:** cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data: ____/____/____

Entrevistador _____

Minha Apresentação

Apresentação do objetivo da entrevista

Solicitar a gravação da entrevista

ROTEIRO

- Conte como era sua vida antes do projeto.
- Como surgiu a ideia do projeto? Qual a ideia matriz?
- Como tudo aconteceu?
- Como você começou a trabalhar no projeto? O que motivou?
- Quais as atividades que você desempenhou no projeto?
- Como era a organização dos trabalhos?
- Em sua casa, como a sua família recebeu a ideia de você participar desse projeto?
- Como era a divisão dos ganhos?
- Como você via a forma de divisão dos ganhos?
- O que você acha desse projeto?
- Qual atividade você desempenha hoje?

PERGUNTAS

1) Idade _____

2) Sexo

2.1. masculino

2.2 feminino

3) escolaridade

- analfabeto
- ensino fundamental (primeiro grau) incompleto
- ensino fundamental (primeiro grau) completo
- ensino médio (segundo grau) incompleto
- ensino médio (segundo grau) completo
- superior (terceiro grau) incompleto
- superior (terceiro grau) completo

4) Número de pessoas que moram com você na sua casa _____

5) Renda da sua família antes do projeto _____

6) Renda da sua família durante o projeto _____

7) Renda da sua família hoje _____

8) Participou quanto tempo do projeto: _____

9) Você comprou algum bem para a sua casa com a renda recebida do projeto?

10) O que o projeto lhe proporcionou:

- melhoria no seu trabalho, melhor colocação
- trabalho não fixo (no caso de não estar trabalhando antes do projeto)

- trabalho fixo (no caso de não estar trabalhando antes do projeto)
- trabalho fixo com carteira assinada (no caso de não estar trabalhando antes de ser atendido)
- capacitação, treinamento
- escolarização, alfabetização
- incremento na renda
- engajamento social, ou melhor organização da comunidade em que vive
- acesso a lazer (atividades culturais, esportivas etc)
- outros _____

11) O que pensa do projeto?

12) Qual a sua percepção sobre a participação do BNB, através do Fundo de Desenvolvimento Regional - FDR?

Observações do entrevistador: _____

ANEXO A - REGULAMENTO DO FDR

Fortaleza (CE), 23 de dezembro de 2003

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

RESOLUÇÃO Nº RD/5162

APROVA REGULAMENTO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – FDR, ESTABELECIDO AS DIRETRIZES PERTINENTES À SUA APLICAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.

A Diretoria do Banco do Nordeste do Brasil S/A, em sua 2983ª reunião, de 23 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Aprovar, na forma do presente texto, o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Regional – FDR, instituído, no Banco do Nordeste do Brasil S/A, pelo Decreto da Presidência da República, Nº 94.386, de 28 de maio de 1987, em cumprimento ao seu Artigo 2º, observado o que se segue:

- I- O FDR terá por objetivo apoiar financeiramente programas e projetos que visem prestar assistência técnica ou social a atividades produtivas que resultem em benefício para as populações mais carentes do Nordeste, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo.
- II- Poderão, também, correr à conta do FDR despesas de custeio realizadas pelo Banco do Nordeste, como gastos a fundo perdido, para atividades ou programas específicos ou pesquisas voltados ao fomento da economia do Nordeste.
- III- Os programas, projetos ou atividades de que trata esta Resolução poderão ser organizados por iniciativa do Banco do Nordeste ou

propostos por outras instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos.

IV-As aplicações do FDR serão feitas de forma programada, à base de projetos ou termos de referência que especifiquem pelo menos os seguintes elementos:

- a) objetivos colimados ou finalidades a alcançar;
- b) plano de trabalho;
- c) orçamento financeiro;
- d) indicação de fontes de recursos humanos, materiais e financeiros;
- e) cronograma de trabalho;
- f) plano de desembolso, articulado com o cronograma de execução;
- g) participação do Banco do Nordeste e de outras instituições;
- h) forma de prestação de contas dos recursos recebidos e da execução do projeto.

V- Os recursos do FDR serão provenientes de:

- a) doações feitas pelo Banco do Nordeste, como despesa operacional própria, tendo em vista os resultados de cada ano;
- b) dotações orçamentárias da União;
- c) subvenções, doações ou financiamentos concedidos por outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;
- d) eventuais retornos e resultados das operações do FDR.

VI- A destinação dos recursos do FDR será sempre vinculada a projetos específicos, devidamente examinados e aprovados pelo Banco do Nordeste, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, na forma do art. 2º do Decreto nº 94.386, de 28.05.1987.

VII-As operações do FDR serão realizadas mediante contratos de empréstimos ou de assistência. Os gastos com os contratos de assistência poderão ser feitos a fundo perdido, quando o interes-

se social assim o recomendar. Em caso de empréstimo, a linha de crédito a adotar contemplará a especificidade da demanda, observadas as demais normas vigentes no Banco do Nordeste do Brasil.

VIII- A gestão dos assuntos relacionados ao FDR ficará a cargo do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE.

IX- Competirá ao Ambiente de Negócios Financeiros o controle contábil e financeiro das aplicações, comprometimentos e saldos do FDR, cujos extratos serão encaminhados ao ETENE.

X- Poderão pleitear colaboração financeira do FDR, para o desenvolvimento de atividades previstas nesta Resolução, as Universidades, os Institutos de Pesquisa, Empresas de Extensão Rural, Organizações Não Governamentais e outras entidades que, técnica e legalmente habilitadas, satisfaçam, a critério do Banco do Nordeste, os requisitos exigidos para a finalidade a que se propõem.

XI- Na análise dos projetos propostos ao FDR, o ETENE examinará, necessariamente, o seguinte:

- a) capacidade administrativa, técnica e contábil da entidade proponente para execução do projeto;
- b) oportunidade e viabilidade do projeto;
- c) benefícios que o projeto poderá trazer ao desenvolvimento regional;
- d) discriminação dos recursos necessários para execução do Projeto;
- e) discriminação das inversões existentes e projetadas;
- f) tabela de fontes e usos;
- g) cronograma de aplicação;
- h) cronograma de reembolso, quando aplicável;
- i) aspectos jurídicos do projeto, capacidade de contratar da proponente e a forma legal de participação do Banco do Nordeste;

- j) outros aspectos relevantes, conforme as peculiaridades de cada projeto.
- XII- Compete à Presidência do Banco do Nordeste aprovar a alocação de recursos a cada projeto, encaminhado pelo titular da Diretoria de Gestão do Desenvolvimento, com base no relatório de análise e parecer do ETENE sobre cada pleito.
- XIII- A liberação inicial dos recursos do FDR ficará condicionada à comprovação da efetiva existência dos recursos de contrapartida a que se obrigarem a entidade beneficiária e os demais participantes e patrocinadores, em cada caso, de acordo com o calendário de execução do projeto.
- XIV- A liberação das parcelas subsequentes ficará condicionada à comprovação de, no mínimo, 80% de utilização da última parcela liberada e 100% da penúltima.
- XV- As entidades beneficiadas com recursos do FDR obrigam-se, independentemente de outras condições estipuladas, segundo as características de cada projeto, a:
 - a) aplicar os recursos única e exclusivamente na realização do projeto aprovado;
 - b) remeter ao ETENE, nas épocas e condições estipuladas, a comprovação das despesas efetuadas com recursos do FDR;
 - c) remeter, semestralmente, ao ETENE relatório circunstanciado sobre o andamento dos projetos em execução;
 - d) remeter ao ETENE, ao final do projeto, o relatório da execução da atividade e/ou projeto;
 - e) responder a consultas sobre projetos de interesse do Banco do Nordeste, sem que essa assistência resulte em ônus financeiro para o Banco do Nordeste;
 - f) segurar por sua conta, em favor do Banco do Nordeste, os bens recebidos em comodato, por valor não inferior ao seu custo, contra os riscos a que possam estar sujeitos;
 - g) facilitar a fiscalização a ser exercida pelo Banco do Nordeste;

- h) aceitar a orientação que o Banco do Nordeste vier a estabelecer durante a execução do projeto.
- XVI- Qualquer que seja a modalidade de apoio financeiro prestado à conta do FDR, o Banco do Nordeste reserva-se o direito de suspender a liberação de recursos se:
- a) não ficarem devidamente comprovadas, nos prazos e condições estabelecidos, as despesas feitas com os recursos de cada parcela;
 - b) a entidade beneficiária dificultar, por qualquer forma, a fiscalização do Banco do Nordeste sobre a aplicação dos recursos do projeto;
 - c) a entidade beneficiária modificar, sem prévio consentimento do Banco do Nordeste, o projeto originalmente aprovado;
 - d) a entidade beneficiária descumprir o disposto neste Regulamento e nos dispositivos contratuais;
 - e) for verificada, a qualquer tempo, ineficiência na execução do projeto.
- XVII- Anualmente, até o último dia útil do primeiro trimestre de cada ano, o Banco do Nordeste submeterá à apreciação do órgão competente do Governo Federal, nos termos do art. 4º do Decreto nº 94.386, de 28.05.1987, o relatório e balanço do exercício e a proposta de orçamento do FDR, sem prejuízo de sua apreciação pela Assembleia Geral Ordinária subsequente.
- XVIII- Mediante proposta do seu Presidente, a Diretoria do Banco do Nordeste poderá autorizar alterações no orçamento do FDR, *ad referendum* do órgão competente do Governo Federal, para a gestão do orçamento do Fundo.
- XIX- Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria do Banco do Nordeste.
- XX- O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua assinatura, ficando revogadas as disposições em contrário.

ROBERTO SMITH
Presidente